



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

BRUNO CEZAR PEREIRA MALHEIRO

PORTOS, PORTAS E POSTAIS:
experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)

BELÉM

2009

BRUNO CEZAR PEREIRA MALHEIRO

PORTOS, PORTAS E POSTAIS:
experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, como condição para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

BELÉM

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Malheiro, Bruno Cezar Pereira

Portos, portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA) / Bruno Cezar Pereira Malheiro; orientador Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. – 2009.

187 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2009.

1. Planejamento urbano – Belém (PA). 2. Política habitacional – Belém (PA). 3. Urbanização – Belém (PA). 4. Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). 5. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 307.1216098115

BRUNO CEZAR PEREIRA MALHEIRO

PORTOS, PORTAS E POSTAIS:
experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, como condição para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado por:

_____.

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. (Orientador)

_____.

Prof.^a Dr.^a Rosa Acevedo Marin

_____.

Prof. Dr. Ernani Chaves

Data: ____/____/____.

BELÉM

2009

*Para todos aqueles que fazem de sua vida
um exercício de superação às margens da
cidade, a reflexão que se enunciar através
desse trabalho.*

AGRADECIMENTOS

O essencial são os intercessores [...]. Sem eles não há obra [...]. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê.

Gilles Deleuze

A gente vê, como já se disse, com o corpo inteiro, porém, muito mais ainda com a visão de muitos outros.

Flávio Motta

Começo por estas epígrafes não por acaso! O fundamental são aqueles que me conduziram até aqui. Sempre se escreve em vários, mesmo quando se está só. Por isso, é apenas nesta parte da dissertação e em seu prefácio que escrevo na primeira pessoa do singular, em todo o resto a primeira pessoa do plural se coloca não como uma exigência formal, mas como uma necessidade.

Nestes dois anos de mestrado estive longe de casa, longe dos meus familiares. Aprendi com a solidão a me distanciar da cobiçada moeda do reconhecimento e freqüentei, por muitas vezes, o campo atroz da indiferença. Assim, tive a oportunidade de me conhecer melhor e, dessa forma, ter a dimensão da importância de todas as pessoas que agora tenho a liberdade de agradecer.

Como é sempre difícil começar, trilho o caminho mais fácil. Gostaria de lembrar, então, de minha mãe, Sônia Malheiro, sempre ao meu lado, aparando as arestas de meus desvios, como um sopro de amor pronto para instaurar uma aura de felicidade ao meu redor. Foi sua garra que me ensinou que nas privações podemos criar possibilidades de existência. Sua sensibilidade me encharcou de emoções e, posso dizer, que a sobriedade dos dias, do mundo e a chatice da profissão, foram constantemente seduzidas por um desvio latente da sensibilidade que aprendi a valorizar.

Lembro, também, de meu pai, João Carlos Malheiro, a quem agradeço por todo amor, consideração, respeito e, principalmente, por fazer com que sua imagem de pai ficasse eternamente espelhada em meu caráter, talvez em um outro extremo da imagem de minha mãe. Apesar de nunca ter aprendido a ser organizado, metódico, firme e disciplinado, agradeço por ser o esteio racional da minha formação.

Completando a pequena família hoje bastante separada pela distância, mas nunca pelo amor, não posso esquecer de minha irmã, Virgínia Malheiro, que, por um

bom tempo, privou-se de horas preciosas de estudo, para trabalhar e garantir o que é hoje a casa que mora junto com a mãe. Sua coragem desbravou minha consciência.

Agradeço, é claro, à minha companheira de todas as horas Tatiane Costa, sem sua presença nenhuma palavra escrita aqui seria possível. Sua ajuda foi indispensável nos momentos de solidão extrema, de crises existenciais profundas e de grandes ansiedades. Agradeço por seu amor e por sua cumplicidade que me fizeram ver beleza e alegria em dias em que o sol parecia ir embora levando consigo a ternura.

Queria agradecer profundamente, também, ao meu orientador, mestre e amigo Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., por ter aberto as portas da ciência para mim. Seu rigor e sua integridade ensinaram-me a ter prudência e responsabilidade. Foi difícil concordarmos com alguma coisa durante dois anos de orientação, mas foram as nossas divergências teóricas e metodológicas que me ensinaram, foram elas que me guiaram a tornar mais prudentes minhas análises e mais consistentes minhas afirmações.

Gostaria de lembrar do professor Ernani Chaves, que considero como um intercessor fundamental. Sua generosidade, humanidade e inteligência me apontaram caminhos a seguir, deram-me o apoio que precisava para ter coragem de realizar este trabalho. Sempre serei grato por isso.

Quero agradecer também à professora Rosa Acevedo por ter me ensinado não apenas que um trabalho pode ser muito importante para mudar a vida das pessoas, mas que a vida das pessoas, suas histórias e experiências, devem ser o fundamento de qualquer trabalho.

Agradeço aos professores Tomas Hurtiene, que, com grande humildade e inteligência me fez ler boa parte da obra de Marx e a Armin Matis, que me forçou a ver a diferença e a encarar perspectivas bastante diversas à minha com sua teoria dos sistemas dinâmicos.

Aos amigos e companheiros de turma Lúcia, Vânia, Adalberto (Cametá), Francisco, Suzuki, Mara, Liliane, Alex (agenciador), Rodrigo e Fábio, por fazerem de um cotidiano, muitas vezes cansativo de aulas intermináveis, um momento tão prazeroso e de tanto ganho pessoal e intelectual. Desta turma não vou esquecer jamais.

Ainda em turma quero deixar um agradecimento especial ao Raphael (Mineiro) e ao Sildo. Ao Mineiro por ter me ensinado, com toda sua perspicácia e inteligência, a observar dimensões da realidade muitas vezes desprestigiadas por minhas análises e por ter me levado a respeitar os números e a própria economia, enfim, a respeitar o trabalho e a visão de quem trabalha e vê diferente de mim. Ao Sildo por ter

compartilhado comigo, com sua inteligência inigualável, de conversas filosóficas, sociológicas, epistemológicas, nas quais colocávamos a prova nossas teorias e métodos. Aos dois também agradeço pela amizade e companhia, por terem me agüentado tanto tempo e em tantas conversas. Em minha escrita está o eco de suas vozes.

Ao amigo Rogerinho, pelos encontros, pelas conversas, pela grande amizade que cultivamos e que me foi esteio muitas vezes para que o peso do caminhar não me deixasse no meio do caminho. Agradeço por sua irreverência, mas também por sua inteligência. Posso dizer que caminhamos juntos caindo e levantando, mas sempre renovando a amizade.

A Milene Lauande, com quem tive o prazer de participar de uma intensa e cansativa campanha eleitoral que me ensinou muito da vida política, dos meandros do poder, e me indicou que meu lugar é ao lado dos movimentos sociais. Sua amizade foi fundamental para mim em todos os momentos incondicionalmente.

Aos amigos da FASE que tive o prazer de conhecer recentemente, em especial a Aldebaran, sempre alegre, com um sorriso no rosto, e ao João Gomes, sempre de astral elevado (será uma característica de todos?), que me possibilitaram ministrar alguns cursos de capacitação a movimentos sociais em Santarém, nos quais aprendi muito mais que ensinei e que corroboraram para que eu realmente nunca perdesse de vista a militância como caminho político. A eles deixo meu agradecimento e minha admiração.

Nesse momento outras figuras emergem imperativas. São os amigos Marcos Alexandre (meu irmão de coração) e Márcio Douglas, com os quais convivi por muito tempo na pesquisa. Nestes dois anos tive a oportunidade de hospedá-los algumas vezes em nossa república e nas nossas conversas cheias de provocações e instigações, absorvi muita coisa para minhas interpretações. Seus ecos serão ouvidos posteriormente.

À Rovaine Ribeiro, que mesmo distante, sempre esteve ao meu lado por nossa amizade e, de maneira subjetiva e emocional, ajudou-me com este trabalho.

Ao Jovenildo, prefiro chamar de Jovem, que abdicou de fazer muitas coisas para me levar ao encontro dos sujeitos da comunidade envolvida no “Portal da Amazônia”. Sua ajuda foi de grande valia a este trabalho.

Novamente agradeço, mas agora em conjunto, aos meus companheiros de república: Armando (Paulista) e sua doença pelo Palmeiras, Raphael (Mineiro) e Rogerinho, por me apoiarem a comprar, em conjunto, uma piscina de plástico em vez de

uma geladeira. Nossa convivência sempre foi muito boa e nossa república foi um grande aprendizado para mim.

Aos amigos Rogério Marinho, Paulo Melo, Ayala Colares e Ronaldo Braga, que sempre carrego comigo, pois sempre estiveram ao meu lado contribuindo para minha formação, seja pela amizade, seja pelas longas conversas, seja pelas discussões.

Ao amigo Valter Cruz que tive a oportunidade de conhecer melhor e me acolheu como irmão quando de minha estadia no Rio de Janeiro. Nossas conversas e debates intensos também me indicaram caminhos a seguir. O eco de sua voz ressoa em muitas páginas dessa dissertação.

A todos aqueles que me receberam em suas casas, que conversaram abertamente comigo, principalmente ao Jorge de Souza que, com toda sua experiência, mostrou-me os meandros do “Portal da Amazônia” e me cedeu documentos e fotos valiosíssimas para a realização deste trabalho.

Não posso esquecer os amigos do Porto do Açaí, Félix, seu Abaeté, seu Cafuné, os novos companheiros do Porto da Palha, dona Joana D’arc, seu Orvandino e muitos outros que não estão citados aqui, mas se encontram espelhados nas palavras posteriores desta dissertação.

Muitas vezes personificamos os agenciamentos que nos fazem pensar, mas por vezes estes se realizam em encontros e devo dizer que alguns encontros desenharam muitas das minhas escolhas. Não esqueço até hoje de uma mesa redonda no seminário da ANPUR em Belém do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: a expressividade de cada ator social em seus depoimentos, a emoção do ambiente, as lágrimas escorrendo de meus olhos, foi como um guia do caminho que eu deveria seguir.

Outros encontros aconteceram, como o próprio momento de minha qualificação que foi extremamente enriquecedor e importante para mim; como o dia em que ministrei uma palestra para mais de trezentas pessoas no encontro preparativo do Oeste do Pará para o Fórum Social Mundial; como o dia em que falei para vários movimentos sociais ligados à igreja católica no Centro Social de Nazaré. Todos esses encontros foram agenciamentos que me projetaram e me fizeram chegar até aqui.

Enfim, agradeço a todos aqueles que não estão citados literalmente, a todos os encontros que não foram colocados nas linhas acima, mas que, da mesma forma, ajudaram-me a realizar este trabalho.

Coração Blindado

(Engenheiros do Hawaii)

Composição: Gessinger/Fonseca/Ayala/Aranha/Pedro

*Fácil falar, fazer previsões depois que aconteceu
Fácil pintar um quadro geral da janela de um arranha-céu
Sem ter que sujar as mãos, sem ter nada a perder
Sem o risco de pagar pelos erros que cometeu*

*Fácil achar um caminho a seguir num mapa com lápis de cor
Moleza mandar a tropa atacar da tela do computador
Sem o cheiro, sem o som, sem ter nunca estado lá
Sem ter que voltar pra ver o que restou*

*Com a coragem que a distancia dá
Em outro tempo em outro lugar
Fica mais fácil*

*Fácil demais fazer previsões depois que aconteceu
Fácil sonhar condições ideais que nunca existirão
Sempre a distancia, sem noção
O que rola pelo chão
Não são as peças de um jogo de xadrez*

*Com a coragem que a distancia dá
Em outro tempo em outro lugar
Tudo é tão fácil*

RESUMO

Este trabalho percorre uma trajetória de análise que vai da *metrópole* inventada à cidade esquecida. Por trás de uma cidade, que precisa ser *metrópole*, pensada pelo planejamento urbano através da intervenção urbanística “Portal da Amazônia”, um conjunto de experiências sociais ligadas ao rio parece ser desperdiçada. É partindo desta problemática que este trabalho procura compreender o planejamento urbano pelas suas práticas discursivas e não discursivas, tomando o projeto “Portal da Amazônia” como referência de análise. A partir de pesquisa/análise bibliográfica e documental, de observações sistemáticas, entrevistas e análise do discurso, percebemos que a massa discursiva e imagética criada em torno deste projeto de intervenção, não apenas esconde uma verdade ou mascara uma realidade, mas produz realidade e verdade, construindo uma narrativa moderno/colonial, que escolhe o que ver e dizer e, assim, (re)inventa a cidade. Por outro lado, o exercício do planejamento urbano através do projeto em foco, legitima-se pela prevenção de riscos por meio, então, de mecanismos de segurança, que estruturam práticas de normalização. É a partir deste entendimento que reconhecemos a natureza biopolítica do “Portal da Amazônia”, a forma em que o mesmo saneia o corpo da população, define uma conduta adequada a ser seguida, não operando, portanto, pelo impeditivo ou pela disciplina, mas pela normalização dos usos, das práticas, das formas de ser e fazer. Assim, a “desordem” deve ser extirpada impondo-se um modo de usar o espaço e o tempo, no qual muitos dos sujeitos que hoje vivem e trabalham na orla não se enquadram. Entretanto, diante das práticas discursivas e não discursivas que desperdiçam um conjunto de experiências sociais ainda vivas e expressivas na orla fluvial de Belém, que não permitem que sujeitos simples apareçam, entramos, por necessidade, nos limites da linguagem, no pensar-outro, para mostrar que existem outras faces da cidade, outras formas de ver e dizer, outros parâmetros estéticos, outras prioridades. Isso, não para ratificar a condição precária desta cidade esquecida, mas para mostrar sua importância e a necessidade da mesma ser levada em consideração.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos. Imagens. Biopolítica. Portal da Amazônia. Orla fluvial de Belém.

ABSTRACT

This work covers a path of analysis that goes from invented metropolis to city forgotten. Behind a city that needs to be metropolis, designed by urban planning through urban intervention "Portal of the Amazon", a set of social experiences connected to river seems to be wasted. It is on this issue that this paper attempts to understand the urban planning by its discursive and non discursive practices, taking the "Portal of the Amazon" as a reference for analysis. From research / analysis bibliographic and documentary, systematic observations, interviews and analysis of discourse, we see that mass discourse and imagery created around this project for action, not just mask or hide a true reality, but produces reality and truth , constructing a narrative modern / colonial, who chooses what to say and see, and thus (re) invent the city. Moreover, the exercise of urban planning through the project in focus, it is legitimate for the prevention of risks by then, the security mechanisms that structure practice standards. It is from this understanding that we recognize the nature of biopolitics "Portal of the Amazon", the way in which it clean the body of the population, defines a proper conduct to be followed, not working, so by blocking or by discipline, but by standardization of customs, practices, forms of being and doing. Thus, the "disorder" should be extirpated are imposing a way of using space and time in which many of the individuals who are now living and working on the edge are not framed. However, given the non-discursive and discursive practices that squandered a set of social experiences and expressive still live on the riverside of Belém which does not allow subject appear simple, into, of necessity, within the limits of language in another-thinking, to show there are other sides of town, other ways of seeing and telling, other aesthetic parameters, other priorities. This, not to ratify the precarious condition of the city forgotten, but to show its importance and necessity of it be taken into consideration

KEY WORDS: Discourse. Images. Biopolitic. Portal of the Amazon. Riverside of Belém.

A BREVE HISTÓRIA DE UM TRABALHO: UM PREFÁCIO NECESSÁRIO

Não há pensamento quando se permanece inerte diante de tudo, quando se pensa que é a mente que produz sentido e que explica a vida.

Não há pensamento quando tudo o que se vê já se viu em algum lugar, quando uma força de interioridade produz o que está fora.

Não há pensamento quando tudo está prezo a uma redoma fria de coisas sem expressão, quando cada fato já tem seu lugar antes mesmo de existir, quando o inusitado não modifica as finalidades.

Não há pensamento quando a certeza se apresenta até nas incertezas, num jogo de oposições que paralisa.

Não há pensamento quando o fluxo é canalizado para um fim, quando o escapamento é visto como heresia, quando a chegada é definida na partida.

Não há pensamento quando a sensibilidade é a fonte de desgraça, quando o sonho é um perigo rastreado, quando a poesia é passatempo da indolência, quando o que não se vê não existe, quando as muralhas da verdade prendem o impensado.

Pensar é acontecer, é dar vazão ao contra-senso, é constranger, é sentir, é desejar, é a pura intensidade, a criação...

Bruno Malheiro

Toda palavra carrega consigo o peso de uma experiência e também expõe a linguagem delirante da memória, é prisão e fuga, é razão e sensibilidade, é, enfim, expressão e delírio. As palavras que se sucedem nestas mais de cem páginas expressam e deliram, constata e intuem, resultam, portanto, de uma trajetória confusa, recheada de encontros e desencontros, com doses embriagantes de intensidade em uns momentos, e de morbidez em outros.

O que agora escrevo não resulta de uma necessidade narcisista de refletir sobre meu espelho o produto do meu trabalho, nem mesmo é uma espécie de relato arrogante daquilo que fiz durante os dois anos de curso de mestrado, que me levaram a esta dissertação, prefiro dizer que essas palavras são necessárias para a compreensão daquilo que vem a seguir. Por isso, ao traçar a história deste trabalho, tenho um único objetivo: expor o campo com o qual e contra o qual me fiz, ou dizer quem sou para entender o que penso, uma vez que “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005, p. 40).

Preciso traçar momentos fundamentais para a realização deste trabalho para que eu próprio o compreenda e me faça compreender. Falo em primeira pessoa apenas nesta parte da dissertação, além dos agradecimentos, e peço a compreensão de todos os leitores para isso. Peço, também, licença para fazer um diálogo silencioso comigo mesmo (preciso deste confronto crítico) sem ser egoísta e reconhecendo a importância disto para o que se sucede.

Acho que a história da problemática aqui levantada começa no meu último ano do curso de graduação em Geografia, principalmente a partir de uma empreitada à presidência do Centro Acadêmico daquele curso. O início de uma militância política na universidade me levou a reconhecer o conjunto de relações que sustentam o exercício do poder em várias esferas acadêmicas. As vontades e motivações políticas que me guiavam contrastavam com outras vontades e motivações e, por isso, fui levado a enfrentar alguns sérios constrangimentos. Meu corpo foi submetido a um diagrama de poder e minha mente profundamente abalada por sua forma de subjetivação.

Eu nem havia percebido, mas a partir daquele momento se colocava à minha frente uma necessidade de mudança de pensamento e de postura, uma necessidade de um abalo sísmico no solo epistemológico que até então me sustentava. Acho que não posso pensar em minhas escolhas metodológicas sem compreender o conjunto de constrangimentos que fui levado a passar no interior da universidade.

É preciso que se saiba, então, que a escolha do problema que guia esta dissertação se deu em meio a um profundo mal estar íntimo, composto principalmente de uma dose de imobilismo transvertida em uma vontade de mudança. A vontade arrogante me deu de presente mais isolamento e uma pressão absurda dos agenciamentos maquínicos de minha disciplina materna não muito afeita à diferença. Saí da geografia muitas vezes, umas por necessidade, outras para sentir a magia e sedução dos outros campos do saber. Mas o tema a que eu me propunha responder, num primeiro momento, pareceu-me uma saída sem volta, ou um abandono total de um lugar epistemológico que, apesar de minha relutância e pouca consideração, havia me dado, até então, a oportunidade de refletir sobre a realidade.

Entretanto, entre o convívio com uma literatura inteiramente nova e a falta de interlocução, tive que aprender a apegar minhas pretensões para que eu conseguisse realizar algo sem a destruidora força de minha própria cobrança. Na solidão profunda provocada por meus caprichos, aprendi a reconhecer meus limites, a conviver com impossibilidades, a fazer aquilo que posso, a transformar a simplicidade em minha espada e meu escudo.

Assim, a primeira contradição que encontrarão neste texto é o eterno conflito entre uma ambição jovial e irresponsável de um teórico que busca as mais elevadas elucubrações para dar sentido e consistência ao seu trabalho, com o início de uma maturidade intelectual inscrita na busca de novas fontes de pesquisa, num esforço de fazer com que a realidade dite os rumos do pensamento.

Devo dizer, também, que em determinados momentos de meu texto, pareço perder-me, estar em algum lugar que não a ciência. Entre uma sucessão de palavras duras e sem vida, algo destoa, algo se faz diferente, fora de uma sequência lógica. Nas imagens que projeto em meu texto, que evoco pelas palavras, por vezes, saio do lugar que descrevo. A dureza dos materiais me escapa, a rigidez dos atos me atrapalha, aquilo que é para mostrar, às vezes, nem me preocupa. Mas digo, descrevo, tento ser fiel aos meus rigores, mas me perco entre minhas idéias. Entre uma imagem e outra aparecem hiatos, coisas que não estão ali, coisas que parecem se ausentar, querer se ausentar, coisas que teimo em querer ver.

Entre experiência e delírio, exponho minhas melhores qualidades e minhas maiores fraquezas...

Se eu pudesse resumir esses dois anos em poucas palavras, diria que foram intensos, não porque foram longos ou porque foram difíceis, mas porque me forcei

durante essa caminhada à experiência dos limites e nada melhor do que ela para revelar todas as formas de intensidade, para descortinar todas as possibilidades do presente, para me submeter à necessidade de refletir sobre o agora, como uma forma de me forçar à criação, principalmente de minha própria existência, repensada a cada segundo. Nunca a ontologia do presente foi tão clara, nunca senti tanta necessidade de pensá-la.

Chego, por fim, a uma constatação que é, na realidade, uma visão de mundo, uma concepção epistêmica, o espelho através do qual o leitor pode refletir sobre este trabalho: o conjunto de experiências vividas que liberam o presente, suspendem o acontecer, que não passam, mas ficam, mesmo que não tenhamos consciência disso, compõem a trajetória do nosso pensamento!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – VISÃO GERAL DO “PORTAL DA AMAZÔNIA”	91
IMAGEM 2 – AS VIAS DO “PORTAL DA AMAZÔNIA”	91
PLANTA 1 – MARGEM ESTUARINA DE BELÉM	106
FOTOGRAFIA 1 – VISTA DO “PORTAL DA AMAZÔNIA”	106
FOTOGRAFIA 2 – RETIRADA DO ATERRO HIDRÁULICO	108
FOTOGRAFIA 3 – PRIMEIRA FORMA DE ATERRAMENTO DA ORLA	108
PLANTA 2 – DELIMITAÇÃO DAS QUATRO SOB-BACIAS QUE FORMAM A ÁREA ATINGIDA PELO PROMABEN	109
FOTOGRAFIA 4 – PORTAL DO MANGAL	113
FOTOGRAFIA 5 – SEGURANÇA URGENTE	114
PLANTA 3 – PLANTA DA PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO “PORTAL DA AMAZÔNIA”	118
FOTOGRAFIA 6 – MANGAL DAS GARÇAS, PORTAL DA AMAZÔNIA E PORTAL DO MANGAL	120
QUADRO 1 – QUADRO GERAL DAS UNIDADES CADASTRADAS	121
QUADRO 2 – CADASTRO DO NÚMERO DE VILAS DA RUA OSWALDO DE CALDAS BRITO	122
FOTOGRAFIA 7 – ESTUDOS TÉCNICOS	126
FOTOGRAFIA 8 – A SENTENÇA DE DESPEJO	128
FOTOGRAFIA 9 – UNIDADE RESIDENCIAL E SUA SENTENÇA DE DESPEJO	128
FOTOGRAFIA 10 – UMA VILA À ESPERA DA DESAPROPRIAÇÃO	145
FOTOGRAFIA 11 – VIDA E TRABALHO NAS VILAS	147
FOTOGRAFIA 12 – A VIDA E O TRABALHO NO PORTO DO AÇAÍ	155
FOTOGRAFIA 13 – PORTO DA PALHA	159
FOTOGRAFIA 14 – ENTRADA DO TRAPICHE PONTO CERTO	161
FOTOGRAFIA 15 – RIO GUAMÁ VISTO DO TRAPICHE PONTO CERTO	161

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. A ARQUEOLOGIA DOS SABERES GEOGRÁFICOS, A GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A GEOGRAFIA DO PRESENTE	34
2.1. OS GEÓGRAFOS E FOUCAULT	36
2.2. FOUCAULT PARA A GEOGRAFIA	44
2.3. A ARQUEOLOGIA DOS SABERES GEOGRÁFICOS, A GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A GEOGRAFIA DO PRESENTE: MONTANDO CAMINHOS INTERPRETATIVOS	49
3. (RE)INVENTANDO BELÉM: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA MODERNO/COLONIAL DA CIDADE	55
3.1. A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA FORMA DE VER E DIZER A CIDADE: DO CARISMA À COMPETÊNCIA.....	58
3.2. READEQUAÇÃO DOS MODOS DE VER E DIZER: DESLOCANDO OLHARES PARA A CIDADE.....	60
3.3. AS BASES DE UM DISCURSO EMERGENTE: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA MODERNO/COLONIAL DA CIDADE.....	64
3.3.1. A produção do estereótipo	66
3.3.2. Um discurso mímico	68
3.3.3. A naturalização de uma imagem	70
4. “PORTAL DA AMAZÔNIA”: IMAGENS E DISCURSOS PRODUZINDO A ORLA FLUVIAL DE BELÉM	73
4.1. A NATUREZA DOS DISPOSITIVOS: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DIFUSÃO DE DISCURSOS E IMAGENS.....	75
4.2. O QUE VER E DIZER SOBRE O “PORTAL DA AMAZÔNIA”?	82
4.2.1. Um discurso metonímico: contraindo o presente	83
4.2.2. Um discurso proléptico: alargando o futuro	86
4.2.3. A separação entre as palavras e as coisas: a cidade (re)inventada	88
4.2.4. Tomando o espaço pelo tempo: a cidade na fila da história	92

5. A GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: O “PORTAL DA AMAZÔNIA” E SUA NATUREZA BIOPOLÍTICA	99
5.1. PLANEJAMENTO URBANO: TECNOLOGIA DE PODER?	100
5.2. O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN): O QUE ESTÁ EM JOGO?	104
5.3. NAS BATALHAS JUDICIAIS: CONTRADIÇÕES DO PROMABEN	111
5.4. SANEAR O CORPO DA POPULAÇÃO: NAS TRILHAS DE UM EMPREENDIMENTO BIOPOLÍTICO	120
 6. POR UMA GEOGRAFIA DO PRESENTE: A BUSCA DO ACONTECER DO ACONTECIMENTO	132
6.1. GEOGRAFIA E ONTOLOGIA: CONSTRUINDO UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E TEMPO	135
6.2. NAS TRILHAS DO ACONTECER DO ACONTECIMENTO: NARRATIVAS DA CIDADE	141
 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
 REFERÊNCIAS	170
 APÊNDICES	179
 ANEXOS	182

1 INTRODUÇÃO

Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada.

Clarice Lispector

Deter-se, e depois partir de novo: eis o que é pensar.

Paul Valéry

Meu trabalho inicial é o medo de cair. Depois se tornou a arte de cair. Como cair sem se machucar. Mais tarde é a arte de se manter no ar.

Louise Bourgeois

A cidade se mostra como um campo complexo para a pesquisa social, uma vez que se revela como um espaço que, além de refletir relações desiguais, participa na (re)produção destas mesmas relações. Com efeito, a cidade não pode ser vista apenas como espelho que reproduz uma imagem, mas também como máquina que produz sentido. É deste ponto de vista que (re)inventar a cidade não significa apenas um ato de simular/esconder a complexidade deste espaço contraditório a partir da criação e projeção de um discurso e/ou de uma imagem que o simbolize, pois o produto resultante do ato de reinventar, seja este produto uma imagem e/ou um discurso, torna-se produtor/difusor de signos, máquina que produzir realidades e verdades.

Podemos entender o planejamento e a gestão urbanos como campos privilegiados para o que estamos chamando de (re)invenção da cidade. Através das intervenções urbanas projetam-se imagens e discursos que criam realidades e inventam verdades. Entretanto, é preciso que se diga que não aquém das práticas discursivas que criam realidades e verdades a partir de regimes de enunciação e visibilidade que definem o que deve ser visto e dito sobre a cidade, não podemos esquecer que as práticas de planejamento e gestão, também se estruturam e reproduzem por práticas não discursivas, ou seja, pelo desenho de arranjos espaço-temporais, expondo, poderíamos dizer, geograficamente, as formas de exercício do poder, ou ainda, um conjunto macroscópico de agenciamentos concretos.

Se visualizarmos a realidade da cidade de Belém, estas palavras anteriormente ditas ganham corpo e expressão, principalmente se levarmos em consideração um conjunto expressivo de intervenções urbanísticas que pretenderam e ainda pretendem revitalizar a orla fluvial desta cidade para fins turísticos, ressaltando particularmente para este trabalho, a intervenção na orla sul¹ da cidade denominada Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), intervenção mais conhecida como “Portal da Amazônia”.

Antes de qualquer comentário sobre o projeto em questão é preciso que se diga que a orla fluvial² foi objeto de nossa preocupação por alguns anos ainda no curso de

¹ Como nos mostra Trindade Jr (2005) na orla sul de Belém percebemos a existência de um adensamento maior do uso do solo ao longo do dique marginal de Belém, traduzido, sobretudo, na existência de serviços ligados à circulação fluvial, comércio e algumas indústrias, além de setores do comércio ligados ao circuito inferior da economia urbana, criando, assim, uma coesão entre várias atividades. Nessa área, merecem destaque os trapiches e as feiras, que evidenciam em maior grau o caráter ‘ribeirinho’ da cidade.

² A orla fluvial de Belém, sendo uma das frações do espaço urbano de maior contato com as vias fluviais, apresenta-se como expressão sócio-espacial da interação cidade-rio através de usos que estabelecem, em geral, um contato/dependência, material e/ou simbólico(a), de maior intensidade em relação à águas. (TRINDADE JR., 2003).

graduação³ e que a orla sul, para a qual o projeto em questão se direciona, foi a fração de orla que estudamos mais de perto.

Nos estudos anteriormente feitos sobre a orla, percebemos seus principais atores responsáveis pela sua organização espacial. Nesse sentido, a partir das contribuições teóricas de Corrêa (1989); Santos (1979), chegou-se à classificação dos seguintes agentes produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção e serviços; os proprietários fundiários; os agentes do circuito inferior da economia; os proprietários rentistas; os proprietários usuários de moradia; os grupos sociais excluídos e o Estado (SILVA; BARBOSA; TRINDADE JR., 2005).

Após esta classificação dos atores montamos uma tipologia dos usos existentes nessa fração da cidade de maior contato entre terra e água. Nesse sentido, foram levantados os seguintes usos:

(1) residencial, (2) industrial, (3) comercial, (4) de recreação, lazer e turismo, (5) de serviços, (6) institucional, (7) de feiras e mercados, (8) misto e (9) subutilizado, além dos (10) aglomerados multifuncionais, posto que neles se desenvolvem várias atividades organicamente ligadas e onde se observa uma complexa miscelânea de conteúdos, cores, sons, morfologia, cheiros e odores (SILVA; BARBOSA; TRINDADE JR., 2005, p.67).

A partir desses levantamentos tornou-se possível o reconhecimento de unidades de análise na orla fluvial de Belém, a partir das especificidades de usos e da dinâmica diferenciada dos atores, chegando, portanto, à classificação de quatro unidades, quais sejam,

[...] orla sul, de localização meridional no Município e onde ainda predominam alguns traços de atividades e agentes mais ligados à face “ribeirinha” da cidade; orla central, que engloba o centro histórico e a principal área comercial e portuária da cidade, mas com consideráveis áreas sob controle de esferas diferenciadas do poder

³ A discussão aqui proposta é resultado de alguns anos de pesquisa, por nós realizada, sobre a orla fluvial de Belém junto ao então Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará, na condição de bolsista de Iniciação Científica. As interpretações e proposições que tentamos aqui sistematizar são resultantes, nesse sentido, de reflexões produzidas, primeiramente, no interior do projeto “Apropriação do espaço e controle do uso do solo na orla fluvial de Belém: intervenções, planejamento e gestão urbana” e, em um momento posterior, do projeto “Espaço e cidadania na orla fluvial de Belém: praticando a Geografia em ambientes não escolares” financiados pelo Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROINT). Ambos os projetos foram coordenados pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., o primeiro sendo finalizado no final do ano de 2004 e o segundo em 2006. A equipe de pesquisa inserida nas discussões desses projetos inclui, além do autor deste trabalho e do coordenador, os, então, graduandos Beatriz Vilar, Rovaine Ribeiro e Tiago Veloso e os pesquisadores Ms. Márcio Douglas Brito do Amaral e Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

público; orla oeste, que apresenta um intenso uso capitalista de larga escala, numa área de expansão urbana em direção ao distrito de Icoaraci; e orla norte, de ocupação mais recente no contexto municipal (TRINDADE JR., 2003, p.5).

Nestes termos, a orla sul se mostrava à análise como a fração de orla que mais ressaltava uma face ribeirinha, ou ainda, a ligação mais próxima entre a população e as margens fluviais da cidade. Esta fração do espaço, diga-se de passagem, remonta sua ocupação ao primeiro momento de explosão da economia da borracha na Amazônia, quando, dentre as várias intervenções realizadas na cidade, foi construído o Porto de Belém que descentralizou usos e atividades desenvolvidas na orla, o que significou um novo ordenamento espacial desse espaço, além da demolição de vários trapiches existentes para o aterramento da nova faixa do cais (TRINDADE JR., 2000). Essa descentralização é expressa no deslocamento de alguns trapiches para a parte sul da orla (ACEVEDO MARIN, 2002).

De acordo com Trindade Jr. (2000, p. 22)⁴ a ocupação desta parte da cidade se consolida após a construção do dique da Estrada nova, na década de 1940, o qual torna mais habitável a zona sul de Belém. Essa apropriação se dá, tanto pelas camadas da população que sofreram com a segregação sócio-espacial, característica do processo de urbanização desigual da cidade, mas principalmente por empresas privadas que, aproveitando a passividade dos órgãos que fiscalizam o uso e a apropriação do solo da orla, fazem do rio a paisagem de seus quintais.

Mas para além desta apropriação privada, essa fração da cidade caracteriza-se, como mostramos há pouco, por uma forma de apropriação do espaço dinamizada por sociabilidades urbanas produzidas a partir de uma forte ligação material e simbólica com o rio. Esta forma de apropriação está expressa em espaços de feiras, portos e trapiches, como o Porto do Açaí, o Porto da Palha e o Trapiche Ponto Certo, todos os espaços localizados entre o rio Guamá e a Avenida Bernardo Sayão, também conhecida como Estrada Nova, sendo que cada um desses lugares também pode ser acessado por ruas, avenidas e travessas transversais à Estrada Nova, como a rua Fernando Guilhon (acesso ao Porto do Açaí), a Travessa Padre Eutíquio (acesso ao Porto da Palha) e a Avenida José Bonifácio (acesso ao Ponto Certo).

⁴ O Dique da Estrada Nova, como ficou conhecido, possuía cerca de 6,5 Km de comprimento por 4 m de largura em seu topo, estendia-se entre o Igarapé da Pedreira do Guamá e o Igarapé do Arsenal. A partir de referências mais atuais essa distância corresponde à extensão do portão principal do Campus da Universidade Federal do Pará, no bairro Universitário, até o Hospital de Marinha, no bairro da Cidade Velha.

Em nossos trabalhos sobre estes espaços (MALHEIRO, 2004, 2005, 2006 e MALHEIRO; SILVA, 2005) identificamos que as atividades econômicas realizadas nos mesmos, ao se prestarem a atender uma demanda local pouco capitalizada da população, passam a representar esses lugares enquanto espaços para sobrevivência. Simultaneamente, a frequência de diferentes encontros e a criação de sociabilidades urbanas, cuja referência principal é o rio, caracteriza-os como espaços de vivência. Com efeito, sugerimos chamar estes lugares como espaços de (sobre)vivência, onde a dimensão da necessidade de subsistir pressupõem vivências e experiências mais próximas entre os sujeitos e destes com os espaços, onde diferença e desigualdade são co-constitutivas na dinâmica de produção e organização espacial.

Para além dessas conclusões nossos estudos também mostraram que a orla fluvial de Belém se tornou na década de 1990, palco das principais intervenções urbanísticas realizadas na cidade e, assim, tornou-se também objeto privilegiado nos discursos e imagens projetados pelo poder público, tanto em nível municipal, como estadual. A preocupação latente nestes projetos urbanísticos e pelos discursos e imagens por eles projetados é a transformação da orla em espaço de lazer, em um espaço cultural que marque as histórias locais e regionais, que resguarde as raízes ribeirinhas da cidade. Não são poucas as intervenções urbanas realizadas nesta fração do espaço (Estação das Docas, Mangal das Garças, Projeto Feliz Lusitânia, Ver-o-Rio, Praça Princesa Isabel, Projeto Cidade Criança, Ver-o-Peso, dentre outras).

Com efeito, basta ficarmos atentos aos meios de comunicação e rapidamente perceberemos a orla fluvial de Belém figurando como uma protagonista no discurso posto pelas propagandas do Estado, ou no discurso de políticos. Antes, no âmbito do conjunto das intervenções urbanísticas projetadas e implementadas pelo Governo do Estado do Pará, particularmente na gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se estendeu de 1994-2006; hoje, no âmbito da política chave da atual gestão municipal, o “Portal da Amazônia”, que não é fruto apenas do desejo dos tecnocratas do Estado, mas, pela massa discursiva e imagética embutida no mesmo, virou uma solução urgente aguardada com ansiedade por boa parte da população que quer ver a orla “livre” de toda a sujeira acumulada durante anos de descaso.

Esta intervenção urbana possui quatro eixos estruturadores. O primeiro consiste na *melhoria da drenagem urbana*, o qual inclui a micro e a macrodrenagem, no sentido de construção de sistemas de drenagem de águas pluviais, proteção de cabeceiras, construção e adequação de canais, implantação de galerias e coletores pluviais. Este

eixo também inclui o reordenamento e reassentamento de famílias através do desenvolvimento de soluções habitacionais para a população diretamente afetada pela construção. O segundo eixo é o de *infraestrutura viária*, que inclui a construção de vias ao longo dos canais de drenagem e a via do rio Guamá que receberá tratamento urbano-paisagístico e estará integrada a parques lineares. O terceiro eixo é o de *infraestrutura de saneamento*, o qual financiará as inversões em serviços de água potável e esgotamento sanitário às populações reassentadas e dentro da área da bacia. O quarto e último eixo é a *sustentabilidade social e institucional*, que inclui três programas: participação comunitária, comunicação social e educação ambiental (BELÉM, 2007).

Mesmo esta obra estando em processo de realização, o que já foi feito e o que está escrito a se fazer nos indica contradições latentes que fazem emergir várias questões para a pesquisa.

Apesar de possuir planos de participação comunitária e comunicação social, que são planos pensados para o período de execução do projeto, este não levou em conta, no seu processo de elaboração e planejamento, a participação da comunidade que será atingida, distanciando-se, em muito, da realidade concreta para a qual se direciona.

Por um lado, os discursos e imagens projetados através do projeto tentam legitimar uma intervenção que pretende abrir a orla no perímetro do Arsenal de Marinha à Universidade Federal do Pará, deixando invisíveis, por exemplo, as feiras, portos e trapiches da orla sul que, inclusive, não estão previstos no projeto.

Por outro lado, como forma de sanear o corpo da população, o projeto visa remanejar e reassentar várias famílias do trecho para o qual o mesmo foi pensado, retirando o que foi chamado de ocupação desordenada e colocando no lugar uma grande avenida para melhorar a circulação na cidade.

Estes elementos nos colocam diante de uma problemática complexa, uma vez que toda a vida de relações que ainda re-existem na orla sul, está posta como “desordem”, caos, algo que não está ao quilate de uma intervenção moderna e perfeitamente esquadrinhada. A orla? Para a melhoria da qualidade de vida, ela deve ser desocupada, essa é a palavra de ordem: desapropriação. Mas, na verdade, por traz dessa palavra trágica, está o termo mais ameno: livre. Desapropriar para liberar...

Entre portos, que nos indicam experiências sociais modelando a orla, portas, que são projetadas como portais de entrada à cidade pelos discursos oficiais, e postais, que são as imagens que as intervenções urbanísticas projetam, este trabalho ganha

sentido compreendendo a maneira em que experiências, discursos e imagens produzem a orla fluvial de Belém.

Diante do exposto, no sentido de tornar mais clara a problemática deste trabalho destacamos uma questão central: a prática de planejamento e gestão urbana do projeto “Portal da Amazônia” lança mão de práticas discursivas (projeção de discursos e imagens criando realidades e verdades) e não discursivas (desenho de uma conduta por arranjos espaço-temporais) para a execução e legitimação do projeto?

Esta questão central se desdobra em outras questões seguindo o desdobramento da problemática que tentamos elucidar. Nesse sentido, uma primeira questão que se impõe a partir da necessidade de primeiramente entender os *a priori* históricos para a emergência da orla fluvial de Belém como objeto enunciativo é a seguinte: quais as condições de possibilidade para o aparecimento da orla fluvial de Belém como discurso e imagem privilegiados pelos dispositivos midiáticos usados pelo poder público?

Através de uma arqueologia do saber, buscamos o caminho para responder esta primeira questão. Entrementes, a mesma suscita, de imediato, uma questão referente ao funcionamento destes discursos e imagens produzidos/projetados. Temos, portanto, a seguinte questão: de que maneira os discursos e as imagens vinculados ao projeto “Portal da Amazônia”, postos em circulação através dos dispositivos midiáticos funcionam como práticas políticas produzindo regimes de visibilidade e enunciação?

Esta questão nos remete à consideração dos enunciados como práticas políticas, como estratégias e máquinas produtoras de sentido, de maneira que, a partir desta questão, também analisaremos a eficácia destes discursos e imagens, no sentido de criar uma realidade social que, embora projetada de um *lócus* de enunciação específico, ganha abrangência e aderência, tornando-se instrumento eficaz para formulação de consensos.

Desta questão anterior chegamos a um desdobramento importante que gostaríamos de individualizar em uma questão específica, ou seja, chegamos à lógica de produção do espaço no interior do funcionamento dos discursos e imagens em torno do “Portal da Amazônia”. Dessa maneira interrogamos, de que maneira as imagens e discursos projetados sobre a orla fluvial de Belém, particularmente em torno do projeto “Portal da Amazônia” inventam um espaço que é resultado de práticas discursivas, mas também uma forma de exercício do poder?

Mas ainda necessitamos entrar, através de questionamentos, nas práticas não discursivas, no sentido de melhor compreender os diagramas de poder postos em

exercício pelo projeto em questão. Nestes termos precisamos nos questionar: qual o diagrama de poder refletido nas estratégias espaço-temporais colocadas em prática pelo projeto, que garantem a execução do mesmo?

Por fim, após a análise das práticas discursivas e não discursivas ligadas ao projeto, é mister que inclinemos os olhares às experiências sociais desperdiçadas por um projeto que não tem na realidade concreta, vivida e experimentada pelos atores seu ponto de partida. A fim de transformar a teoria em uma prática estratégica interrogamos: quais as experiências sociais tornadas invisíveis pela massa discursiva e imagética circulada em torno do projeto e dispensáveis pelos arranjos sócio-espaciais construídos pelo mesmo?

Esta questão nos conduz a incursões pelos reinos das experiências sociais presentes na orla sul de Belém e também nos faz revelar outras formas de ver e dizer a cidade, outros *lôcus* enunciativos, outras posições epistemológicas, outras vozes, mas também outras faces da cidade, outras expressões da urbe.

Diante da problemática exposta, o objetivo central deste trabalho é analisar as práticas discursivas (projeção de discursos e imagens criando realidades e verdades) e não discursivas (desenho de uma conduta por arranjos espaço-temporais) do projeto “Portal da Amazônia” da Prefeitura Municipal de Belém (PMB).

Os objetivos específicos estão divididos em cinco no total, quais sejam: analisar as condições de possibilidade para o aparecimento da orla fluvial de Belém como discurso e imagem privilegiados pelos dispositivos midiáticos usados pelo poder público; analisar a lógica de funcionamento dos discursos e das imagens vinculados ao projeto “Portal da Amazônia”; analisar de que maneira as práticas discursivas em torno do projeto inventam um espaço ou (re)inventam a cidade; identificar e analisar o diagrama de poder refletido nas estratégias espaço-temporais colocadas em prática pelo projeto; e expor as experiências sociais presentes na orla sul tornadas invisíveis e dispensáveis pelo projeto.

A partir dos objetivos propostos podemos afirmar ter este trabalho uma contribuição a dar, tanto em termos teóricos, como em termos práticos e, ainda, em termos teórico-práticos.

Do ponto de vista teórico e também metodológico, este trabalho tem pretensões de renovação no tratamento de uma temática específica, o planejamento e gestão urbanos e, ainda, de prolongamento nas discussões no campo da Geografia. O primeiro argumento se mostra pela peculiaridade da análise que se pretende fazer dos discursos e

imagens projetados pela atual administração municipal em torno do projeto “Portal da Amazônia”. Nesse sentido, não pretendemos avaliar ou enquadrar o planejamento e a gestão realizados pela prefeitura em um modelo em específico: estratégico, situacional, participativo... Queremos sim mostrar esse planejamento e gestão em sua dimensão discursiva e imagética, ou seja, mostrar a partir de uma análise do discurso, o funcionamento dessas massas discursivas e imagéticas, o que nos remete ao entendimento da forma em que estas massas criam regimes de visibilidade e enunciação. Mas queremos, ainda, demonstrar a dimensão prática do planejamento e da gestão, os arranjos espaço-temporais que desenha uma conduta, que expressa formas específicas de exercício do poder.

Ainda em termos teóricos, tentamos fazer deste trabalho um ensaio de uma “nova” proposta teórico-metodológica no interior da geografia, partindo de uma arqueologia dos saberes geográficos, passando por uma genealogia da organização espacial, até chegar a uma geografia do presente. Vale dizer que esta proposta teórico-metodológica tornar-se-á mais clara quando, no primeiro capítulo, elucidarmos melhor nossas bases de sustentação.

Além destas justificativas teóricas, pensamos que este trabalho também contribui para mostrar de que maneira, através de imagens e discursos, (re)inventa-se uma cidade. Outros trabalhos já indicaram nesta direção, mas em uma escala regional, como Albuquerque Jr. (2006), Castro (1993) tratando da invenção do Nordeste, Dutra (1999, 2003) tratando da invenção do Estado do Tapajós e da invenção da Amazônia, assim como Nahum (1999) também tratando da Amazônia. Porém, pretendemos evidenciar aqui este processo em torno da cidade de Belém, na intenção de desnaturalizar esta invenção e por em evidência suas contradições.

Tratar das imagens de Belém, é preciso que se diga, não se constitui uma tarefa nova, Acevedo Marin; Chaves (1997) já mostraram imagens paradoxais reveladoras de uma experiência *frágil* de modernidade nesta cidade; nas trilhas de Benjamin e Baudelaire, mostraram a Belém polifônica, paradoxal, insustentável a partir de montagens onde puderam inferir literatura, arquitetura, moda, fotografia, cinematografia e memórias.

Nosso caminho é um tanto diferente, mas também pretendemos mostrar a constituição de uma imagem de cidade e as contradições envolvidas nesse processo nas lutas pela legitimidade enunciativa e imagética.

Do ponto de vista prático esta dissertação assume importância, uma vez que o projeto por ela analisado pode significar a expulsão de milhares de pessoas incluindo aquelas que trabalham em feiras, portos e trapiches existentes na orla fluvial de Belém. Nesse sentido, expor as contradições práticas do projeto parece ser uma contribuição interessante.

Além disso, com o registro das experiências sociais que será realizado no último capítulo deste trabalho, pretendemos contribuir de modo a possibilitar a ativação de outros discursos, de outras faces “invisíveis” da cidade.

Em termos teórico-práticos queremos ressaltar que uma das linhas de intensidade deste projeto consiste em transformar a teoria em prática estratégica. E isso será feito como um pressuposto metodológico, ou seja, irá permear todos os caminhos postos para nossa análise. Nesse sentido, esperamos que esta dissertação se transforme em registro importante e ponto de partida para a ação dos movimentos sociais, organizações e centros comunitários envolvidos com a questão da orla de Belém.

A partir daqui é necessário mostrar caminhos que levem a concretização dos objetivos propostos, ou seja, cartografar os passos interpretativos que ainda estão por vir a partir de uma compreensão metodológica que nos permita entender a natureza do objeto de estudo, bem como as formas possíveis de analisá-lo em sua complexidade, sendo coerente com o referencial teórico que guia as nossas reflexões.

Primeiramente é imprescindível mostrar que a pesquisa a ser realizada mostra-se enquanto uma pesquisa qualitativa, na qual as interpretações que se constroem não estão isoladas das condições em que o pesquisador se encontra. Por isso, é importante falar que “a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação das hipóteses” (CARDOSO, 1986, p. 101), mostrando que é necessário pensar o pensamento no movimento da realidade.

Após essa ressalva é inevitável para que continuemos qualquer pesquisa transformar os fenômenos que estruturam nossa problemática, em objetos de estudo possíveis de serem analisados. Como tratamos dos discursos e imagens projetados através das propagandas em torno do projeto “Portal da Amazônia”, uma primeira tarefa que se apresenta é tratar esses discursos e imagens como materialidades, enunciados.

Destarte, como mecanismo para transformar em objetos de estudo as massas discursivas e imagéticas produzidas e projetadas acerca da orla de Belém pela PMB, através dos materiais de *marketing* do “Portal da Amazônia”, convém delimitar o *corpus*, ou seja, o conjunto de discursos e imagens escolhidos para análise, de acordo

com a problemática enfocada, ou em outros termos, faz-se necessária a constituição de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto discurso que ele se dá por tarefa interpretar (MAZIÈRE, 2007).

Com efeito, o *corpus* que melhor representa as práticas enunciativas que mostram a orla fluvial de Belém como uma vitrine da cidade são os documentos oficiais da Prefeitura de Belém e do Governo do Estado do Pará, as propagandas da atual administração municipal acerca do projeto “Portal da Amazônia”, além das próprias falas de técnicos envolvidos na elaboração do mesmo.

A escolha dos documentos a serem analisados obedeceu aos objetivos colocados para a análise, sendo que os primeiros documentos deveriam responder quais as condições de possibilidade para a emergência da orla fluvial de Belém como objeto privilegiado nos discursos e imagens projetados, tanto pela PMB, como pelo Governo do Estado do Pará. Neste primeiro momento da análise, escolhemos os documentos oficiais, principalmente as mensagens à Câmara dos Vereadores de Belém (no caso dos prefeitos) e à Assembléia Legislativa do Estado do Pará (no caso dos governadores). Esta escolha nos permitiu compreender as circunstâncias de enunciação e os contextos sócio-históricos para a projeção da orla fluvial como objeto enunciativo privilegiado.

Um segundo momento da escolha dos documentos para serem analisados deveria responder à questão do funcionamento dos discursos em torno do “Portal da Amazônia”. Essa escolha não foi um exercício fácil, pois foi necessário compreendermos, primeiramente, quais os dispositivos, ou seja, quais os instrumentos midiáticos de difusão e circulação de informações, privilegiados pela PMB para fazer informar a população sobre o projeto em questão. Nesse sentido, escolhemos os dois jornais diários de maior circulação na Região Metropolitana de Belém, O Liberal e Diário do Pará, como os principais dispositivos de análise, sem negligenciar o *site* oficial da PMB e algumas notícias veiculadas em outros *sites* na internet. O período analisado foi de janeiro de 2006 a janeiro de 2009, sendo a análise dos jornais feita nos cadernos de maior incidência de notícias sobre o projeto em questão. Desta análise conseguimos extrair um *corpus* para analisarmos o funcionamento dos discursos em torno do “Portal da Amazônia”.

Porém, antes de analisarmos os discursos e imagens fizemos primeiramente uma pesquisa e análise bibliográfica de temas e autores pertinentes para a construção de nossa matriz teórico-metodológica e isso se colocou como primeiro procedimento

metodológico. Um segundo procedimento metodológico foi a pesquisa e análise documental, na qual buscamos os discursos e imagens que foram analisados.

O terceiro procedimento metodológico realizado foram as observações sistemáticas na área do projeto e suas adjacências, nas quais reconhecemos os atores a serem entrevistados posteriormente, fizemos um registro fotográfico e, também, uma descrição densa dos espaços, a partir da qual tentamos fazer uma etnografia das experiências sociais da orla sul de Belém.

Um quarto procedimento metodológico foram as entrevistas. Realizamos tanto entrevistas semi-estruturadas como entrevistas não-estruturadas, uma vez que em determinados momentos tivemos a necessidade de apenas conversar com as pessoas sem sistematização prévia e desta conversa tirar elementos de análise. As entrevistas foram realizadas com técnicos da prefeitura envolvidos na concepção e implementação do projeto “Portal da Amazônia”, bem como com atores diretamente atingidos pelo projeto. Vale lembrar ainda, que alguns depoimentos usados neste trabalho resultam das oficinas realizadas pelo Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia⁵”, particularmente para a elaboração dos fascículos sobre os feirantes dos portos públicos de Belém e ribeirinhos das ilhas de Belém.

O quinto procedimento metodológico realizado foi a análise do discurso. Desta feita, tratamos da análise de enunciados, uma vez que os discursos se mostram como conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2007).

Os enunciados são compostos por signos, porém o que mais importa é o fato desses enunciados caracterizarem-se por quatro elementos básicos, como nos mostra Fischer (2001): um referente (ou seja, um princípio de diferenciação, no nosso caso em específico, a orla fluvial de Belém); um sujeito (no sentido de *posição* a ser ocupada, que na realidade refere-se a quem pode efetivamente afirmar aquele discurso, não sendo, no nosso caso em específico, a prefeitura o sujeito do discurso, mas todos aqueles que, nas relações de interlocução, encontram-se na posição de enunciador destes discursos); um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados); e uma

⁵ O projeto “Nova cartografia social da Amazônia” é coordenado pelo Prof. Dr. Alfredo Wagner da UFAM e pela Prof^a. Dra. Rosa Acevedo Marin do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. O projeto busca produzir uma cartografia social de movimentos sociais espalhados por toda a Amazônia, sendo que os mapas são produzidos pelos próprios atores sociais e publicados em forma de fascículos, que são produzidos no sentido de se tornarem instrumentos de ação política.

materialidade específica por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução.

Traçados os caminhos a serem trilhados pela análise que aqui se pretende fazer, basta agora que mostremos como irão se organizar nossos argumentos para que o leitor compreenda a estrutura geral do trabalho.

Nestes termos, essa dissertação é dividida em cinco capítulos seguidos de algumas considerações finais. No primeiro capítulo faremos um diálogo crítico entre a obra de Michel Foucault e a Geografia a fim de montarmos os alicerces teóricos e metodológicos da nossa análise. Este capítulo inclui uma revisão teórica dos geógrafos que dialogaram com a obra deste filósofo, uma análise sintética da obra foucaultiana, enfocando sua arqueologia do saber, sua genealogia do poder e sua estética da existência e, ainda, uma proposta de análise teórico-metodológica para a geografia a partir da aproximação com a obra de Foucault, que consiste na construção de uma arqueologia dos saberes geográficos, uma genealogia da organização espacial e uma geografia do presente. Esta proposta dará rumo para o conjunto das interpretações posteriores.

No segundo capítulo, seguindo a lógica de uma arqueologia dos saberes geográficos, faremos uma incursão nas condições de possibilidade para a emergência da orla de Belém como discurso e imagem privilegiada para o planejamento e gestão urbanos. Neste capítulo, buscamos o contexto político-social desta emergência, as mudanças nas formas de ver e dizer a cidade e os elementos constitutivos da nova forma de olhar e falar da cidade, os quais nos remetem a formação de um discurso moderno/colonial da urbe.

No terceiro capítulo, ainda nos reinos de uma arqueologia dos saberes geográficos, entraremos na análise do funcionamento dos discursos e imagens em torno do “Portal da Amazônia”. Consta neste capítulo um exame dos dispositivos midiáticos; da formação e circulação da uma massa discursiva e imagética em torno do “Portal da Amazônia”; e das estratégias de funcionamento desta massa, o que nos revelou um discurso metonímico, proléptico, a separação entre as palavras e as coisas e a tomada do espaço pelo tempo, como formas de construir a legitimidade enunciativa e imagética do projeto.

No quarto capítulo, agora tendo como guia uma genealogia da organização espacial, entraremos nas práticas não discursivas do projeto, nos arranjos espaço-temporais que desenham uma conduta. Nesta seção da dissertação, primeiro

mostraremos o planejamento como uma tecnologia do poder de uma sociedade de segurança para, então, discutirmos com mais profundidade as características do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), suas contradições jurídicas e em termos de planejamento e gestão urbanas até construirmos uma análise que enfoca a natureza biopolítica desta política pública.

No quinto e último capítulo, sob a inspiração de uma geografia do presente, mergulharemos nas experiências sociais e espaciais dos atores diretamente afetados pelo projeto “Portal da Amazônia”. Tentamos neste capítulo registrar, de forma não muito convencional, as linhas de intensidade, de fuga, que ainda persistem na orla sul da cidade, a fim de tornar visível e enunciável o que não é visto e tomado como dispensável.

2 A ARQUEOLOGIA DOS SABERES GEOGRÁFICOS, A GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A GEOGRAFIA DO PRESENTE

*Um criador é alguém que cria suas próprias
impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um
possível*

Gilles Deleuze

*A busca seria, então, da mesma espécie que
o erro. Errar é voltar e retornar, abandonar-
se à magia do desvio*

Maurice Blanchot

*Nem tudo o que escrevo resulta numa
realização, resulta mais numa tentativa. O
que também é um prazer. Pois nem tudo eu
quero pegar. Às vezes, quero apenas tocar.
Depois o que toco às vezes floresce e os
outros podem pegar com as duas mãos*

Clarice Lispector

Esta dissertação não pode prescindir de uma base sólida e rica em termos de teoria e método. É só montado o solo epistemológico que nos sustenta, que conseguiremos dar um norte aos nossos pensamentos e análises. Aqui neste capítulo, portanto, tentamos organizarmo-nos teórica e metodologicamente. Cada momento aqui desvendado irá ressoar nos capítulos posteriores como indicativo de pesquisa, não como prisão conceitual e metodológica.

Muito do que foi dito na introdução deste trabalho talvez tenha ficado sem explicação, principalmente os elementos teórico-metodológicos mobilizados. O que queremos agora, portanto, é explicitar nossas bases a fim de buscar os caminhos para as respostas às perguntas elaboradas na introdução deste trabalho. Estas bases, que fique claro, foram construídas a partir de uma tentativa de aproximação teórica e metodológica entre a obra de Michel Foucault e a Geografia.

Começamos dizendo que o desafio que se erige diante de nós, no momento em que nos propomos a fazer um diálogo crítico entre a obra de Michel Foucault e a ciência geográfica para consolidar nossas bases teórico-metodológicas, não é dos mais fáceis. Não podemos pensar que vamos arrolar todos os geógrafos que trabalharam com as idéias de Foucault ou mesmo esgotar todos os campos de análise que as teorias desse filósofo abrem para a geografia. Contentamo-nos em mostrar alguns importantes autores que se apropriaram das teorias foucaultianas, levantar pistas analíticas que se abrem a partir destas teorias e propor uma forma de pensar o espaço a partir da arqueologia do saber, da genealogia do poder e da ontologia do presente. Permitimo-nos, no transcorrer desse caminho, que não se encerra neste capítulo logicamente, incorrer em incoerências e deslizos característicos de um projeto ambicioso e complexo.

Não queremos, diga-se de passagem, observar o que tem de geográfico na obra de Foucault, não é só isso que nos move aqui. Queremos apresentar de maneira sucinta e breve, se o peso da formação nos permitir, como a obra deste filósofo pode contribuir para o prolongamento do pensamento geográfico e, assim, logicamente, fundamentar nossa pesquisa sobre a orla fluvial.

Este capítulo, portanto, estrutura-se em três partes: a primeira em que falamos da apropriação da obra de Michel Foucault por parte de geógrafos com contribuições decisivas no interior da disciplina; a segunda, em que analisamos de maneira sintética o pensamento de Foucault, da sua arqueologia do saber, passando pela genealogia do poder à estética da existência; e a terceira, na qual visualizamos a matriz analítica hegemônica que guia a discussão sobre espaço (economia política) na geografia e

propomos, à luz da matriz teórico-metodológica foucaultiana, uma alternativa para a compreensão do espaço levando em consideração, uma arqueologia dos saberes geográficos, uma genealogia da organização espacial e uma geografia do presente.

2.1 OS GEÓGRAFOS E FOUCAULT

É evidente que a obra de Foucault não foi uma das mais debatidas no âmbito da Geografia, mas existem algumas exceções que são dignas de nota.

Um primeiro nome de relevo a ser citado é Edward Soja (1993), autor que, como alguns outros, como Milton Santos, trouxe a discussão acerca do espaço para a teoria social crítica e alertou para o historicismo exacerbado desta teoria e para certa negligência para com o espaço da mesma.

Este mesmo autor, tomando as bases do materialismo histórico e dialético, afirma ser necessário pensar o espaço e, por extensão, a geografia, e não apenas o tempo e a história como uma das bases do método marxista. Nesse sentido, torna-se necessário chegar, para entender a sociedade em sua contradição e movimento, em uma dialética sócio-espacial, na qual o espaço não é apenas reflexo das relações sociais, mas uma força produtiva imprescindível para a reprodução dessas relações. Esta possibilidade de abordagem é mostrada nos estudos urbanos regionais de modo a construir o que o autor chama de Geografias Pós-Modernas.

Não queremos alargar essa discussão, mas achamos pertinente partir dela, pois Foucault vai ser tomado a partir deste enfoque geral. Com efeito, Soja (1993) afirma ser Michel Foucault e Henri Lefebvre, os filósofos que, fugindo à regra, incorporam a dimensão espacial com centralidade em seus trabalhos. Nesse sentido, as críticas de Foucault ao historicismo e sua história espacializada são ressaltadas, além da sua utilização de metáforas geográficas, sua discussão sobre os *outros espaços* (ou heterotopias) e seu prognóstico acerca de uma era espacial. Não vamos tratar os argumentos em específico, pois dialogaremos com eles posteriormente, mas apenas queremos reconhecer que Foucault é tomado por Soja apenas por seus *fragmentos espacializados*. O que nos parece, em geral, é que dentro da coerência argumentativa do livro (*Geografias Pós-modernas*) Foucault é tomado apenas como um teórico que colocou o espaço na centralidade de sua teoria, não como teórico do saber ou do poder.

Perece que ele é visto de fora para dentro e os objetivos do livro amarram os fragmentos levantados para a discussão.

Além de Soja, outros autores importantes tomaram as contribuições de Foucault para a Geografia, dois deles, em especial, incluíram-na no sentido de abrir um debate acerca da relação entre o espaço e o poder para chegar ao conceito de território.

Claval (1979) mostra, em sua discussão sobre espaço e poder, que os debates que tomam o poder como centralidade são abstratos, pois não visualizam uma espacialização desse poder, suas raízes ecológicas, a lógica das distâncias, das disposições. Nesse sentido, a idéia deste autor é mostrar que o poder, em seu exercício, realiza-se por e a partir de uma realidade concreta, sendo que a vigilância, o controle e principalmente a autoridade desempenham um papel espacial. Dessa forma, o poder desde suas formas mais elementares, como a autoridade, influência ideológica e influência econômica, até suas formas mais complexas, como as relações entre indivíduos e a sociedade, através de relações impessoais, personalizadas e institucionais, manifesta-se na arquitetura social, tem, assim, uma dimensão concreta que pode ser vista pelos nós de suas redes, pelas fronteiras, pelos domínios ou pela extensão.

É no interior desse conjunto de argumentos que Claval (1979, p. 9) vai afirmar que “Michel Foucault fez avançar, recentemente, as idéias nesse domínio. Focalizando as técnicas de controle e de vigilância, fazendo-se historiador minucioso do grande encarceramento”. Com efeito, a partir das idéias de Foucault o autor conclui que o exercício do poder pressupõe uma organização particular do espaço, enfatizando as interdições, o controle de entrada e saída de pessoas, bem como vários outros exemplos.

As discussões levantadas por Claval (1979) parecem priorizar a teorização sobre a emergência de uma sociedade disciplinar, enfatizada por Foucault (1977), na qual a prisão mostra-se como prática disciplinar por excelência, que ultrapassa seus muros e chega à sociedade como um todo a partir de instituições como a família, a escola, o hospital, as indústrias.

Essa é a leitura que faz Claval de Foucault, também a partir de um fragmento de sua obra, basicamente o livro “*Vigiar e Punir*” (FOUCAULT, 1977a). Não é levantado para a discussão que a disciplina, além de ter uma dimensão instrumental, também organiza discursos, nem é visto que a noção de espaço em Foucault vai bem além de um mero instrumento de poder como iremos ter oportunidade de mostrar mais à frente.

Além de Claval, outro geógrafo toma as idéias de Foucault para discutir a relação entre espaço e poder, falamos de Raffestin (1993) que, em nossa opinião, é dos

autores tomados para análise o que mais se apropria das idéias foucaultianas, não as colocando como secundárias ou como *reparos teóricos*, mas como estruturantes para seu pensamento e sua proposta de uma geografia do poder. Logo em suas notas prévias essa influência fica bem clara quando o autor afirma

A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Para chegar a sua concepção de território, anteriormente Raffestin tem a preocupação, que alias poucos geógrafos que discutem o território têm, de entender a natureza do poder. Para isso, então, lança mão das proposições de Foucault, a saber:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência, ou por isso mesmo, esta jamais esta na posição de exterioridade em relação ao poder.

A partir destas concepções, Raffestin mostra que toda relação é o ponto de surgimento do poder, o que afirma sua multidimensionalidade. Nesse sentido, vai se constituindo uma noção de território que tem duas outras noções como fundamento a partir dessa analítica do poder: a energia e a informação, noções estas que se ligam diretamente às concepções de poder e saber. Nas palavras do autor,

Nota-se que para Foucault e Deleuze *todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber*. Essa ligação entre saber e poder é atestada por muitos autores. A energia pode ser transformada em informação, portanto em saber; a informação pode permitir a liberação de energia, portanto de força (RAFFESTIN, 1993, p. 56, grifos do autor).

As contribuições de Raffestin a partir dessas discussões vão além da retirada da geografia política das “garras” do Estado, ou melhor, vão para além da idéia de que não podemos considerar o Estado como único núcleo de poder, uma vez que o poder é relação e, por isso, é exercido por múltiplos atores, sendo multidimensional. A contribuição é também no sentido de ampliação do conceito de território, visto como espaço socialmente apropriado, dotado de significado, que tem uma dimensão relacional de movimento, fluidez e interconexão, mas também uma forte dimensão simbólica, pois é, também, informação, joga com símbolos.

Porém, devemos lembrar a crítica feita por Souza (1995) e retomada por Haesbaert (2004) que o conceito de território em Raffestin parece não se diferenciar do conceito de espaço social, o que empobrece o arsenal conceitual disponível da geografia. No fim das contas, em termos de relação espaço e poder, Raffestin avança em sua concepção de poder, mas reduz o espaço ao substrato material das relações, ou seja, não equaciona bem os conceitos de espaço e poder para construir o de território.

Por outro lado, as concepções de território, tanto de Souza (1995) como de Haesbaert (2004), têm um enorme discernimento em termos de diferenciação conceitual entre espaço e território não empobrecendo o conceito de espaço social, mas parecem não fazer uma discussão mais profunda acerca de um dos componentes a integrar o conceito de território: o conceito de poder.

É preciso que se entenda, como sugerem Deleuze; Guattari (1992), que os conceitos são multiplicidades, são um todo fragmentário, uma vez que se formam a partir de vários componentes, ou melhor, sempre remetem-se a outros conceitos. No caso do conceito de território, parece-nos necessário que se discutam seus componentes, o espaço e o poder, o que nem sempre é feito de maneira mais aprofundada.

Souza (1995, p. 80) busca Hannah Arendt para mostrar que o poder corresponde “a habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo”. Nesses termos, o poder não pode ser considerado uma propriedade de um único indivíduo, uma vez que o poder deste indivíduo é dado por um povo ou um grupo social que o delegou o poder de agir em seu nome. Portanto, não há poder sem legitimidade, de modo que quando essa legitimidade não existe, o exercício do poder se dá pela violência.

A partir desta concepção de poder, Souza (1995, p. 78) define o território “como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Porém, essas relações de poder ainda estão colocadas em termos de delegação ou ainda se estruturam pelo

princípio da exclusão, em que uns têm poder e outros não o têm, visto que poder significa legitimidade. Ainda, portanto, o poder é uma coisa e não uma relação como o próprio conceito de território sugere.

Em trabalho mais recente o mesmo autor, aprofundando sua argumentação sobre o poder, faz uma crítica severa a Foucault afirmando que sua teoria seria uma espécie de “demonização do poder” por utilizar em seus trabalhos basicamente exemplos de poder opressor, repressor, heterônomo com apreensões negativas, como a proibição. Após a crítica o autor volta novamente a buscar Hannah Arendt e observa que

[...] o poder *puro*, sem o concurso da violência como coadjuvante, é, na verdade, algo fundado sobre o entendimento, dialogicamente (o que não exclui, decerto, o engodo, a mentira, a falta de sinceridade, a mistificação, a manipulação retórica); portanto algo perfeitamente compatível com a autonomia individual e coletiva (SOUZA, 2006, p. 334, grifos do autor).

É preciso ressaltar que Souza escreve esta passagem após mais de trezentas páginas dedicadas à construção de uma proposta de planejamento e gestão urbanos fundados em uma perspectiva autonomista de Cornélius Castoriadis. Assim, podemos entender que parece extremamente funcional a concepção de poder de Hannah Arendt para suas pretensões autonomistas, pois no fundo o que se busca é uma espécie de “liberdade” pela política, ou ainda, um refúgio dialógico dentro do paradigma do entendimento, quiçá do consenso, fora das tormentas que Foucault representa, do intolerável que seu pensamento põe em cena, como ressalta Queiroz (2004).

Tomar a concepção de poder de Foucault pelos seus exemplos parece desconsiderar toda sua teorização sobre o poder como relação de força. Na verdade, Foucault estuda o internamento, a prisão para entender o que está do lado de fora, ou seja, os diagramas de poder que definem os agenciamentos que internam e prendem. Afirmar a “demonização do poder” ou sua apreensão negativa é esquecer que para Foucault o poder em si não existe, existem apenas práticas e relações de poder e que em qualquer relação existe resistência. O que queremos dizer com isso é que o poder não possui uma essência, nem mesmo pode ser considerado como uma coisa que se possui, ou mesmo como algo que se delega, ele, assim, não é definido pelo princípio da exclusão: uns têm o poder outros não o têm, não tem, portanto, essa negatividade. Além do mais, a própria genealogia do poder põe em evidência saberes desqualificados, lutas

invisíveis, ativa forças subalternas, entra nas dobras do poder e apresenta o conjunto de possibilidades emancipatórias inscritas no presente, no acontecer do acontecimento.

Para além da concepção de Souza, a concepção de território de Haesbaert (2004) também possui uma validade excepcional e nos ajuda, sobremaneira, na compreensão do processo de apropriação/dominação do espaço à luz de uma economia política da espacialidade. Nesta concepção, o conceito de poder é extraído de Lefebvre (1984), basicamente de suas noções de dominação e apropriação, a primeira referindo-se muito mais ao processo de funcionalização do espaço, às suas transformações técnicas com vistas à reprodução de um poder político; e a segunda, bastante discutida em outras obras de Lefebvre (1970, 2001, 2002), que se refere à potência do espaço vivido, à *produção* de obras, enfim, ao valor de uso e todos os seus atributos qualitativos. Desta maneira, a dominação do espaço pode ser tomada no sentido mais político e econômico e a apropriação em termos mais simbólico-culturais. O território a partir destas concepções pode ser concebido

[...] a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas [dominação] ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural [apropriação] (HAESBAERT, 2004, p.79).

Se analisarmos de maneira mais atenta a concepção de poder em Lefebvre, podemos observar claramente a influência do método marxista e da forma de conceber o poder pelo princípio da exclusão: uns o têm, outros não. Em termos de dominação temos uma forma de ver o poder, até certo ponto, localizada no aparelho do Estado e em termos de apropriação percebemos uma forma de poder que se insere no interior das contradições de classe, que opera nas oposições quantitativo-qualitativo, obra-produto, apropriação-propriedade, enfim, opera pelo princípio dominante-dominado.

Porém, a apropriação feita por Haesbaert (2004) dos conceitos de apropriação e dominação os insere no âmbito de relações de poder que são qualificadas a partir dos mesmos. O que falta, então, é esclarecer, em termos conceituais, o que vem a ser essas relações de poder e se podemos, nesse sentido, usar a matriz analítica que estrutura as idéias de Lefebvre para entender as relações de poder de que nos fala Haesbaert.

Vale dizer que não estamos negando a validade das concepções de território, tanto de Souza (1995), como de Haesbaert (2002), nem mesmo suas enormes contribuições para a compreensão da dimensão territorial da sociedade, apenas

ressaltamos que as concepções de poder que fundamentam os conceitos ainda carecem de um aprofundamento maior.

Outro geógrafo a dialogar com Foucault, não mais para discutir a relação espaço e poder, mas de maneira mais ampla, é David Harvey (2003), que em seu livro *A condição pós-moderna* pretende partir do modernismo, de sua expressão em idéias, movimentos sociais, na arquitetura, na literatura e nas artes para observar a emergência de uma condição pós-moderna, que se expressa na economia, como no regime de acumulação flexível, na literatura, no cinema, nas artes de modo geral, nas idéias de alguns autores e, principalmente, na experiência do espaço-tempo. Diferentemente de Soja, Harvey observa Foucault muito mais além de seus fragmentos espaciais, pois o toma como um representante de idéias pós-modernas.

Desse modo, reconhece a importância de Foucault desde sua arqueologia do saber até sua analítica do poder, passando pela sua discussão sobre o corpo, mas enfatiza principalmente a idéia de micropolítica, sua análise descentrada e periférica, ou melhor, ascendente do poder e, também, a concepção de que as lutas sociais devem ocorrer de forma multifacetada e pluralista. Nas palavras de Harvey (2003, p. 50) “as idéias de Foucault [...] merecem atenção por terem sido uma fonte fecunda da argumentação pós-moderna”.

Harvey (2003, p. 196) ainda dialoga com a concepção de heterotopia de Foucault enfatizando a relação entre corpo e espaço, mostrando que “o corpo existe no espaço e deve submeter-se à autoridade [...] ou criar espaços particulares de resistência e liberdade – *heterotopias*”. Esses espaços, enfatizados por Foucault (2001), são lugares de ordenação fluida, exemplos de maneiras alternativas de fazer as coisas, são espaços, como mostra Harvey (2004), já em outro trabalho, em que a diferença, a alteridade e o *outro* podem florescer. São, nesse sentido, “reafirmações válidas e potencialmente significantes de algum tipo de direito a moldar parcelas da cidade segundo outra imagem” (HARVEY, 2004. p. 242).

Voltando ao livro “*A condição pós-moderna*”, percebemos ainda que Harvey (2003, p. 197), após uma breve análise sobre os espaços de controle social, ou dos espaços disciplinares, conclui com uma crítica dizendo que “a concentração foucaultiana exclusiva nos espaços de repressão organizada (as prisões, o *panóptico*, os manicômios e outras instituições de controle social) enfraquecem a generalização de seu argumento”.

Em geral a argumentação de David Harvey parece muito mais consistente acerca da teoria foucaultiana do que a de Soja, embora este último tenha dedicado um sub-capítulo em específico para tratar do filósofo, enquanto Harvey comenta sobre a teoria de Foucault ao longo de todo seu livro “*A condição Pós-moderna*” e em alguns capítulos do Livro “*Espaços de esperança*”.

Atevemo-nos a dizer que Harvey, inclusive, inclui argumentos foucaultianos em sua proposta de renovação do materialismo histórico, quando propõe: tratar as diferenças como algo que deveria estar presente desde o início na tentativa de apreensão dialética da mudança social; reconhecer as dimensões do espaço e do tempo como relevantes; considerar a possibilidade de construir o materialismo histórico-geográfico como caminho de pesquisa aberto e dialético. Mas a influência se torna mais clara com a proposição de:

Um reconhecimento de que a produção de imagens e de discursos é uma faceta importante de atividade que tem de ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação da ordem simbólica. As práticas estéticas e culturais devem ser levadas em conta, merecendo as condições de sua produção cuidadosa atenção (HERVEY, 2003, p. 321).

Visualizamos que, tanto a temática dos discursos e imagens, como a própria condição de produção dos mesmos é colocada como elemento fundamental para uma renovação do materialismo histórico. Porém, são muitos os princípios que divergem, em termos de método, se fizermos o exercício de tomar a teoria de Foucault em comparação com o materialismo histórico e dialético, desde a recusa a um sujeito do conhecimento, passando pela crítica a noção de ideologia e classes sociais, até a pressuposição de uma análise ascendente e fragmentária em detrimento de uma análise estrutural e organizada.

Como não poderia deixar de ser, Harvey toma Foucault pelo marxismo e, embora reconheça seu valor e inclua em sua argumentação algumas de suas idéias, não leva em conta a mesma, de maneira a reconhecer suas bases. Ainda assim, Harvey toma Foucault de fora para dentro e, desse modo, não reconhece toda sua potência analítica.

Isso não pode soar em tons de crítica, tanto neste momento a Harvey, como em um momento anterior a Soja, haja vista que os dois autores tomam a teoria foucaultiana a partir do solo epistemológico que os dá sustentação: o materialismo histórico e dialético, ou histórico e geográfico e, logicamente, vai existir um crivo de método nestas apropriações.

Retornemos à crítica em relação à impossibilidade de generalização feita por Harvey à teoria foucaultana. Esta crítica revela-se na busca incessante pela totalidade, o que está na raiz do método marxista. Não são as partes que explicam o todo, nem os fragmentos que formam a totalidade, mas é a totalidade que explica seus fragmentos. Desse modo, o conhecimento deve buscar a universalidade para posteriormente se dividir e entender, à luz de processos gerais, as partes. O contrário é sempre acusado de princípio positivista por esta forma de ver o mundo, ou seja, nunca o todo pode ser visto pelas partes e, assim, o intelectual deve buscar verdades universais.

Parece que há uma incompreensão nesta crítica, uma vez que quando Foucault estuda as prisões ou as internações, como afirmamos anteriormente, está preocupado com o lado de fora, com o que define os agenciamentos concretos que prendem e internam. Como afirma Deleuze (2005, p. 52, grifos do autor):

É uma questão geral de método: em vez de ir de uma exterioridade aparente para um *núcleo de interioridade* que seria essencial, é preciso conjurar a ilusória interioridade para levar as palavras e as coisas à sua exterioridade constitutiva.

Não se trata de uma inversão formal da lógica – do universal ao particular, mas os caminhos de análise nascem de uma constatação concreta: o poder não se possui se exerce, e devemos reconhecê-lo a partir da dinâmica de seu exercício para tentar entender o seu conjunto.

A partir daqui entraremos na obra de Foucault para construirmos um solo firme que nos garanta segurança para posteriormente mostrar pontos de contato possível entre esta obra e a geografia.

2.2 FOUCAULT PARA A GEOGRAFIA

Abrimos um parêntese a partir daqui para apresentar da maneira mais sucinta possível a estrutura de pensamento de Foucault para que possamos, posteriormente, melhor pensar em uma forma de ver e entender o espaço através das idéias deste filósofo.

Começemos, portanto, esclarecendo sua proposta metodológica e a partir dela suas temáticas e conceitos mais relevantes irão emergir para o debate.

Como nos mostra Deleuze (2006) a obra de Foucault pode ser entendida em três momentos analíticos, o primeiro compreende uma arqueologia do saber que estuda as formas, como arquivos e enunciados montando uma superfície de inscrição de discursos; o segundo, que se mostra na genealogia do poder centrado nas relações de força, no diagrama; e o terceiro, que trata dos processos de subjetivação, das dobras das forças, do cuidado de si.

Com efeito, para melhor entendermos este primeiro momento analítico arqueológico enfatizamos cinco notas fundamentais, a partir da leitura de Castelo Branco (2007), a saber: 1) todo discurso, fala, pensamento é uma prática e são, em última instância, coordenados por enunciados que são matrizes anônimas de um tempo determinado; 2) tais matrizes transformam-se e modificam a configuração do saber, o que faz com que diferentes camadas discursivas se superponham, tornando possível uma arqueologia; 3) nossa época mostra o aparecimento do homem como senhor da representação; 4) para tornar-se objeto de conhecimento o homem se torna nebuloso e desconhecido; 5) o homem, invenção recente da arqueologia do pensamento, deixará de existir em um futuro próximo.

O que essas passagens nos mostram é o discurso como materialidade produtiva, como uma superfície, não como uma forma que esconde um conteúdo a ser desvelado, mas como uma prática que não esconde uma verdade, mas que, em determinadas condições, produz realidades e verdades (FOUCAULT, 2007). De maneira mais precisa, os discursos não são simples conjunções de fatos lingüísticos ligados por formas sintáticas, não são, ainda, resultantes de uma interioridade de um sujeito de conhecimento que possui uma verdade a ser dita, são práticas estratégicas, materialidades, são máquinas de fazer ver e falar, haja vista que criam realidade e produzem efeitos de verdade (FOUCAULT, 1995).

A partir da sugestão de Machado (1990) dizemos que a palavra-chave na análise arqueológica é *como*, uma vez que o que se analisa é como os saberes se constituem e se transformam, como se dão suas inter-relações discursivas e suas articulações com as instituições. Entretanto, a partir de livros como “*Vigiar e punir*”, “*A vontade de saber*” e os outros volumes da “*História da sexualidade*”, a questão não é mais saber *como*, mas *porquê*. Falamos, dentro desses termos, em uma genealogia do poder, em uma análise que pretende

[...] explicar o aparecimento de saberes a partir das condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peças de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nitzscheana Foucault chamará de genealogia (MACHADO, 1990, p. X).

De modo geral, passamos como sugere Deleuze (2005), do arquivo para a estratégia. Primeiramente somos arquivistas, não por buscar, entre as teias de aranha de livros e documentos, frases e proposições perfeitamente enquadráveis em nossas idéias ou ideais. Somos arquivistas a procura de enunciados e tratamos os enunciados como raridades, pois não podemos negar que apenas poucas coisas podem ser ditas e vistas. A partir daí somos estrategistas e nos voltamos para as relações de força, para a análise de dispositivos, que são máquinas de fazer ver e falar, para o funcionamento de imagens e discursos, para as engrenagens do poder numa análise ascendente que parte do seu exercício para talvez mostrar o seu conjunto.

Entramos em uma *genealogia do poder*, não entendendo o poder, como lembra Queiroz (1999), como uma propriedade, como algo exclusivo do aparelho do Estado, como algo determinado pela infraestrutura econômica, nem como uma essência ou uma lei. O poder não é forma é força, é exercício, ação, relação, prática, “ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica, não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa” (MACHADO, 1981, p. 192).

Para sermos mais precisos com relação à concepção de poder, recorreremos às precauções metodológicas para a analítica do poder que Foucault (1990) mostra com maestria: primeiramente não devemos tratar o poder pelo seu centro e sim pelas suas extremidades, ou seja, mostrar onde ele se torna capilar, os seus instrumentos, o que significa mostrar como o mesmo se exerce; uma segunda precaução é a de que não devemos, também, tratá-lo pelo seu lado interno, ou seja, perguntar quem tem ou deixa de ter poder, mas entendê-lo em sua face externa, onde se exerce e produz efeitos reais; um terceiro elemento a ser considerado é que não podemos tratar o poder como fenômeno homogêneo, uma vez que ele não se aplica aos indivíduos, passa por eles; uma quarta consideração nos mostra que é preciso, ainda, fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, partir das técnicas, do seu exercício, para posteriormente chegar ao seu conjunto, o que significa partir de uma análise de seu funcionamento, dos

dispositivos criados para seu exercício e não interrogar sobre suas grandes motivações; uma última consideração é a de que não são ideologias que se formam nas bases das máquinas de poder, são instrumentos reais de formulação e acumulação de saber, isso significa que não devemos perguntar por que um sujeito de conhecimento foi separado de sua verdade por uma ideologia posta em discursos, mas mostrar que o poder para se exercer precisa criar saber, produzir efeitos de verdade, o que nos leva a interrogar por que um discurso se torna efetivo, por que é acolhido um determinado tipo de discurso que é feito funcionar como verdadeiro e não outro? Por isso, não há no discurso uma oposição virtual a algo que é verdadeiro, mas a produção de efeitos de verdade.

Mas ainda é preciso buscar as fissuras do poder, suas dobras, buscar uma terceira dimensão da obra de Foucault pouco trabalhada por seus comentadores. Uma busca do sujeito? Muitos diriam isso, mas o sujeito aparece, como esclarece Deleuze (2006), como subjetivação, quando as forças se dobram. Isso nos indica que esta terceira dimensão refere-se à invenção de novas formas de existência, de intensidades, novas possibilidades de viver.

A via para se chegar a esta terceira dimensão não parece ser a interpretação, mas a experimentação. É preciso, então, construir uma história do presente, do acontecer do acontecimento, uma história que não seja feita para dar unidade, mas para entender a heterogeneidade das relações de força. Para isso, é preciso descrever, inscrever-se na lógica das emergências, construir uma nova concepção de tempo, de morte e de vida.

Mas como o que nos move aqui é a contribuição que Foucault pode dar à geografia e conseqüentemente ao nosso trabalho, queremos mostrar agora de maneira breve a compreensão deste filósofo sobre o espaço a partir dos seus princípios metodológicos, para posteriormente, na outra seção deste capítulo, dialogar com as três dimensões de sua obra a fim de prolongar nossa concepção de espaço.

Alguns geógrafos, após a leitura de um capítulo do livro “*Microfísica do Poder*” em que Foucault é questionado sobre a Geografia, teimam em afirmar que a noção de espaço na teoria deste filósofo é restrita, pois o mesmo pretensamente teria uma visão instrumental do espaço, que não enxerga o conteúdo por traz das formas, e resume sua análise apenas ao material das relações.

Esta entrevista começa com incompreensões de ambos os lados, mas com o desenrolar da mesma se chega a uma interlocução interessante e produtiva que revela a importância da Geografia para as teorizações de Foucault. Fica claro que o espaço ou as metáforas espaciais são imprescindíveis para pensar as relações entre poder e saber,

uma vez que as relações de poder passam pelo saber e para descrevê-las é necessário pensar em campos, territórios, posições. Nesse sentido, as táticas e estratégias do poder operam através de distribuições, de controles do território, de recortes.

Parece, em uma primeira aproximação, que esta noção de espaço é um tanto instrumentalizada, mas Foucault (1990, p. 159) mostra que a delimitação das implantações, dos recortes espaciais faz aflorar processos que são históricos, ou seja, “a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados”. Portanto, não devemos ver o espaço em Foucault como algo vazio apenas instrumental, mas como resultado de relações de força, como efeito de relações de poder e, ainda, como estratégia e máquina produtora de sentido.

Para não mais cairmos no erro de entender que Foucault só fala em espaço instrumentalizado, deixemos que ele mesmo nos diga que

O espaço em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e corrói, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual podemos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delineia localizações irredutíveis umas às outras e absolutamente não superponíveis entre si (FOUCAULT, 2001, p. 412).

Antes de continuarmos esta idéia de Foucault que vai desaguar nas heterotopias, queremos mostrar que a partir desta passagem podemos ver primeiramente o espaço como efetivamente produtivo, um espaço que dilacera e corrói, como uma máquina produtora de sentido, uma estratégia, uma prática do poder. Porém, este espaço não é vazio, pois é produzido por relações que delineiam posições estratégicas, não apenas resultado das relações de força, mas também uma força.

Estes espaços heterogêneos são lugares de ordenação fluida, são na realidade

[...] contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder, obviamente, apontar a sua posição geográfica na realidade. Chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias (FOUCAULT, 2001, p. 415).

Percebemos, então, que a noção de espaço em Foucault não é tão restrita como parece e, ainda, queremos prolongá-la para mostrar aqui sua eficiência analítica. A partir daqui queremos mostrar que a geografia avançou bastante no campo da economia política, mas parece não ter desenvolvido uma análise da governamentalidade do espaço, um campo analítico que entenda o poder como relação em estreita interação com o saber.

2.3 A ARQUEOLOGIA DOS SABERES GEOGRÁFICOS, A GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A GEOGRAFIA DO PRESENTE: MONTANDO CAMINHOS INTERPRETATIVOS

A geografia, a partir de seu movimento de renovação crítico legitimou uma forma de entender o espaço, centrada em uma economia política espacial a partir principalmente da leitura da obra do filósofo francês Henri Lefebvre. De sua matriz de pensamento que renova o marxismo estruturalista, pois incorpora outras dimensões sociais para o entendimento da (re)produção capitalista do espaço, derivam várias teorias, da geografia urbana à geografia política, sempre tendo como horizonte analítico, que o espaço é produto, condição e meio para o desenrolar da vida social. As concepções de Lefebvre acerca das dimensões espaciais (concebido, vivido e percebido) e sua forma de trabalhar a dialética em tríades, também estruturaram um campo de estudos geográfico bastante difundido.

Esta forma de pensar o espaço e a geografia emergente na década de 1960 parece tornar-se hegemônica já na década de 1990 principalmente na geografia brasileira. Logicamente que seríamos muito reducionistas de dizer que apenas a matriz lefebvriana influenciou os geógrafos brasileiros, mas podemos levantar, pelo menos em tons hipotéticos, que a leitura da economia política espacial, em suas variantes, de Lefebvre a Milton Santos, guiou e ainda guia a maioria dos estudos no campo disciplinar da geografia.

No campo institucional essas variantes se consolidavam e nos parece que chegou um momento em que outras abordagens tornaram-se apenas outras abordagens, dificilmente avaliadas com bons olhos, seja teórico-metodologicamente, seja institucionalmente. Este trabalho e o autor dele sofreram com os dispositivos institucionais e a vontade de verdade de uma forma interpretativa hegemônica.

Mas, se concordarmos com Soja (1993) para quem Lefebvre e Foucault foram os filósofos que, fazendo exceção a certo historicismo da teoria social crítica, colocaram o espaço como central em suas preocupações, veremos que não se tem uma acumulação de trabalhos e teorias no campo da geografia a partir da obra deste segundo filósofo como observamos com o primeiro.

Parece, então, que se abre um campo imenso de investigação para a geografia, ou como coloca Moraes (1987) em um artigo denominado Foucault e a Geografia, o qual nos serviu de apoio para elaboração deste trabalho, abre-se um campo inquietador para o geógrafo, um campo que sugere uma articulação em uma mesma argumentação do *pensar o espaço* e do *produzir o espaço*, ou melhor, da arqueologia dos saberes geográficos e de uma genealogia da organização espacial.

Queremos, portanto, tomar como ponto de partida esta constatação final do artigo de Moraes (1987) e tentar prolongá-la. Além de uma arqueologia dos saberes geográficos e uma genealogia da organização espacial, também sugerimos a construção de uma geografia do presente a partir das idéias de Foucault.

Em termos de uma *arqueologia dos saberes geográficos*, observamos três formas de trabalhar no campo da geografia: a primeira que nos remete à história dos saberes geográficos e à ascensão do discurso geográfico aos moldes científicos em plena emergência do conceito de população e de um diagrama de poder estruturado a partir de uma sociedade de segurança. A segunda coloca-nos diante da utilização de conceitos, categorias ou noções geográficas na compreensão epistemológica do mundo. A terceira, por sua vez, vem a ser o reconhecimento das práticas discursivas, como práticas produtoras de realidades, de verdades e, por extensão, de espaços, o que demonstraria uma dimensão discursiva da produção do espaço.

Em termos de uma *genealogia da organização espacial*, a análise se desloca para as práticas não discursivas, para os elementos que compõem o diagrama do poder. Nestes termos é preciso que se reconheça que as relações de poder são virtuais, mas ganham matéria quando entram em um conjunto de agenciamentos concretos, quando se transformam em uma tecnologia social, quando esquadrinham espaço-temporalidades, desenham mapas que expõem os pontos por onde passam as relações de força. O espaço aí é resultado de um diagrama de poder, mas é ativo e produtivo agindo como condição para a reprodução das relações de força.

A construção de uma *geografia do presente*, por sua vez, requer um esforço tanto conceitual e teórico, como metodológico. Primeiro, esta maneira de pensar a

geografia não está distante nem da arqueologia dos saberes geográficos, nem mesmo da genealogia da organização espacial, pois é, ao mesmo tempo, o resultado de um percurso metodológico e a condição de sua existência.

A primeira possibilidade analítica a ser desenvolvida a partir da *arqueologia dos saberes geográficos* não deve ser compreendida como um empreendimento que quer remontar a história do pensamento desta disciplina, nem mesmo é uma forma de epistemologia que visa ao entendimento crítico dos progressos conseguidos por esta forma de saber.

O que se quer, numa primeira possibilidade de análise, é mostrar a emergência do discurso da geografia como ciência num campo de enunciados dispersos, não se trata de uma arqueologia da geografia, mas dos saberes. Uma possibilidade colocada é o reconhecimento de que a geografia começa a se sistematizar quando da emergência de um diagrama de poder pautado em uma sociedade de segurança. Nesse contexto, como nos mostra Foucault (1988), as práticas e relações de poder que causavam a morte e deixavam viver parecem ser substituídas por práticas e relações que fazem viver e deixam morrer. O biológico começa a interferir na política, o poder faz viver, hierarquiza, qualifica antes de mostrar seu brilho mortal. O que se mostra a partir desta análise é que a vida se tornando o elemento político por excelência, a qual deve ser administrada, calculada, regrada e normalizada não significa um decréscimo de violência. A população, como adverte Foucault (2008), deixa de ser um dado *a priori* passando a ser definida por variáveis, por um conjunto de elementos, que possuem constantes e regularidades. Esta forma de exercício do poder, nestes termos, define de antemão a população para qual a política é direcionada. Assim, por meio de um punhado de variáveis se define quem faz parte e quem não faz parte do corpo da população, por quem vai se lutar, vai se garantir o direito à vida e quem vai se deixar morrer (FOUCAULT, 1999).

Parece-nos que é neste contexto e com algumas destas preensões que a geografia emerge como ciência, com todo seu poderoso discurso colonial que cria realidades e verdades. Este é um campo a ser explorado...

Ainda no interior de uma *arqueologia dos saberes geográficos*, outra forma de leitura da realidade é a compreensão dos jogos de força dos saberes a partir da utilização de conceitos, categorias e noções geográficas para a compreensão da diversidade epistemológica do mundo. Vale dizer que o pensamento pós-colonial é muito feliz na apropriação de noções geográficas para a compreensão da lógica dos saberes. Noções

como geopolítica do conhecimento, localização epistemológica, lugar de enunciação, relação entre lugar e formação do saber e a idéia de espaço e tempo como base do conhecimento, além da concepção de lugar da cultura, que também é o lugar da formação do saber, são alguns exemplos dos avanços desta leitura na compreensão geoeistemológica do mundo contemporâneo (MIGNOLO, 2003; LANDER, 2005; CECENNA, 2005, 2008; MATO, 2005; BHABHA, 2003, WALLERSTEIN, 1998).

O terceiro encontro possível entre a arqueologia do saber e a geografia é a consideração de uma dimensão discursiva da produção e reprodução do espaço. Esta consideração nos leva a entender discursos e imagens como práticas que, como tal, produzem espaços. Nesse sentido, o espaço é entendido como resultado de relações, efeito dos sentidos de discursos e imagens, mas também é ativo, uma máquina de produção e difusão de verdades. É produzido concretamente e inventado também concretamente não abstratamente, uma vez que os vestígios de sua invenção estão na materialidade de enunciados. O espaço é forma e também força. Existem mecanismos para sua produção/invenção que devem ser analisados não descartados a partir da criação de categorias abstratas.

Em outras palavras, o espaço é produto de uma operação de homogeneização que se dá na luta de forças pela legitimidade enunciativa, é um grupo de enunciados que se repete, é um aproveitamento estratégico de discursos e imagens, vai sendo produzido na batalha entre o visível e o dizível, é, portanto, superfície, máquina e estratégia.

Este plano das práticas discursivas produzindo espaços revela a dimensão produtiva de discursos e imagens, ou melhor, os mostram como práticas estratégicas que criam realidade e definem efeitos de verdade. Parece-nos bastante diferente esta forma de pensamento em relação a uma economia política do espaço, que observa os discursos ou as representações espaciais como um misto de ideologia e conhecimento, os quais escondem, reprimem, como uma forma de separação entre o sujeito e a verdade, ou entre as representações do espaço e os espaços de representação, nunca são considerados como máquinas de produzir sentido, verdades, realidades e espaços.

Destarte, a forma de pensar o espaço é bastante diferente se compararmos uma economia política do espaço com uma arqueologia dos saberes geográficos.

Neste trabalho tentamos dialogar com uma arqueologia dos saberes geográficos, principalmente, tendo em vista os recortes que nossos objetivos nos impõem, a partir das duas leituras finais mostradas. Primeiro usamos o pensamento pós-colonial para a compreensão da lógica do funcionamento dos discursos e imagens em

torno do projeto “Portal da Amazônia” e, segundo, constatamos a maneira em que estes discursos e imagens produzem espaço, (re)inventando a orla fluvial de Belém, quiçá a cidade. Os capítulos dois e três podem ser entendidos a partir deste esforço.

Nos reinos de uma *genealogia da organização do espaço*, a possibilidades de se avançar está no reconhecimento das práticas não discursivas como produtoras e organizadoras de espaço. Isso nos leva diretamente ao reconhecimento de uma análise ascendente do poder, pois, uma vez que este se exerce, o ponto de partida de qualquer forma de entendimento são os pontos de seu exercício.

A organização do espaço parece um ponto chave para o reconhecimento do exercício do poder e em cada diagrama teremos uma forma de organização espacial e temporal específica, desde uma sociedade punitiva, passando por uma sociedade disciplinar e chegando a uma sociedade de segurança, cada diagrama reflete e ativa formas diferentes de organização do espaço-tempo.

Em termos de um diagrama de poder disciplinar podemos observar que

As disciplinas organizam as celas, os lugares, as fileiras, criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos [...]. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; mascaram lugares, indicam valores [...]. São espaços mistos: reais, pois regem a disposição dos edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização características, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1977a, p. 135).

Esta passagem ilustra tanto que o espaço pode ser organizado a partir de práticas não discursivas, como forma de exercício do poder, mas mostra também que este mesmo espaço é também ativo, tanto por reger materialmente a disposição dos objetos, como por representar discursos ou difundir regimes de visibilidade e enunciação, por fazer ver determinadas coisas em detrimento de outras.

Para demonstrar de maneira mais expressiva esta genealogia da organização do espaço, Foucault adverte que

[...] enquanto que a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável (FOUCAULT, 2008, p. 27).

O espaço, portanto, é um elemento fundamental no jogo das relações entre poder e saber, pois expõe os diagramas e delimita uma cartografia do exercício do poder.

Esta forma de entendimento da organização do espaço também é um tanto diferente da forma utilizada por uma economia política do espaço, na qual um sujeito ou um grupo de sujeitos em relação contraditória organizam espaços.

Nosso quarto capítulo pode ser entendido como um esforço para a compreensão do que chamamos de *genealogia da organização espacial* a partir do entendimento da lógica biopolítica de exercício do projeto “Portal da Amazônia”.

Para refletir sobre uma *Geografia do Presente*, precisamos como dito anteriormente, refletir tanto teórica como metodologicamente acerca do espaço. Nesse sentido, em termos conceituais é necessário pensar uma nova forma de compreensão da relação espaço-tempo, uma vez que o tempo é entendido como emergência, como a suspensão do acontecer, não é apenas uma mediação histórica, a negação de um ponto indiferenciado, nem só um ciclo ou flecha, muito menos apenas uma espiral, é experiência, acaso, força, irrupção, um presente que faz história não apenas conta ou projeta, e aqui estão ecos de Benjamin, Foucault e Nietzsche. O espaço aqui é pensado por uma ontologia do presente e, por isso, é o corpo da experiência, é a condição para o oportuno, não previsto e decisivo, para o acontecer daquilo que nos acontece, é o reflexo de um passado mais atual que no momento de sua realização, é o contato material com o reino das emergências e a condição simbólica para sua existência. Em termos metodológicos, a imersão na lógica das emergências pode nos dá um bom registro.

O último capítulo desta dissertação pretende entrar nos reinos das experiências sociais desperdiçadas pelo projeto, pretende registrar outras formas de ver e dizer a cidade, inserindo-se nas batalhas pela legitimidade enunciativa. Neste capítulo pretendemos grafar em parágrafos abertos uma geografia do presente.

A partir daqui entramos em uma arqueologia dos saberes geográficos. Os dois capítulos que se seguem a este são um esforço para compreender a dinâmica discursiva e imagética, em torno do projeto “Portal da Amazônia”.

3 (RE)INVENTANDO BELÉM: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA MODERNO/COLONIAL DA CIDADE

Qual o terreno de construção das concepções de mundo? Toda a concepção de mundo traz em si um processo de dominação? Isto é, não pode existir uma concepção de mundo de dimensões universais que não implique dominação-submissão?

Ana Esther Ceceña

Respeitar a diferença não pode significar deixar que o outro seja como eu sou ou deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro), mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu.

José Luiz Pardo

A razão ocidental é uma razão indolente, cuja indolência é responsável pelo imenso desperdício da experiência social de que se alimentam todas as formas de pensamento único.

Boaventura de Souza Santos

Neste capítulo entraremos efetivamente em uma arqueologia dos saberes geográficos, não para buscar a posição epistemológica desta ciência quando da sua institucionalização, mas para atingirmos nosso primeiro objetivo específico. Assim, buscaremos aqui compreender as condições de possibilidade, a superfície de emergência dos discursos e imagens que colocam a orla de Belém como centralidade nos dispositivos midiáticos do poder público.

Primeiramente devemos transformar as imagens e discursos projetados como realidades sociais coletivas por dispositivos, como os meios de comunicação, ou mesmo pelos discursos de técnicos e políticos, em objetos de estudo, como sugere Dutra (2003), ao tratar do enunciado *Amazônia* nos discursos midiáticos. Para isso, é imprescindível produzir um distanciamento do fluxo de normalidade produzido como estratégia por estes discursos e imagens, ou seja, é necessário romper com a naturalidade estratégica dos mesmos, problematizar o que nos é familiar, deslocarmo-nos da passividade contemplativa para o cenário dos acontecimentos, para os mecanismos de funcionamento e ordenamento do que é visto e ouvido.

Para desnaturalizar é primeiramente necessário entender as condições de produção dos discursos e das imagens, o que significa se debruçar sobre as formações discursivas e a maneira em que o objeto do discurso, no caso, a orla fluvial de Belém, tornou-se um elemento de enunciação, ou seja, entender as regras e condições históricas para o aparecimento deste objeto discursivo e imagético.

Este entendimento nos leva diretamente a arqueologia foucaultiana, uma vez que precisamos responder como um determinado saber surge e se transforma, ou ainda, entender as regras de formação dos discursos, os *a priori* históricos, os arquivos nos quais os enunciados se firmam. Entender o discurso como materialidade produtiva, como uma superfície, não como uma forma que esconde um conteúdo a ser desvelado, mas como uma prática que não esconde uma verdade, mas que, em determinadas condições, produz verdades (FOUCAULT, 2007).

Isto deve ficar bem claro para que não caiamos na comum tarefa de querer encontrar na superfície do que é manifesto pelos discursos e imagens, uma verdade escondida, velada, posta à surdina, encoberta de ideologia. Não é assim que entendemos os discursos e as imagens, aqui transformadas em objetos de estudo, pois eles não são, como adverte Foucault (2005), uma simples conjunção de fatos lingüísticos ligados por formas sintáticas. Não são, ainda, resultantes de uma interioridade de um sujeito de conhecimento que possui uma verdade a ser dita, ou melhor, que exterioriza uma

verdade. São práticas estratégicas, materialidades, são máquinas que possuem um funcionamento e são produtivas, haja vista que produzem efeitos de verdade.

Nesta busca da emergência dos discursos e imagens sobre a orla fluvial de Belém, visualizamos a história pela genealogia, valorizaremos os acontecimentos em detrimento de uma causalidade histórica, além de nos dirigirmos mais ao que está próximo, ou à emergência das ações, do que às suas origens longínquas, tendo um saber perspectivo, sabendo, assim, de onde e o que se olha (CHAVES, 1988).

Nestes termos, o sentido do exame que toma como base a arqueologia do saber se volta aos enunciados e, assim, compreendemos que

A análise enunciativa é histórica, não-hermeneutica, não revelando o sentido oculto das coisas ditas, mas o modo sobre o qual elas existem, o sentido mesmo de sua manifestação, de sua realidade de traços e talvez também de sua reatualização eventual (KREMER-MARIETTI, 1977, p. 23).

Vale dizer que aqui fizemos uma escolha metodológica de analisar como instâncias de delimitação dos discursos e imagens em questão, o planejamento urbano em nível estadual e municipal. Dessa forma, os dispositivos do planejamento, como os discursos oficiais, as mensagens à assembléia legislativa, no caso do Governo do Estado, e à câmara municipal, no caso da Prefeitura Municipal de Belém, serão usados aqui não como provas, mas como matérias de expressão na sua inteira dispersão. Não serão, portanto, tomados como pistas que nos levam a uma verdade inquestionável, mas como discursos produtores de verdade e realidade, condicionados por contextos históricos.

Destarte, a análise que se segue se estrutura em três partes. A primeira toma como ponto de partida o contexto histórico-político que marca uma transição da figura do político carismático para a figura do político competente e desenha a possibilidade de se edificar uma nova forma de perceber a cidade. Em um segundo momento, será analisada a readequação das formas de ver e dizer a cidade, que deixa de ser vista por seus problemas para ser observada por suas potencialidades. Por fim, centraremos o exame nas bases que estruturam o discurso emergente, o qual coloca a orla de Belém no centro do debate acerca das políticas públicas.

3.1 A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA FORMA DE VER E DIZER A CIDADE: DO CARISMA À COMPETÊNCIA?

Os vários discursos sobre a mesa desafiando a análise, e nós numa incerteza preocupante. Mas estava ali a resposta? Não sei! Sem respostas e até mesmo sem perguntas estávamos apáticos, pois não sabíamos por onde começar e a maneira de encontrar solução para nosso primeiro problema: quais as condições de emergência dos discursos que trazem a orla de Belém como elemento central dos gestores?

Numa segunda-feira chuvosa, depois do violão, a televisão foi a única saída para curar o início de uma crise intelectual. É, mais por incrível que possa parecer, lá estavam as pistas. Em um programa de entrevista de sua própria emissora, Jader Barbalho, político de longa data, governador por duas vezes do Pará, falava sucintamente de sua vida pública. A personalidade forte, as respostas sem titubeios, o sorriso discreto no rosto, marcaram a entrevista e, por entre idas e vindas, construía-se a figura de um líder.

Voltando à mesa percebemos que em um dos discursos, Almir Gabriel, então empossado Prefeito de Belém, agradecia ao líder e então Governador Jader Barbalho, por ter lhe indicado para o mandato executivo em 1983. Mas, apesar da gratidão, o discurso de posse de Almir Gabriel parecia querer modificar uma forma de fazer política, por tantas vezes foram repetidas as palavras competência e inteligência, por várias vezes a capacidade técnica foi ressaltada, sempre em sutil comparação com outros prefeitos que o antecederam.

A figura do político carismático foi cedendo à outra figura. Até então todos estavam acostumados aos políticos com magnetismo, com boa oratória e cheios de carisma. Isso definia uma forma de poder muito específica que Weber (1963, p. 285) conseguiu definir muito bem:

O carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência e um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los (WEBER, 1963, p. 285).

O poder parecia personificado, a figura do líder quase absoluta, o carisma mostrava-se como elemento de personificação do poder, de produção do líder

carismático com características excepcionais, com um magnetismo que entusiasmava e consolidava um personalismo político.

Mas, no contexto de redemocratização, outra forma de ver e dizer a política emergia no Pará, um discurso estruturado pela idéia da competência, da inteligência, perspicácia e capacidade de gestão se erigia. Voltemos ao discurso que tanto nos intrigava, mais especificamente o discurso de posse de Almir Gabriel na Prefeitura de Belém em 1983:

O tempo é de esperança realista e não de sonhos, fantasias ou temores. É tempo de crer na inteligência, na sabedoria, no trabalho, na pertinácia. É tempo de acreditar na dignidade, na seriedade, na honestidade. Juntos podemos amenizar o presente e construir um futuro melhor (OLIVEIRA, 2003, p. 139).

Instâncias superiores são resgatadas para dar legitimidade ao discurso: inteligência, sabedoria, trabalho, pertinácia, dignidade, honestidade e seriedade parecem ter a força de fazer emergir uma vontade de verdade fundada na competência. A sucessão dos enunciados se dá através da repetição para fixar a mensagem e o esquema retórico se funda nas construções imperativas.

O presente é concreto e real, é o tempo das mudanças, é a oportunidade da inteligência e da competência. O oportuno é construir um futuro melhor, projetar-se através, de um lado, do saber técnico e, de outro, do saber ético, à construção do amanhã.

As bases da idéia de progresso estão postas, as novas formas de ver e dizer a política também são colocadas. Mas o que isso tem a ver com a questão colocada acima?

Parece-nos que este discurso que apela à competência e à ética, também vai transformar profundamente as formas de ver e dizer a cidade. Este tempo de realização, tão enfatizado, também será o tempo de uma readequação nas formas de perceber a cidade e é com isso que vamos nos preocupar a partir de agora.

3.2 READEQUAÇÃO NO MODO DE VER E DIZER: DESLOCANDO OLHARES PARA A CIDADE

O discurso emergente desloca a percepção de tempo do presente para o futuro, os olhos estão atentos ao agora, mas é para fazer florescer o amanhã. A forma de ver, portanto, muda, e o que anteriormente poderia ser olhado com desdém, talvez agora seja visto como potencialidade futura.

Em termos de cidade, percebemos uma mudança na relação entre as palavras e as coisas. Se o que nos move aqui é a busca pelas condições de possibilidade postas para a emergência de um discurso e imagem sobre a orla de Belém, devemos, metodologicamente, primeiramente retornar ao momento em que ver a cidade e dizer a cidade ainda parecia a mesma coisa, em que o que se diz e o que se vê eram co-constitutivos, em que o real concreto encharcava de expressões o que se falava dele. Portanto, é necessário

Para apreender a mutação do discurso quando esta se produziu é, sem dúvida, necessário interrogar outra coisa que não os conteúdos temáticos ou as modalidades lógicas e dirigir-se para a região onde as coisas e as palavras ainda não se separaram, onde, ao nível da linguagem, modo de ver e modo de dizer ainda se pertencem. Será preciso questionar a distribuição originária do visível e do invisível, na medida em que está ligado à separação entre o que se enuncia e o que é silenciado (FOUCAULT, 1977b, p. 9-10).

Encontramos nos discursos oficiais das décadas de 1970 e início de 1980 enunciados, que - remontando as dificuldades práticas de expansão da cidade dos períodos colonial e imperial, quando as condições geomorfológicas impediam o crescimento urbano motivando uma série de projetos, inclusive de mudança da localização da capital - mostram a cidade com muito pessimismo, relacionando à grande dificuldade de gestão à localização geográfica da cidade e as características geofísicas do seu terreno. O discurso de Ajax Carvalho d'Oliveira, ex-prefeito de Belém é exemplar:

Vivemos na maior cidade – do mundo – da faixa equatorial [...]. Tivesse esta cidade sido plantada em Mosqueiro, a ventilação seria maior o ano inteiro. E em Salinas? Então nem se fala! Porém, os fundadores, os pioneiros de Santa Maria de Belém não quiseram que vivêssemos lá. As questões de estratégia, de defesa, sobrepunham-se a considerações outras. Pagamos alto preço pela localização geográfica em termos de lazer natural? Pagamos! (BELÉM, 1975, p. 6-7).

A primeira pessoa do plural transporta o discurso para a enunciação de todos. As perguntas e respostas, que organizam a sucessão dos enunciados, dão mais interatividade ao que se diz, dão mais força enunciativa ao que se afirma. Belém aparece como uma cidade com problemas históricos, sua localização é vista como um fardo histórico que seus habitantes carregam até hoje. O rio e a baía não são vistos como fontes de lazer natural, apenas entraves ao desenvolvimento da cidade.

O campo visual e perceptivo reconhece como percalço ao desenvolvimento a localização geográfica de Belém e isso nos indica um discurso de constatação das coisas, enunciados que tentam expressar ou representar as agruras que estruturam a realidade concreta.

Mas em outro discurso do mesmo prefeito, percebemos mais elementos interessantes que nos mostram essa negatividade com que se olha e diz a cidade:

Todos os que vivem numa cidade – como adverte Arthur Hillman – sofrem diariamente os inconvenientes do congestionamento, do ruído que perturba os movimentos e da poeira e fuligem que aumentam o desconforto. Numa urbe como a nossa a isso teremos que acrescentar as chuvas que alagam bairros e enlameiam avenidas, pela posição geográfica e condições topográficas da cidade (BELÉM, 1976, não paginado).

Mais uma vez o que quer fazer ver são as condições precárias da cidade, por sua cota topográfica e localização geográfica. A sucessão dos enunciados é organizada em afirmação-verificação, como que Belém fosse o multiplicativo das advertências de Arthur Hillman, que também é um enunciado externo trazido para dar sustentação à hipótese levantada.

O agravamento da condição urbana e dos problemas numa cidade como Belém, portanto, está ligado à sua posição geográfica. Novamente a cidade é vista como um espaço que sofre com os problemas decorrentes de sua localização, vista em termos pejorativos.

A Belém de localização ingrata é novamente vista nas palavras de outro prefeito, Luiz Felipe de Sant'anna, que também confessou que:

Governar uma cidade como Belém não é fácil, não é simples. Vós, talvez mais do que eu, conheceis perfeitamente nossos alagados e igapós; a falta de esgotos e de drenagem da cidade; o terreno ingrato no qual Belém foi erigida (BELÉM, 1981, p. 7).

Outra vez os enunciados se sucedem em forma de afirmação-verificação e a responsabilidade do que é dito é repartida com toda população, como forma de garantir a continuidade do que foi enunciado. Os alagados, os igarapés, ganham novamente tons pejorativos e a localização é vista como ingrata.

Esta forma de ver e dizer a cidade parece está pautada nos problemas cotidianos que sua própria localização propicia. Nesse sentido, o discurso é quase uma verificação dos problemas reais, as palavras e as coisas ainda se entrecruzam, modos de ver e dizer não se distanciam, o discurso é uma constatação do presente.

Em termos geográficos, os discursos aparecem como representações espaciais, como uma tentativa de ver e, então, dizer, não de ver e, então, mostrar. As representações, embora circulem por dispositivos e façam ver, ainda parecem se aproximar das coisas. Logicamente que a cópia do real é sempre uma versão e distorção, mas a pretensão destes discursos é de falar da realidade, no sentido de criar o consenso que governar a cidade é difícil. Por isso, busca-se enfocar seus problemas reais, enfatizar seus “defeitos” naturais. É preciso, portanto, situar-se no presente e mostrar suas impossibilidades.

Porém, quando se percebe o tempo presente como possibilidade de um futuro melhor, parece que as formas de ver e dizer a cidade se transfiguram. Diante da realidade concreta presente, monta-se a necessidade de superação e, a partir de um discurso da competência e da ética, projeta-se a cidade para o futuro.

Se a cidade é vista pelo prisma da necessidade de crescimento, desenvolvimento e progresso, a maneira de olhá-la muda consideravelmente. Sua localização, por exemplo, antes vista com pessimismo passa a ser considerada um privilégio e, se bem administrada, pode gerar bem-estar para a população.

Voltemos aquele discurso de posse de Almir Gabriel à Prefeitura de Belém em 1983:

Belém foi plantada e cresceu à beira da água doce e barrenta. Vive e trabalha sob o sol escaldante ou de chuvas torrenciais. E se embala e dorme pela brisa doce e amena. Um bom prefeito de Belém tem que caprichar na administração das águas (OLIVEIRA, 2002, p. 137).

Os enunciados se sucedem em tons de epopéia, um esquema retórico fundado na descrição poética dá vida à cidade. Seu momento de fundação não é visto como um erro histórico, mas como o início de uma grandiosa história. Belém não é mais vista

como cidade que sofre pelo lugar em que foi fundada. Esta fundação é entendida como uma plantação de uma semente histórica, como o momento inicial de uma história de vitórias. A água não é um problema, é o cenário de uma grande cidade.

As formas de ver a cidade parecem mudar e as formas de dizer também mudam. Os problemas, antes impossíveis de serem enfrentados, começam a virar prioridades de governo. As baixadas assumem, assim, importância chave nas administrações. Os enunciados de Coutinho Jorge, ex-prefeito de Belém, mostram-nos essa importância:

A solução do problema das baixadas tem excepcional dimensão humana e social e vai mudar a história e a geografia de Belém. Vou fazer o máximo que puder na execução do trabalho e na obtenção dos recursos (BELÉM, 1988, p. 11).

Mudar a história e a geografia de Belém entra como expressão que não deixa dúvidas das intenções do Prefeito. Os problemas das baixadas surgem como prioridade e as formas de ver a cidade deixam de ser estruturadas por um apelo histórico à ingratidão geomorfológica e passam a voltar-se para uma visão de futuro.

Reafirmando outra forma de observar a cidade, percebemos no relatório de atividades apresentado à Câmara Municipal de Belém pelo ex-prefeito Hélio Gueiros, que a localização de Belém vira um privilégio: “Belém, por sua localização geográfica e por constituir-se na porta de entrada da maior floresta tropical do globo terrestre, não poderia ficar alheia à questão ecológica” (BELÉM, 1996, p. 33).

A localização agora é colocada como um privilégio. Muda-se a escala da análise do intra-urbano para o urbano-regional para valorizar Belém como a porta de entrada da Amazônia. O que era problema vira virtude, o que era erro vira potência. A cidade começa a ganhar uma vocação de ser ribeirinha, ou na fala de Edmilson Rodrigues, também ex-prefeito de Belém, “a própria cidade se reencontrou com sua vocação natural, ganhando espaços para o rio e igarapés” (BELÉM, 2000, p. 163).

A cidade de Belém apresenta-se agora com uma vocação ao rio, sua localização lhe confere uma identidade ligada às suas margens fluviais. O que antes era um problema aparece agora como um elemento fundamental para a construção da cultura local. A orla ainda não havia se colocado como elemento central de uma administração, mas vendo a cidade desta forma, ela ganha destaque central, uma vez que Belém vira a cidade das águas.

O que se pode entender desta mudança substancial é que estamos diante da emergência de uma forma de ver e dizer a cidade. Começamos a perceber que realidade e discurso parecem se distanciar. As palavras e as coisas começam a separar-se ganhando, cada uma, autonomia.

Em termos geográficos diríamos que os discursos e imagens projetados, parecem ser muito mais que representações do espaço, significações espaciais, uma vez que se distanciando do objeto enunciado, participam da própria criação deste objeto. Claramente, na dinâmica de produção do espaço, os discursos e imagens ganham um papel ativo, uma vez que criam realidade e verdade, pois escolhem o que ver e o que mostrar, o que dizer e como falar.

A cidade é (re)inventada e a orla passa a ser a porção da urbe a ser ressaltada. Na verdade, a orla começa a espelhar a própria cidade, uma vez que esta começa a ganhar uma natureza, uma vocação, uma alma, começa a resgatar sua verdade histórica de ser ribeirinha.

Logicamente, é preciso que se afirme que, apesar dos diversos discursos aqui mostrados se aproximarem, isso não nos dá a condição de afirmar que as práticas de planejamento e gestão urbana das diversas administrações municipais citadas se aproximam. Estas práticas são diferentes, mas no plano discursivo percebemos certa repetição de enunciados, ou melhor, percebemos que os discursos tratados pertencem a uma mesma formação discursiva, pois determinam o que deve ser visto e mostrado da cidade.

Entretanto, este discurso emergente tem uma lógica de funcionamento, possui bases interessantes de serem ressaltadas, emerge com uma vontade de verdade que precisa ser mais bem entendida.

3.3 AS BASES DE UM DISCURSO EMERGENTE: A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA MODERNO/COLONIAL DA CIDADE

Quando mudamos o eixo óptico para onde se direciona a visão, na verdade mudamos a forma de perceber, e se mudamos a forma de perceber logicamente também mudaremos as formas de dizer.

O que estamos diante com mudança nas formas de ver e dizer a cidade é, na verdade, da construção de uma narrativa moderno/colonial de Belém. O que está em

jogo é a construção de uma forma de poder que, para se exercer, cria uma nova forma de conhecer e dizer. O entendimento desta narrativa emergente, como focaliza Mignolo (2003), não pode dissociar modernidade e colonialidade. No nosso caso em específico, não podemos compreender os discursos que tomam o espaço pelo tempo numa concepção de progresso histórico, sem compreender que estes mesmos discursos precisam criar sua própria diferença. Na verdade, fundam-se na construção do que se quer ver como atraso, ou seja, a projeção do discurso da modernização, ao forjar um centro difusor de saber, de imagens e discursos, cria uma diferença desprezível e joga na vala comum do atraso, outras formas de ver e dizer.

Isso não é de se espantar se concebemos a modernidade, como ensina Castro-Gomes (2005, p. 169), enquanto “uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambigüidade e a contingência de formas de vida concretas”. A modernidade, desta forma entendida, é também colonialidade, do poder e do saber, sendo que o discurso do progresso, de acordo com o qual todos progridem a partir de leis universais inerentes ao espírito humano, “aparece assim como um produto ideológico construído pelo dispositivo de poder moderno/colonial” (CASTRO-GOMES, 2005, p. 179).

Falamos, então, de uma nova forma de se posicionar frente à realidade quando analisamos a mudança na maneira de compreender a cidade de Belém. Se antes o discurso se posicionava no tempo presente e se estruturava como uma reprodução dos problemas deste tempo, o que lhe conferia um tom negativo, agora os discursos, ainda situados no presente, compreendem-no como possibilidade de construção de um futuro melhor, sempre numa concepção de tempo linear, como uma narrativa sincrônica moderna.

A idéia de progresso estrutura a construção dos discursos e o progresso, como nos fala Bauman (2001), fundamenta-se em uma autoconfiança do presente de produzir, na marcha da história, um futuro melhor. Nesse sentido, “o mais profundo e talvez o único significado do progresso seja o sentimento de que o tempo está do nosso lado porque somos *nós que fazemos as coisas acontecerem*” (BAUMAN, 2008, p. 143, grifos do autor). Algo bem parecido com a máxima contida no discurso de posse de Almir Gabriel em 1983, já citado anteriormente, no qual se afirma que *é tempo de construir um futuro melhor*.

Mas como foi mencionado, este *futuro melhor* para ser construído requer o abandono de práticas vistas como arcaicas, ou ainda, a idéia de progresso traz consigo a

negação de algo que está atrás na fila da história. Portanto, a narrativa se legitima na comparação com algo, na criação/negação do *outro*. A difusão desta narrativa se dá, portanto, a partir de uma *violência epistêmica*, nos termos de Castro Gomes (2005), uma vez que tira a visibilidade e o poder enunciativo de outras formas de ver e dizer.

Isso só é possível de ser entendido se considerarmos que na modernidade o discurso se separa de seu objeto, as palavras e as coisas ganham autonomia e se produzem mutuamente. Assim, o mundo “não é cúmplice do nosso conhecimento [...]. [Nesse sentido], deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos a todo o caso” (FOUCAULT, 2006, p. 53).

Para compreender melhor esta narrativa moderno/colonial lançamos mão das concepções e críticas de Homi Bhabha (2003). Nas suas análises sobre o discurso moderno/colonial, Bhabha (2003) apresenta algumas estratégias deste discurso que nos mostram o funcionamento do mesmo, no sentido de se legitimar. Algumas dessas estratégias serão analisadas aqui mais de perto, pois se encontram presentes nos discursos e imagens enfocados neste trabalho.

3.3.1 A produção do estereótipo

Um primeiro elemento a ser destacado acerca dos discursos e imagens emergentes é que os mesmos atuam, para se legitimar, construindo estereótipos. Vale dizer que esta estratégia discursiva tenta representar algo como imutável e diferente, sendo que esta imutabilidade e alteridade não precisam de provas para serem reais e verdadeiras, uma vez que se mostram como socialmente aceitas e, assim, inquestionáveis. A fixidez é, nesses termos, o elemento mais importante para a construção do estereótipo, o principal atributo de sua imagem e está também na base da construção do colonialismo (BHABHA, 2003, p. 106).

É preciso, portanto, criar uma imagem fixa de um passado a ser superado, para se construir uma imagem de um futuro melhor. No caso da cidade de Belém, começa-se a se erigir um discurso da decadência, basta observarmos a fala de Almir Gabriel em seu discurso de posse em 1983, que nos indica a forma em que o mesmo recebeu a cidade das administrações anteriores: “a constatação do abandono de praças, sujeitas a remendos e maus-tratos, conferia a Belém a sensação de cidade decaída” (OLIVEIRA, 2003, p. 155).

A idéia parece que é criar a sensação da decadência, de algo que precisa ser superado, a Belém que queremos não é a Belém que temos e é negando esta cidade decaída que produziremos a cidade do futuro.

Esta cidade decaída se mostra principalmente em suas margens fluviais, por isso, a orla é a maior expressão do que ela é. Em um comentário sobre sua gestão na Prefeitura de Belém, novamente Almir Gabriel afirma:

Belém fechou suas janelas para o rio. A desordenada ocupação das baixadas, às margens da baía e do rio Guamá, isolou a cidade das suas grandes beiras d'água, ocupadas por palafitas ou entrepostos comerciais. O pôr-do-sol em Belém foi privatizado, subtraindo da sua população a bela vista do crepúsculo na orla do rio. Para Belém, a paisagem amazônica da beira do rio quase desapareceu (OLIVEIRA, 2003, p. 167).

É preciso que se perceba que esta forma de ver a cidade em muito se distancia daquele pessimismo – em torno de sua localização geográfica – anteriormente mostrado. A beleza da cidade não é questionada, sua localização não é vista como um peso histórico; pelo contrário, justamente por ser um elemento gerador de qualidade de vida, precisa ser resguardada. Aquele discurso anterior das características físicas e topográficas é substituído por um discurso que observa o problema na ocupação “desordenada”, o problema não é físico é humano.

Uma forma de ver a cidade e a orla se difunde com uma vontade de verdade que participa da construção do próprio espaço que enuncia. A Belém de costas para o rio é o estereótipo que se criou e isso parece ser a consequência de uma cidade decaída.

A própria homogeneidade dada para o espaço da orla faz parte da construção do estereótipo, uma vez que, independente da diversidade de usos e atores sociais da orla fluvial, ela é apenas uma grande ocupação “desordenada” e, por isso, a cidade se fechou ao rio. No relatório de atividades de Edmilson Rodrigues de sua gestão na Prefeitura de Belém de 1997 a 2000 o estereótipo de uma cidade que virou as costas para o rio é patente:

Com o consentimento de governos anteriores, a orla de Belém foi sendo ocupada por empresas privadas, principalmente indústrias e portos particulares, num processo de *fechamento* das janelas para o rio Guamá. A cidade ficou de costas para o rio e os espaços com destinação pública foram desaparecendo ao longo do tempo (BELÉM, p. 163-164).

A imagem de Belém de costas para o rio se torna cada vez mais clara e ganha cada vez mais consistência e estatuto de verdade. O discurso se reproduz e cria uma realidade para a cidade e uma verdade para a população: uma Belém que nega suas raízes, que nega o rio.

Como que se não existissem portos, feiras e trapiches em inteira relação com rio, em um contato/dependência com as margens fluviais, como que a interação realizada nestes espaços dia após dia, entre milhares de pessoas de Belém, de ilhas próximas, de outras cidades à beira-rio, de nada valesse. Nada disso parece constar numa imagem bastante clara e característica: a Belém de costas para o rio.

3.3.2 Um discurso mímico

A produção do estereótipo requer outras estratégias discursivas para se efetivar. Quando se faz a caracterização do diferente, do que deve ser superado que é fixo e imóvel, mas também inquestionável, parece ser necessário, como nos fala Bhabha (2003), que esta representação do outro se realize pela focalização em excesso de suas características mais marcantes, num discurso *mímico*.

No interior da estratégia discursiva que pretende construir a idéia de progresso, ainda é necessário criar aquilo que existe agora e que não pode existir amanhã, aquilo que é a representação do caos, do atraso. Mas para fazer esta representação é preciso usar de habilidade discursiva e acentuar aquilo que se deseja extirpar, ou ainda, numa representação mímica, caracterizar o *outro* pelo recurso do exagero de suas debilidades, ou do que se quer ver como debilidade.

No caso aqui estudado a orla de Belém parece se transformar no *lócus* da desordem e desorganização, um lugar que constrange e é constrangedor. Basta ficarmos atentos e percebermos nos comentários de Almir Gabriel à sua administração na Prefeitura de Belém esses elementos:

Por descuido de sucessivas administrações, somado a determinadas pressões econômicas, foi estimulada a proliferação do comércio informal. Surgiu uma proliferação anárquica de ocupação de calçadas, praças, leitos de ruas, paradas de ônibus, esquinas movimentadas, etc. por ondas de vendedores ambulantes chamados de camelôs. De certa maneira, existe uma consentida privatização do espaço público. Com isso, todo o povo da cidade acaba se molestando [...]. Não eram

diferentes as condições de outras feiras como a do Guamá e a feira da palha, na Estrada Nova (OLIVEIRA, 2003, p. 156).

A forma de organização das idéias a fim de explicar a “desordem” econômica da cidade parece fechar com sua expressão na orla fluvial de Belém, com suas feiras onde se prolifera o chamado mercado informal. Este mercado informal é visto como uma forma de molestar a cidade, por ser anárquico e desordenado. A orla, não diferente da cidade como um todo, reproduz um modelo anárquico de economia que precisa ser revisto.

A anarquia, a moléstia, o descuido são expressões hiperbólicas, são as palavras encontradas para caracterizar coisas que se quer extirpar. A mímica se realiza ao transformar-se um simples ato de representar uma realidade, numa produção de significações sobre ela, na qual se vê a realidade de forma a marcá-la, de modo a torná-la a imagem do caos a partir de uma representação exagerada.

Um discurso exemplar para demonstrar o que estamos falando pode ser o proferido pelo então secretário de Cultura do Estado do Pará, Paulo Chaves, na inauguração do Complexo Turístico Estação das Docas: “No lugar do espaço sombrio, cinza, soturno, ícone da desesperança, os paraenses agora têm a luz, a cor, o brilho interagindo com a cidade” (BELÉM RECEBE..., 2000, p. 2).

Aqui, os elementos que caracterizavam a orla anterior ao projeto de revitalização em questão são enfatizados por metáforas bastante fortes, como uma forma mímica de representar o espaço, que nos termos usados é sombrio, soturno e ícone da desesperança.

Mas já neste discurso estão contidos os elementos que entrarão no lugar desta desesperança: a luz, a cor, o brilho. As oposições formais conferem uma força de verdade para o discurso e o paradoxo sobre o qual o mesmo é difundido, representa uma passagem histórica, de um passado atrasado, para um progresso futuro.

Começamos a ver claramente a vontade de verdade contida em cada enunciado proclamado, o poder de significação de cada discurso proferido, a força das imagens criadas e projetadas. Agora, do estereótipo que se representou por uma mímica, iremos observar as estratégias de naturalização desta forma de ver e dizer a cidade.

3.3.3 Naturalização de uma imagem

Após a construção do estereótipo e da difusão de um discurso mímico, parece-nos que a estratégia se completa com a naturalização do discurso e da imagem de cidade que se quer difundir. Para a realização desta naturalização dois elementos são fundamentais: o primeiro diz respeito à idéia de tornar familiar o saber projetado a partir de um processo de subjetivação, que aproxima a mensagem do seu receptor; e o segundo consiste na transformação deste saber em algo inquestionável, não apenas em uma verdade, mas também em uma realidade por todos aceita.

Devemos citar agora um grande pronunciamento feito pelo então governador Almir Gabriel em 1999, que parece sintetizar um pouco das estratégias de naturalização de uma imagem e um discurso sobre Belém

No nosso governo temos reiteradamente colocado que este Estado, nos próximos 25 anos poderá ser a soma do Paraná com Minas Gerais, quer na questão agrícola, quer na questão minerária, quer na questão do turismo. Quando nos batemos e nos organizamos no sentido de construir uma redistribuição maior da renda produzida no Estado, quer dizer, à medida que a gente busca o discurso do desenvolvimento com justiça social, parece indispensável que se reflita, também, sobre um outro componente: o componente de sua alma. Na verdade, eu diria que temos discutido muito sobre o corpo e muito pouco sobre a nossa alma. O que se está pretendendo ao fazer a articulação da Secretaria de Cultura, Fundação Tancredo Neves, Curro Velho, Carlos Gomes com o Instituto de Artes do Pará (IAP) representa para nós um esforço a fim de que nesta nova dimensão a gente seja capaz de ter a alma do Estado numa síntese. No sentido seguinte: *qual é, hoje, a reflexão verdadeira da paisagem do Pará? É o rio. É o caboclo. É o ribeirão*. Nós excluimos o cerrado do sudeste do Estado? Nós excluimos as beiras altas da Amazônia? Nós excluimos os cantos novos que chegaram com as novas migrações? Qual é a síntese do Pará? [...]. Qual será nossa linguagem? Qual será a nossa cara? Qual será nossa alma? (OLIVEIRA, 2003, p. 455-456).

Esta longa passagem, que na verdade é um pequeno artigo denominado “Alma Paraense”, revela claramente a estratégia de naturalização de uma imagem de Belém ribeirinha.

Em termos mais formais, podemos dizer que a sucessão dos enunciados ocorre em forma de problematização e o esquema retórico dissertativo usa de perguntas e resposta para dar um tom de diálogo ao discurso. A primeira parte, na verdade é a

construção de uma problemática, é a constatação que refletimos muito sobre o corpo e pouco sobre a alma.

O ponto alto do discurso é o enunciado grifado no qual se busca a definição *verdadeira* da identidade paraense a partir da pretensão de encontrar uma essência à alma paraense, que é o rio, o ribeirinho, o caboclo. Este apelo à alma ganha os contornos de uma primeira estratégia para naturalizar a imagem que se quer difundir: a de tornar familiar o que se diz para todos que lêem ou que ouvem.

A busca de uma essência parece ser a tentativa de mexer com o subjetivo das pessoas que lêem ou escutam, parece uma forma de forjar uma identidade, ou ainda, uma forma de interferir na subjetividade do receptor da mensagem. Falar da alma é chegar à individualidade de cada um, é conseguir chegar próximo de todos, é tornar íntimo o que se diz.

Torna-se, assim, familiar o que se diz como uma forma de conseguir legitimidade para o que se fala. A alma paraense é uma forma de generalização da intimidade, é uma tentativa de criação de um tipo ideal aceito por todos. Não se trata de buscar uma alma paraense, mas de acreditar, e quando se acredita qualquer objeção é questionada ou descartada.

O discurso termina querendo deixar em aberto a questão da alma paraense. Mas por que entre as várias perguntas há uma resposta? É o rio, é o caboclo, é o ribeirinho. Por que dizer o que é para depois abstrair? Parece-nos uma opção, uma escolha que se difunde como vontade de verdade.

Podemos dizer, também, que a busca da alma é uma busca de algo essencial e, por isso, inquestionável. Realiza-se, assim, uma segunda tarefa para a naturalização da imagem do Pará, de Belém, como um Estado ou uma cidade que tem no rio, ou melhor, na vista para o rio, seu atributo gerador de identidade.

Na capa do livro de mensagem do Governo do Pará à Assembléia Legislativa da administração de Simão Jatene (PARÁ, 2005), aparece uma foto aérea da orla de Belém com evidência ao “Parque Naturalístico Mangal das Garças”, um espaço construído às margens do rio Guamá, contíguo ao Arsenal de Marinha, em uma área de aproximadamente 33.000 m², cujo tema é a representação das diferentes macro-regiões florísticas do Estado do Pará, isto é, as matas de Terra Firme, de Várzea e os Campos. Por cima da imagem uma grande garça realiza seu vôo. Está aí uma síntese do Pará, a imagem que representa uma administração, o resgate do rio, da orla, na construção do que nos é peculiar, no resgate de nossa identidade.

O apelo ao resgate de elementos peculiares, a idéia de trazer novamente os rios para o convívio popular, soam, de forma mais amena, como estratégia de naturalizar a Belém do rio, a Belém ribeirinha, essência tão fortemente produzida através de discursos e imagens. Mas os rios, os igarapés são mostrados como o que é peculiar à cidade, portanto, resgata-se a nossa identidade.

Folheando uma revista que trata sobre o Estado do Pará, em uma das manchetes estava: “resgate de edificações centenárias põe o passado ao alcance das mãos e os olhos no futuro, fortalecendo as raízes e a auto-estima do povo paraense” (NOVO PARÁ, 2002, p. 98).

Este discurso sintetiza bem a estratégia estruturada de projeção de uma narrativa moderno/colonial sobre Belém. A idéia de progresso é estruturante, o retorno ou regate da história aparecem no sentido de projeção de um futuro melhor. Ao mesmo tempo em que se lança mão desta concepção, os enunciados têm uma potência naturalizadora, uma vez que, num esquema retórico performático, não se há dúvidas que o reencontro com a história, no caso, a revitalização de edificações históricas à beira rio, fortalece as raízes e a auto-estima da população. Novamente a cultura é a âncora discursiva e serve de mote para a aproximação entre mensagem e receptor, ao mesmo tempo em que é a forma mais eficaz de tornar familiar e inquestionável a intervenção em questão; mais que isso, o resgate da identidade ribeirinha de Belém.

Compreendemos, neste capítulo, que a condição de possibilidade para a emergência da orla de Belém como discurso e imagem privilegiada pelo poder público, liga-se a uma mudança nas formas de ver e dizer à cidade que, por sua vez, está inserida em um contexto político de transformações de um poder carismático para um poder competente. Vimos que a orla fluvial só ganha relevância no momento em que a cidade não é mais vista e dita por um olhar e um discurso que se situa no presente na tentativa de reproduzi-lo e, assim, vê a cidade por sua localização geográfica indigna e diz a cidade por seus problemas. Essa fração do urbano ganha relevância com a emergência de uma forma de olhar e dizer a cidade, que observa o presente pelo futuro que se quer construir, ou seja, não apenas representa a realidade, mas produz significações e é, assim, que a orla se mostra como a vitrine da cidade, como seu espelho.

Mas agora é preciso que se entre nos discursos e imagens projetados pelo projeto que direcionamos a análise nesta dissertação: o “Portal da Amazônia”. No capítulo seguinte é o funcionamento desta massa discursiva e imagética que nos interessa analisar.

4 “PORTAL DA AMAZÔNIA”: IMAGENS E DISCURSOS PRODUZINDO A ORLA FLUVIAL DE BELÉM

O discurso é uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos a todo o caso.

Michel Foucault

Íntima é a imagem, porque ela faz da nossa intimidade uma potência exterior o que nos submetemos passivamente: fora de nós no recuo do mundo que ela provoca, situa-se, desgarrada e brilhante, a profundidade de nossas paixões.

Maurice Blanchot

O sentido da imagem é a própria imagem. Não se pode dizer com outras palavras. A imagem explica-se por si mesma.

Octavio Paz

Neste terceiro capítulo ainda queremos fazer falar uma arqueologia dos saberes geográficos, mas, especificamente aqui, o que nos interessa é mostrar o funcionamento dos discursos e imagens em torno do “Portal da Amazônia” e a maneira em que a partir destas práticas discursivas se inventa um espaço e (re)inventa-se a cidade de Belém.

Entrementes, é ainda necessário dizer que a massa discursiva e imagética que iremos analisar não é um simples conjunto semântico a espera de análise, é materialidade enunciativa, prática discursiva. E, se compreendemos que o poder se exerce, se ele produz verdade antes de reprimir ou ideologizar, se, ainda, não é um privilégio da classe dominante nem do aparelho ideológico do Estado, mas o efeito de conjunto de posições estratégicas, como mostra Deleuze (2005) lembrando Foucault, torna-se necessário tratar os discursos e imagens como materialidades que produzem efeitos e têm um funcionamento, não apenas como abstrações recheadas de ideologia.

Essa massa discursiva e imagética é materialidade que precisa ser estudada, forma de saber que se insere em um sistema de comunicação e difusão que a coloca em funcionamento. Por isso, esses discursos e imagens mais do que formas de saber, mostram-se como forma de poder, ou melhor, de saber-poder, que se ligam, no jogo de seu funcionamento, a outras formas de poder.

Devemos, então, lançar mão de instrumentos de análise que nos permitam uma aproximação a estas práticas discursivas, a este jogo de relações poder-saber, materializadas em discursos e imagens.

Relembramos aqui uma longa passagem que, na realidade, é a hipótese levantada por Foucault (1997, p. 19) em seu curso sobre teoria e instituições penais no *Collège de France*, para tornarmos nossos argumentos teóricos mais compreensíveis:

[...] as relações de poder (com as lutas que as atravessam ou as instituições que as mantêm) não desempenham, em relação ao saber, unicamente um papel de facilitação ou obstáculo; não se contentam em favorecê-lo ou estimulá-lo, em falsificá-lo ou limitá-lo; poder e saber não estão ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou das ideologias; logo, o problema não consiste, tão-somente em determinar como o poder faz com que o saber lhe seja subordinado e o faz servir a seus próprios fins, tampouco como se imprime sobre ele e lhe impõe conteúdos e limitações ideológicas. Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do ‘poder-saber’.

Deste ponto de vista os discursos e imagens que iremos analisar são formas que pressupõem forças, são materialidades que se produzem a partir de relações de poder e de sistemas de comunicação e difusão que ditam seu funcionamento.

Com base nisso é preciso que compreendamos os enunciados a partir dos dispositivos que os fazem funcionar, dos sistemas de comunicação, registro, acumulação e deslocamento. Assim, conseguimos compreender seu funcionamento e começar a traçar as linhas de força que os atravessam.

Tendo essas observações em mente, organizamos as idéias neste capítulo da seguinte maneira. Começamos pela análise da natureza dos dispositivos que formam, circulam e difundem discursos e imagens sobre o projeto em questão, para, então, projetar os olhares ao funcionamento destes discursos e imagens, compreendendo este funcionamento através de um exame mais detalhado dos discursos metonímicos, prolépticos, da forma de separação entre as palavras e as coisas e da forma de locução que toma o espaço pelo tempo. Por entre os argumentos postos, tentamos demonstrar uma dimensão discursiva da produção do espaço, a (re)invenção da cidade.

4.1 A NATUREZA DOS DISPOSITIVOS: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DIFUSÃO DE DISCURSOS E IMAGENS

Antes de entrarmos nos discursos e imagens projetados através da intervenção urbana aqui em foco, precisamos entender melhor as estratégias usadas nos dispositivos, ou seja, nos instrumentos midiáticos que põem em circulação e difundem discursos e imagens, para definir o que será visto e o que não o será, o que será enunciado e o que não o será.

A realização de tal feito nos conduz a uma análise mais detida dos dispositivos utilizados como máquinas de produção de sentido, o que nos leva ao entendimento da mídia e seu papel social e subjetivo na sociedade contemporânea.

Devemos considerar que as mídias, de um modo geral, têm a capacidade de oferecer temas para a degustação do público, têm, portanto, a estratégica função de difusão de informações ou mesmo de criação de informações em nossa sociedade. Sendo assim, não podemos pensar no exercício do poder na sociedade atual sem a mediação de dispositivos que produzem regimes de verdade. Na verdade a mídia parece apresentar-se como o mais bem sucedido dispositivo de poder da narrativa

moderno/colonial e esses termos apresentam coerência quando pensamos que, em nossa sociedade da informação, discurso e realidade se distanciam, que as imagens cada vez mais não se apresentam como representação, mas como máquinas de produção de sentido.

Os jogos da verdade, nestes termos, não podem ser pensados distante dos dispositivos midiáticos que não apenas mediam a relação poder-saber, como também participam ativamente no exercício do poder e na criação do saber por meio da definição de formas de ver e dizer, em última análise, por meio da definição de regimes de verdade.

Foucault reconheceu que cada sociedade possui seus meios e dispositivos para produzir realidade e verdade, uma vez que

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua *política geral* de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1990, p. 12, grifos do autor).

Esta passagem nos indica o seguinte questionamento: como falar da produção da subjetividade hoje? Uma resposta possível a esta pergunta pegamos emprestado de Guattari (1993, p. 177) para quem “os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas maquínicos”, uma vez que “a subjetividade permanece hoje massivamente controlada por dispositivos de poder e saber” (GUATTARI, 1993, 190).

O que se mostra é que a informação é o elemento-chave hoje para a produção da subjetividade e esta informação encontra nas mídias seus meios de difusão, controle e produção. Vista por outros termos a informação também pode ser entendida, como já mencionava Santos (2004), como o principal alimento para o funcionamento da acumulação capitalista. O meio técnico-científico e informacional, conceito bastante enfatizado pelo autor, é expressão de um momento histórico (a globalização) em que os territórios são cada vez mais equipados para a melhor circulação da informação, inserindo-se em circuitos espaciais de produção interligados por uma solidariedade organizacional constituída por relações verticais, cujos parâmetros são a razão técnica e

operacional para a organização, no sentido de construir uma ordem global desterritorializada. A informação, nesta leitura, é oposta à comunicação que se nutre de uma solidariedade orgânica espelhada em relações horizontais, cujo parâmetro é a razão local nutrida pela solidariedade.

Benjamin (1993, p. 202) identifica a emergência da informação como uma forma de comunicação que ganha corpo e importância singular com a ascensão da burguesia e que nega a narrativa e a experiência. Para ele,

Verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antiga que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica [...]. Essa nova forma de comunicação é a informação.

Este saber da informação que precisa ser compreensível em si e para si, nutre-se da novidade e dá explicações para tudo. Ele nega a narração e, por conseqüência, a experiência, por, primeiro construir um leque informativo para se opinar, num jogo em que o receptor da mensagem não tem o trabalho de refletir sobre o que se diz, apenas de escolher com o que concorda; e segundo pela velocidade e fugacidade do acontecimento informado, que sempre passa para dar lugar a outros enunciados de acontecimentos, como algo escorregadio, fugidio que, por vezes toca, mas dificilmente fica (BONDIA, 2002).

A mídia aparece como o dispositivo gerador ou difusor da informação, que é também entendida aqui como uma forma de saber inserida em jogos do poder. Nesse sentido, a mídia é um dispositivo.

Na realidade, na nossa sociedade atual, são projetados discursos e imagens que se mostram como realidades sociais resultantes da experiência coletiva. São produzidas máquinas de fazer ver e falar, dispositivos que operam criando imagens e discursos, que definem o que será visto e o que não pode ser visto; o que pode ser enunciado e o que não pode. Estes dispositivos, como define Deleuze (1990), produzem regimes de luz, que definem o visível e o invisível e regimes de enunciação, que definem o enunciável, agindo assim entre o ver e o dizer entre as palavras e as coisas.

Começaremos a análise dos dispositivos identificando no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) encomendado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) à empresa ENGESOLO do projeto maior da prefeitura para a orla sul da cidade de Belém,

denominado “Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da Bacia da Estrada Nova”, a construção de um programa de comunicação social no interior do projeto, o qual esclarece as estratégias midiáticas utilizadas, pelo menos planejadas.

Este plano, que é um subplano do projeto maior, começa mostrando que a comunicação pode ser entendida como a “ação de tornar algo comum a muitos” (BELÉM, 2007, p. 6). Após a definição de comunicação e dos objetivos do subplano, que se traduzem na necessidade de elevar o grau de conhecimento e compreensão da população em relação ao projeto, são apresentadas as justificativas do mesmo, as quais retomam o discurso que funciona no sentido de criar a imagem da decadência da orla e, a partir disso, a necessidade de um novo espaço para todos, enfatizando o ideal de progresso no interior de uma narrativa moderno/colonial.

Mas para melhor compreender a importância da criação, circulação e difusão de discursos positivos em torno do projeto, é preciso que se diga que este mesmo subplano apresenta, de forma detalhada, uma caracterização das mídias a serem utilizadas, desde a TV, passando por rádios comunitárias, até as bicicletas e carros de propaganda⁶. Faz, ainda, um estudo aprofundado dos índices de audiência de cada emissora de televisão, mostrando, inclusive, os programas em que este índice é maior, além de também apresentar os índices de audiência gerais das rádios existentes em Belém, AM e FM, e coletar dados sobre o número de jornais vendidos por dia da semana em relação aos principais jornais diários da capital paraense.

Diante dos dados a proposição é de utilizar cada mídia a partir de sua particularidade para comunicar, entendendo a comunicação como uma ação de tornar algo comum a muitos, ou talvez pudéssemos falar, sem eufemismos, como uma ação para criar consensos.

Desse modo, as cartilhas e informativos, na versão oficial, teriam o sentido de divulgar o projeto a todos aqueles atingidos de alguma forma por ele. No caso das rádios comunitárias, a estratégia é de produzir pequenos textos informativos e veicular entrevistas gravadas com os responsáveis pelos projetos nos horários de maior movimentação nos bairros em que o projeto irá se efetivar; as bicicletas e carros

⁶ A caracterização das mídias começa com o rádio colocado como instrumento que consegue atingir todas as camadas da sociedade, continua com as bicicletas e carros propagandas enfatizados como sendo instrumentos muito utilizados e conhecidos pela população local. Fala ainda dos jornais, como importantes instrumentos de explicação do projeto, das cartilhas e informativos, consideradas como instrumentos de comunicação e mobilização, da televisão, vista como um instrumento de grande popularidade e muito importante para formar opinião e, por fim, ainda se fala da produção de documentários e de uma *home page* para o projeto (BELÉM, 2007).

propaganda seriam usados para convocar moradores para reuniões, os jornais para explicar cada fase do projeto; a televisão e o rádio para exibir entrevistas sobre o projeto com técnicos da prefeitura nos programas locais de maior audiência; além da produção de um documentário e de uma homepage que, segundo o plano, informaria o desenrolar da obra, os contratos assinados e as mudanças ocorridas.

Arruma-se, assim, os dispositivos para a projeção de uma versão sobre o projeto, para a projeção de uma versão de orla fluvial, para a projeção de uma versão de cidade. Cada dispositivo midiático ganha uma especificidade e, por isso mesmo, uma estratégia particular, de modo que o conjunto dos mesmos deve estar ligado ao objetivo de tornar algo comum a muitos.

A informação passa a ser o elemento estruturador da validade do projeto e diante do leque informacional criado em torno dele, a população só tem uma escolha: decidir se concorda ou não concorda. Como as mídias são dispositivos em que um conjunto de instituições privadas coordenam e as notícias, assim, saem ao gosto do freguês, essa escolha é estimulada para um lado.

A a estratégia é, portanto, a não reflexão: não precisamos ficar refletindo sobre uma obra da Prefeitura, buscando fustigar suas contradições, pois as informações sobre a mesma estão disponíveis, os jornais, a televisão, nossas rádios comunitárias, as cartilhas que guardamos na gaveta, todos nos mostram o que é o projeto, basta sabermos se queremos ser contrários ou a favor do mesmo.

O que pensamos sobre o projeto, que reflete o que pensamos sobre a orla e sobre a cidade, é uma opção não uma reflexão, somos muito ocupados para refletir e, além do mais, a televisão já faz isso por nós. Não sem razão os jornalistas parecem ser os intelectuais da nossa sociedade, pois o conhecimento, hoje, reduz-se à opinião.

Por isso, é tão importante mobilizar os jornalistas, entendidos como formadores de opinião, em torno do projeto em questão. Não estranhamos, desse modo, uma das manchetes do *site* da PMB, que dizia: “funcionários da TV Liberal conhecem Portal da Amazônia” e, também, a palavra deixada pelo ex-secretário de urbanismo, Luiz Otávio Mota, que afirma: “[...] para nós, é muito importante apresentar este projeto a formadores de opinião. São eles que levam a informação à casa das pessoas e, por isso, precisamos que tudo esteja bem claro para que a população tenha a informação correta” (FERRO, 2006, não paginado).

O que é correto é uma questão de informação, não de reflexão. Sendo assim, os discursos são mobilizados como uma narrativa do andamento do projeto. Nutrindo-se da

novidade, a informação ganha força, as fases do projeto viram atração. A cada dia, semana, mês, uma nova manchete precisa ser criada. Basta fazermos o exercício com os jornais diários e veremos como as notícias funcionam.

Mas antes de fazer este exercício é preciso que se diga que os dispositivos, neste caso, os jornais diários, que circulam em Belém, não são imparciais, nem ao menos cuidadosos no trato com a informação. Não que a imparcialidade seja algo alcançável e um atributo dos dispositivos, pelo contrário; mas o que estamos diante é de veículos de comunicação inteiramente comandados ou, pelo menos, articulado a forças políticas. Basta notarmos a história das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), cujo jornal “O Liberal” é sua principal mídia impressa, e o conjunto de contratos realizados com o Governo do Estado do Pará, particularmente durante a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se estendeu de 1994-2006. De outro lado, basta sabermos que a Rede Brasil Amazônia de Televisão, que tem o “Diário do Pará” como principal mídia impressa, pertence ao então deputado federal Jader Barbalho.

Portanto, estes dispositivos aparecem, muitas vezes, na posição de afirmar um discurso ou de negá-lo. Desse modo, o que percebemos é que a conjuntura política muitas vezes guiou o tom das notícias, principalmente quando pegamos os jornais dos meses que antecederam as eleições de 2007. Além disso, lembramos que essas mídias são privadas e os jornais muitas vezes vendem espaços publicitários para a PMB.

Voltemos ao exercício acima sugerido e perceberemos que as manchetes nos indicam a produção da informação e de uma versão do projeto, trazendo para o cotidiano da população a forma de ver e dizer veiculada. Começamos com “Obras do Portal da Amazônia começam hoje” (OBRAS DO..., 2006, p. 7), “Festa lança hoje Portal da Amazônia” (FESTA LANÇA..., 2006, p. 5) e “Portal começa a mudar a vida na orla” (QUADROS, 2007, p. 11). Alguns meses depois se vê estampado “Orla de Belém começa a aparecer” (ORLA DE..., 2007, p. 5). Mais alguns meses e temos “Portal da Amazônia avança” (PORTAL DA..., 2007, p. 4-5). Depois de tudo algumas conclusões, “Portal da Amazônia abrirá parte da orla” (QUADROS, 2008, p. 5).

O funcionamento destes discursos será mais bem estudado na seção posterior. Aqui os postamos para perceber a maneira em que as manchetes criam informação e fazem o projeto virar sempre notícia. Observamos, com efeito, como nos alerta Benjamin (1993, p. 204), que “a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela vive esse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele”. As manchetes são imperativas e, como tal, tentam não ter

dubiedades, não deixar margem para qualquer interpretação diferente da que se deseja fazer circular, sempre se alimentando do momento em que são enunciadas, adquirindo o valor da leitura pela sua novidade. São, portanto, pequenas, concisas e claras.

Complementando essa estratégia, identificamos a emergência e circulação de vários discursos de sujeitos diretamente atingidos pelo projeto, no afã de mostrar a todos que o que se está fazendo na orla da cidade é bom para a maioria. Vários sujeitos colocam-se, nesse sentido, na posição de afirmar uma idéia, de confirmar uma versão, de se inserir em uma vontade de verdade.

Encontramos folheando os jornais, uma grande reportagem sobre o “Portal da Amazônia” e observamos no rodapé da primeira página da reportagem o dizer “a população acredita no Portal” (PORTAL DA..., 2007, p. 4) e logo abaixo estava um conjunto de depoimentos que incorporam todos os elementos postos em circulação pelos dispositivos midiáticos.

No jogo do concordar ou não, a notícia (PORTAL DA..., 2007, p. 5) prossegue com as falas:

Vai melhorar muito a qualidade de vida de milhares de famílias, afastando da marginalidade, trazendo segurança. O que me deixa triste é saber que alguns políticos lutam contra isso (Sandra Araújo, 41 anos, moradora da Condor, Funcionária Pública).

A auto-estima de toda a cidade vai aumentar muito. Vamos ter mais acesso à natureza, além do grande trabalho de saneamento que vai trazer mais saúde e qualidade de vida para a nossa população do Guamá (Pastor Lourival Pereira, 44 anos).

O projeto é o mais ambicioso da história da nossa cidade e abraça os principais bairros de Belém. Nós estamos ansiosos pela sua conclusão que vai somar a todas as obras que a prefeitura está fazendo aqui (Marco Adriano Gonçalves, 24 anos, líder comunitário no Guamá).

Os elementos contidos em cada um dos discursos, como a idéia do privilégio da localização de Belém, que demarca uma mudança na forma de ver e dizer a cidade, a concepção da decadência da orla de Belém, que justifica uma obra bela, além das hipérboles definindo o projeto e a idéia de auto-estima são partes integrantes de um discurso que se funda na construção da idéia de progresso, na construção de um futuro sonhado a partir da negação do que se coloca como decadente, criando um regime de visibilidade e enunciação, criando/inventando a cidade.

Estes elementos serão analisados na seção posterior quando debruçarmos-nos nos discursos e imagens postos em circulação sobre o projeto “Portal da Amazônia”.

4.2 O QUE VER E DIZER SOBRE O “PORTAL DA AMAZÔNIA”?

Na televisão, um programa de entrevistas, lá está um técnico da PMB para explicar à população o maior projeto da administração municipal. Abrindo o jornal do dia e no caderno *Atualidades* uma matéria conta que a obra da prefeitura está avançando. No ir e vir diário pelas ruas, rápido os olhos avistam um *Out Door* saudando o prefeito pela sua obra. Como não querer ver concretizado um projeto como este? Como não querer que a orla se transforme em nosso maior cartão postal? Como negar essa vontade?

O conjunto desses enunciados parece colocar em circulação um discurso e uma imagem de Belém, (re)inventando a cidade, criando desejos e necessidades, difundindo sonhos e fantasias, impondo uma verdade. Mas como estes discursos e estas imagens funcionam? Como conseguem tanta adesão? Como desnaturalizar esta Belém inventada?

Estas são as perguntas que guiarão nossa análise doravante, mas não podemos respondê-las sem compreender que os discursos difundidos pela atual administração municipal hoje tem suas condições de emergência postas bem antes, quando da difusão do que chamamos de narrativa moderno/colonial da cidade. É a luz da lógica desta forma de ver e dizer a cidade, que podemos entender os enunciados sobre o “Portal da Amazônia”.

Portanto, é pela lógica de produção do estereótipo, da criação de um discurso mímico e da naturalização do que é dito e mostrado, que os discursos e imagens funcionam. Tentaremos aprofundar um pouco mais o entendimento sobre esta narrativa moderno/colonial da cidade tomando como base os discursos e imagens projetados através do projeto “Portal da Amazônia”.

Se no primeiro momento, quando analisamos as condições de emergência dos discursos e imagens que tomaram a orla de Belém como principal objeto, fizemos algumas descobertas a partir de alguns autores do pós-colonialismo⁷, agora lançamos mão das interpretações de Santos (2004, 2006, 2007), em um primeiro momento, que não deixa de ser também um representante das idéias pós-coloniais, a fim de melhor

⁷ É preciso que se diga que “a perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem produz” (SANTOS, 2006, p. 28-29).

responder às perguntas anteriormente postas como balizadoras deste capítulo⁸. No percurso analítico, vários autores também irão contribuir.

Santos (2007) nos mostra que a racionalidade da modernidade ocidental, ou moderno/colonialidade nos termos de Mignolo (2003), seja do pondo de vista epistemológico ou sócio-cultural, é extremamente indolente, preguiçosa, por desperdiçar experiências sociais e o faz por ser impotente, arrogante, metonímica e proléptica⁹. No fim das contas essa racionalidade parece contrair o presente e alargar o futuro, um pouco como o faz a idéia de progresso que focaliza o que quer ver do presente para construir um futuro desejado.

Parece que os discursos em torno do “Portal da Amazônia” funcionam por uma racionalidade metonímica e uma racionalidade proléptica, mas também funcionam operando a separação entre realidade e discurso e na operação de tomar o espaço pelo tempo.

Centraremos em cada uma destas formas a partir daqui.

4.2.1 Um discurso metonímico: contraindo o presente...

A racionalidade metonímica se mostra na tentativa de se tomar a parte pelo todo, no nosso caso em específico, tomar a cidade pela fração de orla a ser revitalizada. Em outras palavras, “na verdade o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia” (SANTOS, 2007, p. 98).

Entender a projeção do discurso metonímico como forma de funcionamento dos enunciados aqui postos em evidência, tem duas implicações. A primeira refere-se à

⁸ É importante notar algumas diferenças entre os autores. Na análise dos *a priori* históricos dos discursos e imagens sobre a orla fluvial, as interpretações de Bhabha (2003) foram fundamentais e é bom que se diga que este autor estuda o colonialismo anglo-saxão e tem suas formas de interpretação pós-coloniais como resultantes de seu lugar epistemológico. Neste capítulo incorporamos algumas interpretações de Santos (2006, 2007) que, por sua vez, já teoriza o colonialismo português, buscando formas de interpretação pós-coloniais a partir de seu lugar de fala. Servimos-nos, vale dizer, das idéias de ambos os autores que nos ajudam e que aparecem no funcionamento dos discursos e imagens analisados.

⁹ Santos (2006, p. 95-96) nos mostra que “a indolência da razão [...] ocorre de quatro formas diferentes: a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade [...]; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”.

transformação da cidade em fragmentos, ou melhor, a percepção da cidade por fragmentos, o que significa projetar focos de luminosidade em frações do espaço urbano em detrimento de outros, produzindo o que deve ser visto e dito da cidade. A segunda refere-se à natureza do discurso projetado, como narrativa moderno/colonial, uma vez que a vontade latente dos discursos metonímicos é que uma forma de ver e dizer a cidade transforme-se *na forma* de ver e dizer a cidade, ou seja, a única disponível, como uma maneira de transformar percepções locais em visões totais da cidade, ou como mostra Mignolo (2003), trabalhando o discurso moderno/colonial em outra escala, transformar histórias locais em projetos globais.

O discurso do prefeito de Belém Duciomar Costa é bastante exemplar para que compreendamos melhor esta forma de ver e dizer a cidade:

O Portal da Amazônia vai mudar a cara da nossa cidade. Vai nos colocar de frente para os nossos rios e, mais do que isso, vamos beneficiar mais de 300 mil pessoas e, indiretamente, toda a população de Belém (PORTAL DA..., 2007, p. 4).

Tudo começa com uma afirmação concisa, categórica e que precisa ser indiscutível: “O ‘Portal da Amazônia’ vai mudar a cara da nossa cidade”. Após a afirmação vem a explicação de que mudar a cara é nos colocar de frente para os rios e, por fim, uma tentativa de generalização quando se afirma que toda a população será beneficiada, pelo menos indiretamente. A idéia é de que mudando a “cara” da cidade, muda-se seu cartão de visitas, sua porta de entrada, portanto, muda-se a cidade, ou pelo menos como ela será percebida por quem chega. Uma espécie de ação cosmética se edifica, a face parece imperativa, mudá-la ou melhorá-la se mostra como prioridade para o salão de beleza dos técnicos da Prefeitura.

Como um acabamento final aos enunciados anteriormente pronunciados, o atual Prefeito também afirma:

O Portal da Amazônia é sem dúvida um marco na história da capital paraense. O grande programa da Prefeitura Municipal de Belém que vai mudar a cara da cidade, abrindo suas portas para um de nossos maiores cartões postais, o rio Guamá (PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5).

A diferença deste discurso para o anterior é que aqui já aparece um tom hiperbólico, como forma de ressaltar a importância histórica da obra, no sentido de reafirmar sua condição na construção de um futuro desejado. Nos dois discursos o verbo

ir no presente do indicativo e na terceira pessoa do singular “vai” dá um tom de certeza ao discurso.

Mas o discurso metonímico não apenas transforma a “cara” da cidade na cidade, mas também define, através da descrição, o que se quer mostrar, ou o que se deve mostrar como a cara da cidade.

O projeto prevê a abertura da orla até a Universidade Federal do Pará, com seis pistas, de 70 metros de largura, com área de passeio, estacionamento e ciclovia. Parte do espaço deverá ser reservado para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro (BELÉM, 2006, não paginado).

Agora a orla, como a “cara” da cidade, já pode ganhar suas linhas de expressão e é o turismo e o lazer que vão desenhar as curvas destas linhas. Mas veja bem, o molde já existe, são as orlas de Recife e do Rio de Janeiro, basta agora copiar que teremos nossa expressão.

A cidade aos moldes de outras cidades, a orla aos moldes de outras orlas, o espelho da experiência social de alguns sujeitos projeta-se como a experiência social coletiva. Uma forma de ver a cidade se projeta a partir de alguns que talvez nunca tenham ido à orla que planejam, aos portos comprar açaí, às feiras comprar a farinha nossa de cada dia, ou mesmo aos portos privados, muitas vezes a única opção de quem chega à cidade, ou, se passaram por estes lugares, só passaram, pois suas experiências não foram neles tão significativas, como as que tiveram em Recife ou no Rio de Janeiro.

O primeiro elemento para a compreensão do funcionamento dos discursos sobre o “Portal da Amazônia” é, sem dúvida, a projeção de experiências para o lugar de experiências fora do lugar, ou ainda, a transformação da cidade em uma face que, se projetada no espelho da experiência coletiva, talvez não se reconheça.

Isso significa uma contração do presente sem precedentes, pois se ignora um conjunto de experiência que a realidade para onde o projeto foi pensado, a orla sul, possui¹⁰ para privilegiar uma forma de ver e dizer a cidade.

¹⁰ As experiências sociais da orla sul de Belém serão mais bem trabalhadas no último capítulo desta dissertação, quando iremos entrar em uma ontologia do presente que só foi possível de ser realizada a partir do diagnóstico que agora fazemos de que existe um desperdício de experiências sociais no projeto analisado. Portanto, no último capítulo faremos deste trabalho uma forma de expressão destas experiências desperdiçadas.

4.2.2 Um discurso proléptico: alargando o futuro...

Se, por um lado, a razão metonímica, faz parte da construção de uma forma particular de difusão de um discurso moderno/colonial da cidade por contrair o presente e difundir como total uma versão ou visão de cidade, a razão proléptica, por outro lado, coloca mais um esteio no alicerce deste discurso, pois tenta alargar o futuro, conduzir todos, pelo confortável tempo linear, ao progresso.

A prolépse é uma figura de sintaxe, um recurso narrativo muito utilizado em romances em que o autor já sabe o fim, mas parece o esconder (SANTOS, 2006). O sentido desta figura, portanto, é refutar ou destruir antecipadamente as objeções do adversário. No caso do projeto, o discurso proléptico ganha dois sentidos bem claros. O primeiro que se expressa quando percebemos que no projeto o fim parece bem definido “mudar a cara da cidade” e assim precisa ser, uma vez que qualquer objeção deve ser antecipadamente refutada no interior do próprio discurso da certeza. O segundo se mostra na projeção de um futuro sonhado através do projeto, algo que já conduz à construção da obra como progresso, pela idéia da modernização.

Primeiramente, para se definir um fim preciso é necessário edificar um discurso de certeza da importância e do significado histórico do projeto e, então, algumas manchetes são bem evidentes, como: “a macrodrenagem da estrada nova faz parte do maior projeto a ser realizado em Belém, que é o Portal da Amazônia” (SAI A..., 2006, p. 7), “Portal realiza sonho turístico e social de Belém” (PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5), “Belém vai ganhar uma nova orla e gerar qualidade de vida com o turismo e a macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova” (PORTAL DA..., 2007, p. 4-5).

O projeto se torna o maior, sua ação passa a ser de realizar sonhos, suas qualidades tornam-se inquestionáveis e, assim, produz-se o discurso da certeza. Assim, justifica-se um fim pretendido.

Nestes termos, tem-se como alargar o vir a ser, construir a idéia e a justificativa de que a obra é imprescindível para deslocar o olhar do presente para o futuro. Essa é a perspectiva que guia os enunciados do prefeito Duciomar Costa em mais uma entrevista a um jornal local.

É uma revolução na história da capital do Pará. Uma vitória do bom senso, do equilíbrio e do entendimento das mais diversas políticas econômicas, sociais e culturais. Uma conquista da atual e de todas as gerações futuras (PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5).

A obra se projeta para o futuro, o tempo presente é o tempo de realizações singulares, é o tempo de fazer a história, uma história que nos lança a um futuro sonhado. Instâncias superiores são resgatadas para dar legitimidade ao discurso: o bom senso e o equilíbrio são qualidades que triunfaram e sustentam, assim, um discurso da competência. A sucessão dos enunciados se dá através de um conjunto de afirmações, numa retórica imperativa em que enunciados, como vitória e conquista, querem mostrar o triunfo da cidade, ou melhor, que a obra vai se realizar superando qualquer obstáculo.

Outras vozes aparecem no discurso acima, basta lembrarmos-nos do discurso de posse de Almir Gabriel em 1983 à Prefeitura de Belém, no qual também qualidades superiores, naquele momento inteligência, sabedoria, entre outras, garantiam a competência para a administração municipal transformar o presente no tempo de construção do futuro.

O discurso é colocado em circulação, dessa forma, sem objeções, impondo uma certeza e uma verdade, aproximando-se do sujeito quando mobiliza a idéia de conquista de todos, quando afirma o que se sonha e como esse sonho se realiza, quando faz da história uma eterna busca do progresso, enfim, quando ataca a subjetividade.

Diga-se de passagem, a construção de um futuro sonhado, alargando-se o tempo, realiza-se pela contração do presente, pela negação de experiências sociais, ou ainda, pela imposição de um molde ordenado por sobre a desordem, no caso do projeto analisado, pela imposição de um molde de orla por sobre uma orla *pré*-existente, que sintetiza experiências, mas que não se encaixa ao molde.

Tanto o discurso metonímico, como o proléptico entram nos alicerces de uma narrativa moderno/colonial de cidade. O primeiro por fazer com que uma forma de ver a cidade particular trone-se geral e o segundo por impor à cidade o “preço do progresso” e, como nos ensina Lander (2005), um dos elementos essenciais para a invenção colonial da modernidade é a construção de uma visão universal de história associada à idéia de progresso.

Esta narrativa moderno/colonial que se difunde (re)inventa a cidade e nos mostra que as práticas discursivas participam da dinâmica de produção dos espaços. O espaço é, assim, um acúmulo de camadas discursivas, é produzido como uma prática e

uma estratégia, não é apenas resultado dos discursos e imagens, mas dispositivo produtor de efeitos, de regimes de visibilidade e de enunciação. O espaço é produto de relações, resultado ou efeito de discursos e imagens, mas também, força, prática, materialidade produtiva de sentidos e verdades.

Após a contração do presente realizada pela racionalidade metonímica transvertida neste trabalho de um discurso metonímico, o futuro parece se alongar pela matriz de racionalidade proléptica, impondo uma busca de um tempo melhor, como que o tempo fosse apenas sucessivo.

4.2.3 A separação entre as palavras e as coisas: a cidade (re)inventada

Ainda na lógica de funcionamento dos discursos e imagens sobre o “Portal da Amazônia”, observamos um terceiro elemento importante a ser colocado para a análise: a separação entre as palavras e as coisas. Este elemento, diga-se de passagem, talvez seja a expressão maior do discurso enquanto criador de realidade e verdade.

É bom dizer, como alerta Foucault (1995), que é com o contexto do renascimento que os enunciados ganham cada vez mais autonomia diante das coisas, que o problema de saber se os signos realmente representavam aquilo que significavam se transforma na questão de saber como podem estar os signos ligados àquilo que significam? A profunda interdependência entre linguagem e mundo parece desfeita na modernidade, pois a linguagem como representação é rarefeita diante da linguagem enquanto significação: “as coisas e as palavras vão separar-se. O olho será destinado a ver e somente a ver; o ouvido somente a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais do que ele diz” (FOUCAULT, 1995, p. 59).

Os discursos e imagens como criadores de verdade e realidade, é isso que indica a análise arqueológica de Foucault. Nestes termos, o discurso

[...] não faz mais parte da mimese da representação que caracterizava a episteme clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade este discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico (ALBUQUERQUE JR., 1996, p. 49).

Nesse sentido, estas análises nos indicam uma mudança nas relações entre espaço e olhar, uma vez que a percepção, dessa forma, não é apenas resultado de uma representação do espaço via experiência, é, também, um dispositivo de produção de sentido, quando se transforma em discurso e entra em um sistema de comunicação e difusão que altera o próprio espaço percebido. Estamos diante de uma nova forma de interpretação da produção do espaço, de uma nova dimensão do real: a simbólica que, vista desta forma, não é mero adereço analítico.

Esta dimensão simbólica é mais um pilar de uma narrativa moderno/colonial da cidade, uma vez que os discursos e as imagens, ganhando autonomia, participam da produção de seus objetos; a cidade, assim, afasta-se cada vez mais de sua dimensão material diante de um sistema de significação que a (re)inventa. Esta dinâmica de (re)invenção imagético-discursiva da cidade é ativa em tornar invisível outras versões de cidade.

Referindo-se sobre o projeto “Portal da Amazônia”, numa de suas muitas entrevistas nos jornais diários de Belém, Duciomar Costa, atual prefeito de Belém, afirmou:

Isso vai fazer surgir uma nova cidade, valorizando sua alma ribeirinha, criando novas alternativas para problemas urbanos que temos até hoje. É um projeto de todos que amam Belém, todos que querem ver a cidade crescer com respeito ao seu povo, num crescimento econômico que preserve as pessoas e o meio ambiente (PORTAL DA..., 2007, p. 4-5).

A nova cidade existe enquanto discurso, é uma realidade e uma verdade nos limites daquilo que os enunciados quiseram dizer. No afã de difundir e fazer circular a idéia de uma nova cidade recorre-se a muitos enunciados para dar validade ao que se diz. Primeiro, a partir dos ecos de outros enunciados, recorre-se à alma ribeirinha de Belém, numa fala aconchegante que se aproxima da subjetividade de quem ouve a mensagem. Segundo, o amor à cidade é outra maneira de transformar o discurso em um processo de subjetivação, abalando a subjetividade do receptor da mensagem. Terceiro, os enunciados referentes ao respeito do cidadão à cidade e à resolução dos problemas urbanos, conferem a esta cidade inventada o *status* de uma cidade perfeita, sem contradições, com crescimento econômico e justiça ambiental. Mas, ainda assim, a cidade inventada tem de ser *nova*, tem que refletir um futuro desejado, tem que projetar as pessoas para frente, colocar a cidade em uma boa posição na fila da história.

Assim, uma forma de ver e dizer a cidade entra em circulação como discurso e como imagem e se projeta como realidade e verdade. A cidade se transforma naquilo que se diz e se vê sobre ela, os discursos fazem ver, pois escolhem o que dizer, por outro lado, as imagens fazem ser aquilo que se escolhe para ver.

Basta tomarmos como base o discurso do atual secretário de urbanismo do Município de Belém, Sérgio Pimentel, e veremos que a nova orla que se pretende ou que se vende, na verdade, “é como a orla de Copacabana, mas em vez da praia e do mar, temos o rio para contemplar” (PORTAL DA..., 2008, p. 5).

As escolhas são feitas do que ver e o que dizer. Assim, a realidade se produz pela comparação à orla de Copacabana e a verdade se edifica pelo desejo de ser como se diz que se é. A representação transforma-se em significação e vira realidade e verdade.

Mas é preciso também que se trate especificamente das imagens do “Portal da Amazônia” projetadas. Na realidade, são imagens virtuais que criam um cenário animado para representar a nova orla da cidade. Esta informatização das imagens, é bom que se diga, corrige as imperfeições, ressalta as belezas e inventa um lugar de sonhos. E devemos ter a noção que a informática organiza a memória social, simula o futuro, pois concentra e potencializa todos os sistemas ideais de controle que a antecederam, como nos mostra Levy (1998).

Diante do cenário montado, a representação vira significação, cria-se uma nova realidade para atuar ativamente nos esquemas de percepção de quem a observa. Os *softwares* de cenarização e de animação criam recortes formais, efeitos visuais, padrões estéticos e o resultado final é uma imagem que sonha e faz sonhar.



Imagem 1 – VISTA GERAL DO “PORTAL DA AMAZÔNIA” – notar a perfeição das curvas que desenharam cada ponto da imagem, a sua beleza cênica que parece impor uma vontade e um desejo e, entre pistas, áreas de lazer, muitos carros e poucos pedestres, nada mais parece importar, a vida da orla de hoje cede lugar para o espetáculo da orla de amanhã. Fonte: Cosmus (2006).



Imagem 2 – VIAS DO “PORTAL DA AMAZÔNIA” – notar o privilégio dado à circulação dos carros e que as pessoas representadas na imagem aparecem posicionadas para observar o rio, a cidade vira espetáculo a ser visto. Fonte: Cosmus (2006).

Vários outros temas são mobilizados pelos discursos que produzem esta imagem de cidade. Dentre estes temas percebemos: a ventilação, que é um elemento característico quando se abre uma janela, ou um portal; a observação do rio, que surge como atributo de resgate cultural, não apenas como forma de lazer; a circulação, que se coloca como pré-requisito para uma cidade que se pretende enquadrar-se na modernidade. Todos estes temas mobilizados constroem o edifício discursivo e imagético do projeto, da nova cidade inventada.

A circulação de discursos e imagens ganha uma autonomia de produzir realidade e, como consequência, também difunde uma verdade que é uma versão de cidade inventada.

4.2.4 Tomando o espaço pelo tempo: a cidade na fila da história

Uma última forma de funcionamento dos discursos e imagens aqui analisados é a tomada do espaço em termos temporais, tudo para construir a idéia de modernização e progresso.

Podemos dizer que a matriz teórica usada para analisar a emergência de um discurso de valorização da orla de Belém, condensa-se quando se coloca a cidade na fila da história. Isso significa que para realizar tal feito é necessária a construção de um estereótipo, a difusão de um discurso mímico e a naturalização da imagem de cidade produzida. Os três elementos irão constar novamente na análise dos discursos subsequentes.

Mas é preciso, antes de tudo, compreender melhor o que significa tomar o espaço pelo tempo. Massey (2004) nos explica que em nome da idéia de um dito progresso, toma-se o espaço em termos temporais, ou seja, não se considera as diferenças e singularidades do espaço, pois, para essa visão, essas diferenças não existem, os lugares estão simplesmente atrás ou à frente numa mesma estória: “suas diferenças consistem apenas no lugar que devem ocupar na fila da história” (MASSEY, 2004, p. 15). Nesse sentido, devemos correr atrás de ser algo, alguém, algum lugar (quem sabe Recife, Rio de Janeiro...), pois não conseguimos reconhecer nossa própria diferença. Ficamos, então, cada vez mais distantes de nós mesmos e continuamos nessa marcha incansável.

Os discursos e imagens aqui analisados produzem esse efeito, mas a partir de diversas nuances que devemos ressaltar. A primeira delas é a construção de uma imagem negativa da cidade ou da orla da cidade.

Um primeiro discurso que emerge nesse sentido é o da superintendente regional da Caixa Econômica Federal Noêmia Jacob, quando do firmamento da parceria entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo Federal, através dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados para a obra aqui analisada. A superintendente afirmou que “Belém, não se pode deixar de mensurar a importância

da transformação da orla da cidade [...]. Infelizmente Belém deveria ter tradição de olhar para o rio e o que acontece é exatamente o contrário” (REMÍGIO, 2007, não paginado)

A imagem de Belém como cidade que não se preocupa com suas margens é bem identificada nestes enunciados. A idéia de que o rio é negligenciado pela própria população produz uma sensação negativa da cidade.

Mais emblemático que este discurso anterior é o que foi veiculado em um documentário produzido sobre o projeto, previsto no Programa de Comunicação Social do mesmo, cujo texto inicial é:

Problemas que se arrastam há quase 50 anos e também fazem com que Belém vire as costas para o rio e para o verde que tanto encanta os turistas. Portos improvisados, falta de cuidado com o meio ambiente e desperdício de uma parte da cidade que é nobre para o incremento do turismo. São quase 7 km de orla grande, parte tomada pelos imóveis que fecham as janelas e ofuscam a beleza da Metrópole (PORTAL DA AMAZÔNIA, 2006)

Como o texto foi retirado de um vídeo é preciso que se diga, que enquanto o mesmo é enunciado, uma grande quantidade de fotos se sucede demonstrando um abandono da orla da cidade. Os ângulos ressaltam toda a sujeira da orla, para mostrar uma degradação sem precedentes, a qual deve imperativamente ser superada. No fundo uma música anuncia o descaso, ela é feita pelo prolongamento de uma nota só, para que assim, o espectador não perca a concentração no observar das imagens. A nota aguda e fraca garante que todas as imagens que passam sejam vistas da mesma maneira. Sensações ópticas e sonoras despertam desesperança, revolta, sentimentos que são transvertidos em vontade de mudança. Não há mais nada, apenas sujeira acumulada, desordem, caos, poluição, vidas correndo perigo.

O texto supracitado é enunciado com esta ambiência. Nele percebemos que a cidade que vira as costas para o rio é resultado de uma história de problemas. A descrição do que a orla é hoje, serve de confirmação da hipótese do virar as costas para o rio. Esta história de problemas que produz o que produz é vista como um desperdício de uma parte da cidade que é colocada como estratégica e importante.

O que se quer, na realidade, é produzir um estereótipo, uma imagem de cidade decaída, sendo que esta imagem não precisa ser provada, ela é do conhecimento de

todos, é o já conhecido sendo repetido só para se cristalizar como imagem. Os entulhos, a sujeira, a falta de higiene, o anarquismo da economia informal, todos esses elementos entram no cenário de uma cidade decadente. A desorganização afronta padrões estéticos e éticos, a violência, as drogas, são outros elementos do estereótipo construído. Além disso, o rio como lugar de dejetos, as comunidades que moram em palafitas como sem educação, também entram no discurso. Este desenho de decadência é visto como pejorativo para o modelo de cidade feliz e do progresso que se quer.

Se quisermos mais elementos, basta ficarmos atentos para os jornais e suas manchetes, como esta: “Hoje o cenário da Bacia da Estrada Nova é de total precariedade, com deficiências sociais, ambientais, culturais e econômicas” (PROJETO MUDA..., 2007, p. 6).

A razão do enunciado é promover uma generalização das condições da orla. Não questionamos as precariedades da vida econômica e ambiental, mas quais os dados que comprovam uma precariedade cultural? E a idéia de deficiência social? Como explicá-la? Não precisa! Essa é a razão de ser do estereótipo, ele é fruto de uma naturalização de enunciados, não se explica, constata-se.

A segunda nuance a ser destacada é a produção do sentimento de perda, a Belém que vira as costas para o rio, é a Belém que nega suas raízes ribeirinhas, é a Belém decaída e decadente, pois perdeu sua maior expressão: a vista para o rio Guamá e para a baía de Guajará. Esta perda, na verdade, como mostra o texto do vídeo anteriormente citado, é um desperdício e ela tem causas concretas, que são os portos privados, a falta de cuidado com o meio ambiente e os vários imóveis que ofuscam a beleza do rio. Não podemos mais ver o pôr-do-sol do Guamá, senti a brisa do rio, nossa beleza é escondida, é privatizada, é perdida.

O tempo é visto como o elemento que dilacera e corrói a beleza da cidade, sendo, portanto, um dos maiores responsáveis pela deterioração. São os cinquenta anos de descaso que nos mostram que o passado precisa se render a um presente que irá desenhar com linhas bem definidas um melhor futuro.

Mas eis que uma terceira nuance aparece como estruturadora dos discursos e imagens da orla de Belém. Agora que já se têm o estereótipo da decadência, o sentimento de perda e a noção que o tempo corrói, é necessário identificar o obstáculo a ser superado.

Se o projeto se funda num ideal de modernização, tudo que se liga ao estereótipo da decadência, do atraso, mostra-se como obstáculo a ser superado. Assim,

as pessoas são a maior dificuldade, as pessoas que moram na orla, que vivem a orla, são elas a ameaça.

Mas nos é interessante, nesse momento, mostrar os eufemismos enunciados para não se mostrar tão dura e áspera a ação da Prefeitura. A entrevista do ex-secretário de urbanismo municipal, Luiz Otávio Mota Pereira, parece-nos emblemática:

Esse projeto tem uma importância enorme para recuperar uma área degradada e com uma característica a mais, talvez tenha a maior densidade demográfica da cidade. Sabemos que as famílias estão preocupadas e é por isso que vamos instalar a unidade executora do projeto na área e vários pólos consultivos nos bairros. Não se pensa em mandar as pessoas embora, é um processo de remanejamento e realocação (QUADROS, 2007, p. 11).

Os enunciados que tentam reafirmar a importância do projeto são sucedidos de um discurso que poderíamos chamar de eufêmico, uma vez que as pessoas não vão ser mandadas embora, apenas serão remanejadas, realocadas e terão oportunidade de acompanhar de perto a execução do projeto. No capítulo posterior, quando entraremos nas práticas não discursivas, esse processo será mais bem elucidado com os seus detalhes concretos. Mas aqui, o que é importante dizer, é que a sensação que se quer produzir é a de que as pessoas precisam sair para o “progresso” chegar.

As manchetes dos jornais se sucedem dia após dia também produzindo essa sensação: “Moradores tiram as dúvidas sobre o projeto” (RIBEIRO, 2007, p. 4), “Desordenamento dificulta ações”, “Moradores e comerciantes serão indenizados ou reassentados”, “Projeto muda a vida na Estrada Nova” (PROJETO MUDA..., 2007, p. 6).

A vida na orla parece ser mudada para melhor, o obstáculo parece ser retirado, o preço da modernização da cidade deve ser pago. Para o bem de todos alguns precisam alterar suas formas de viver. Essa é a forma encontrada para justificar a execução do projeto.

Mas esse discurso eufêmico parece bem mais direto quando lemos o relatório de impacto ambiental do projeto, no qual estão claros os seus objetivos. A noção de obstáculo parece clara e a linguagem, poderíamos dizer, assusta: “as áreas interferentes com as obras de implantação da macrodrenagem e as demais obras que visam a requalificação urbana e ambiental na bacia de Estrada Nova deverão estar livres da ocupação antrópica desordenada” (BELÉM, 2006, p. 60).

A orla livre mostra sua face mais torpe! A liberdade se faz à custa da eliminação do homem, da saída dos ocupantes desta área. Fora dos dispositivos midiáticos, o eufemismo e o cuidado com as palavras, parece não ser uma preocupação central. Mas deixemos para um próximo capítulo a análise desta afirmação em toda sua inteireza, uma vez que nela não está contida apenas uma verdade discursiva, mas uma prática de exercício do poder que dialogaremos mais adiante.

Nas conversas informais que tivemos a oportunidade de fazer com vários técnicos ligados ao projeto, sempre ficou claro que a população era o empecilho, sempre o discurso foi de mostrar as várias possibilidades dadas para o remanejamento, nunca o não remanejamento. A população deve sair, pelo menos por um tempo, mas da melhor maneira possível: esse sempre foi o lema da Prefeitura. Uma crítica a esta forma de ver e dizer e a esta prática que muito se distancia da legislação urbana vigente será organizada no capítulo posterior.

Mas, vale dizer, que este fato é recorrente do ponto de vista histórico em Belém. Se tomarmos como base os trabalhos de Trindade Jr. (1997) e Abelém (1989), veremos, a partir de realidades diferentes, que as políticas de revitalização urbana na cidade quase sempre não consideram a permanência da população que habita as áreas para onde as mesmas são direcionadas, sendo que o processo de valorização espacial proveniente destas políticas, raramente beneficia a população da área atingida, pelo contrário, promove, via de regra, a expulsão destes sujeitos. Os detalhes desta prática de remanejamento do projeto aqui estudado serão trabalhados mais à frente.

Voltando aos discursos e imagens, uma quarta nuance aparece reafirmando a tomada do espaço pelo tempo: é a sensação do resgate que vem junto com a vontade do novo.

Quando se diz que “o Portal da Amazônia vai resgatar a dignidade e valorizar a urbanidade na Estrada Nova” (PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5), o discurso do resgate de algo que parecia perdido se efetiva. Mas é a dignidade e a urbanidade que se resgata, o que significa inferir que o que hoje se vê é uma falta de urbanidade e de dignidade.

Enunciados de instâncias superiores são trazidos para dar legitimidade. A dignidade e urbanidade, que não são definidas, pois não precisam ser, são os elementos resgatados. Mas o resgate deve ser uma forma de projeção ao futuro, ou seja, resgatar é também fazer o novo. O percurso de volta ao passado, a criação da sensação de perda, serve de incentivo para o resgate que, na verdade, também é o espelho do passado

projetando um futuro de modernização. A volta ao passado é para construir o futuro. Cria-se um sonho, pois se realiza um sonho, resgata-se a história fazendo-se história!

O Portal é o maior conjunto de benefícios numa única obra na história de Belém. Além do desenvolvimento humano, melhorias no trânsito e geração de renda, o projeto virá para melhorar uma área degradada ambientalmente, além de estar inserida num projeto de urbanização turística, com toda a infraestrutura necessária para proporcionar lazer e diversão às diversas camadas sociais. Com suas portas abertas para o rio, Belém irá estreitar laços com seu próprio povo (PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5; PORTAL DA..., 2007, p. 4-5).

A repetição destes enunciados em várias edições dos jornais é uma estratégia de fixação, mesmo depois de meses, o mesmo discurso é feito circular.

Com a sensação do resgate como projeção do novo, chega-se a um quinto elemento importante na estruturação dos discursos e imagens: a difusão da imagem de modernização. Para os enunciados analisados, percebemos que esta imagem está na projeção da idéia de Belém como metrópole da Amazônia. A metrópole decaída e decadente ressurgiu com força e se mostra como a imagem do progresso.

A condição de metrópole da capital paraense, supostamente perdida ao longo dos anos, que desgastaram sua imagem, é resgatada, e esse resgate é uma projeção para o futuro, uma vez que ser metrópole significa ser moderna, ser bonita, ser grandiosa. A metrópole vira metáfora do processo de modernização e mais um discurso do atual prefeito repetido em vários jornais nos mostra isso:

Belém passa a ser a principal referência de metrópole amazônica, com a maior vista para um rio que é quase um mar. É uma conquista da atual e de todas as futuras gerações (OBRAS DO..., 2006, p. 7; PORTAL REALIZA..., 2006, p. 5).

Mas, permeando todos os discursos e imagens postos em circulação pelos dispositivos midiáticos analisados, duas ocorrências devem ser ressaltadas: a primeira é o que vamos chamar de construção hiperbólica do projeto, através de enunciados que afirmam ser a obra um marco na história de Belém, o maior número de benefícios em um mesmo projeto, uma obra histórica e emblemática; e a segunda, que se refere a utilização da cultura como âncora para o projeto, sendo que isso produz a idéia de resgate da alma ribeirinha, do reencontro com a história e com a cultura, edificando a noção de resgate cultural. Nesta segunda, percebemos uma clara simulação de uma identidade que é homogênea, não diversa, e se nutre da observação do rio. Forja-se,

portanto, a identidade, pois a mesma vira uma essência que está no passado e que foi resgatada. Não há dinamicidade, relações ou jogos de reconhecimento, há apenas o que se diz e se mostra.

Essa estratégia pode ser bem sintetizada com a parte final do documentário feito pela PMB sobre o projeto, o qual já foi analisado anteriormente em sua primeira parte. Se o início do vídeo apela para a decadência da orla, em seguida todas as imagens deixam de ser fotografias para se transformarem em imagens digitalizadas, produzidas por *softwares* de cenarização e animação. As mesmas imagens que foram mostradas quando tratamos da separação entre as palavras e as coisas.

A música também se modifica. Do som de uma nota só que se prolongava agonizante e paralisante, agora se ouve ao fundo uma música mais agitada, precisa ser assim para inaugurar um novo tempo. O sentimento de melancolia é substituído pela alegria e as sensações de insegurança, de angústia, somem para dar lugar ao sonho, à imaginação, à esperança e ao desejo... A orla vira um lindo cenário de um filme, por onde caminham pessoas, por onde os carros passam tranquilos, um ar de esperança se acende, um desejo incontável se cria.

E nesta ambiência a locução se torna mais incisiva

O projeto da Prefeitura retoma um antigo sonho da população: abrir todas as portas e janelas para o rio para mudar a cara de Belém em um percurso de aproximadamente seis mil metros, entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará. Um dos maiores e mais importantes projetos a serem implantados em Belém na última década (PORTAL DA AMAZÔNIA, 2006).

Todos esses argumentos estruturam a noção de que a cidade ficou para traz na história, a cidade perdeu sua importância histórica e para não perder mais lugares na fila, precisa mudar e se transformar novamente em uma *metrópole da Amazônia*. Na corrida por um lugar na história de um tempo linear, a modernização é o elemento central, uma vez que o que estamos atrás é do progresso. Esta talvez seja a maneira mais forte de formulação/projeção de uma narrativa moderno/colonial da cidade. Em nome de uma forma de ver o tempo, passa-se por cima de espaços, ignoram-se as diferenças, desperdiçam-se experiências, exclui-se o outro, que vira obstáculo contra a civilização (urbanidade, dignidade...). O que está em jogo não é apenas uma obra, ou um projeto de cidade, mas um modelo civilizatório, a aceitação de uma visão de mundo, de cidade, de homem...

5 UMA GENEALOGIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: O “PORTAL DA AMAZÔNIA” E SUA NATUREZA BIOPOLÍTICA

*A cidade está no âmago dos mecanismos
de segurança.*

Michel Foucault

*As cidades são imensas máquinas,
megamáquinas, produtoras de
subjetividade individual e coletiva.*

Félix Guattari

*Por milênios o homem permaneceu o
que era para Aristóteles: um animal
vivente e, além disso, capaz de
existência política; o homem moderno é
um animal em cuja política está em
questão a sua vida de ser vivente.*

Michel Foucault

*A vida nua tem, na política ocidental,
esse singular privilégio de ser aquilo
sobre cuja exclusão se funda a cidade
dos homens.*

Giorgio Agamben

Neste capítulo, outro caminho se erige diante de nós. Não nos distanciamos de tudo o que falamos até aqui, mas começamos a entrar pelos meandros de uma genealogia da organização espacial, e isso significa desvendar as estratégias espaciais e temporais que expõem, poderíamos dizer, geograficamente as formas de exercício do poder, ou ainda, um conjunto macroscópico de agenciamentos concretos. Nesse sentido, o que queremos aqui é cartografar os pontos de exercício do poder, as estratégias que, para além de definirem o que será visto ou dito, evidenciam uma conduta por arranjos espaciais.

Como mostramos anteriormente, não nos direcionamos apenas ao entendimento das práticas discursivas nesta dissertação, ou seja, aos discursos e imagens formulados em torno do projeto “Portal da Amazônia”, uma vez que entendemos que o exercício do planejamento deste projeto de intervenção se dá, também, através de práticas não discursivas.

Desta feita, nossa argumentação se inicia com uma tentativa de observar a emergência do planejamento como atividade ligada a um tipo específico de diagrama de poder, ou seja, como atividade que não é, em si, algo inerente a qualquer política, uma vez que se mostra em um contexto específico e com um sentido também específico.

Posteriormente observaremos as formas de planejamento do projeto em questão e quais as estratégias desenhadas, em termos espaciais, que garantem sua legitimidade e expõem um diagrama de poder. Assim, tentaremos mostrar o sentido prático do projeto, suas contradições internas nos permitindo mostrar as batalhas judiciais envolvidas em torno dele e suas contradições em termos de não conformidade à legislação urbana vigente.

Por fim, também mostraremos de que maneira as estratégias postas em prática pelo projeto configuram, principalmente a partir dos ideais postos pelo mesmo e pela sua forma de tratamento dos processos de reassentamento e remanejamento de famílias, um empreendimento biopolítico.

5.1 PLANEJAMENTO URBANO: TECNOLOGIA DE PODER?

Alguns autores quando falam de planejamento urbano remetem-se à idéia de que planejar é um elemento inerente à própria vida. Assim, Souza (2004, p.46) nos mostra que planejar significa “tentar simular os desdobramentos de um processo, com o

objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar proveito de prováveis benefícios”. Nesse sentido, planejar é “uma atividade que remete sempre ao futuro” (SOUZA; RODRIGUES, 2004b, p. 15).

Essa busca pela definição do planejamento urbano também nos remete a resgates históricos de práticas de planejamento em várias cidades do mundo.

O que defendemos aqui é que, em termos políticos, planejar é uma atividade que nos remete a uma forma específica de se posicionar frente à realidade, ou ainda, uma atividade não inerente ao campo da política, mas contextual e, por isso, é uma tecnologia de uma forma específica de exercício do poder.

Ver a realidade por cenários, tentar programar racionalmente os eventos que ainda irão acontecer, tentar reduzir os riscos de erro e maximizar as chances de acerto, tentar regularizar a realidade, normalizá-la, empreender estudos de previsão para compreender o por vir não são para nós atitudes que podem ser tomadas como naturais em qualquer época, são formas de se posicionar frente à realidade e de interferir na mesma.

Foucault (2008), no curso *Segurança, Território e População*, proferido entre 1977 e 1978 no *Collège de France*, mostra-nos que esta forma de se posicionar frente à realidade, a emergência deste novo diagrama do poder se situa no século XVIII, quando a população deixa de ser algo *a priori* para se transformar em algo que depende de variáveis para se definir. Em termos dos jogos de saber esta mudança ocorre com os fisiocratas, uma vez que, se em Hobbes e Rosseau o soberano é aquele que pode dizer não ao desejo do indivíduo, com os fisiocratas, pelo princípio da liberdade do comércio, o problema é como dizer sim. Nesse sentido, o exercício do poder não se faz mais apenas pelo código penal do permitido e proibido, pela punição, nem mesmo pelos mecanismos de vigilância que visam à correção pela disciplina, realiza-se pelos mecanismos de segurança que criam formas de enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão. A segurança não opera nem pelo impeditivo, nem pelo obrigatório, reponde às ameaças da realidade de modo a regularizá-la.

Vale dizer que Foucault (2008) também mostra como os mecanismos de segurança lidam com o espaço. Segundo ele, estes mecanismos atuam com dados materiais, por um espaço construído, mas não se trata de reconstruir, mas de maximizar os elementos positivos e minimizar os negativos, sempre pensando na funcionalidade dos espaços construídos.

Começamos a observar a emergência de uma tecnologia do poder que é o planejamento, que, por sua vez, vem a ser “ao mesmo tempo uma análise do que acontece e uma programação do que pode acontecer” (FOUCAULT, 2008, p. 53). Esta atividade, assim, opera pela normalização e cria os limites aceitáveis para cada fenômeno.

Para compreender como o planejamento, enquanto um mecanismo de segurança, organiza a cidade e se transforma, assim, em planejamento urbano, deixemos que Foucault (2008, p. 26-27) nos diga:

[...] a cidade não vai ser concebida nem planejada em função de uma percepção estática que garanta instantaneamente a perfeição da função, mas vai se abrir para o futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser pretensamente: levar em conta o que pode acontecer. Enfim, acredito que podemos falar aqui de uma técnica que se vincula essencialmente ao problema da segurança, isto é, no fundo, ao problema da série. Série indefinida dos elementos que se deslocam: a circulação, número X de carroças, número X de passantes, número X de ladrões, número X de miasmas etc. Série indefinida dos elementos que se produzem: tantos barcos vão aportar, tantas carroças vão chegar etc. Série igualmente indefinida das unidades que se acumulam: quantos habitantes, quantos imóveis, etc. É a gestão destas séries abertas que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades. É isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança.

O que percebemos é que o planejamento não é característica marcante das sociedades punitivas, nem mesmo das sociedades disciplinares, mas se coloca como elemento estruturador de uma sociedade de segurança.

Mas é bom que se diga que estamos falando do planejamento enquanto ato político, enquanto tecnologia de poder. Compreender desta maneira não nos dá o direito de dizer que todas as formas de planejamento operam da mesma forma, até porque a sociedade apresenta relações desiguais de força e serão criados modelos de planejar e gerir as cidades, mais concatenados com determinadas forças sociais. Um exemplo conflitante que podemos dar é do planejamento estratégico e do planejamento democrático-participativo. O planejamento estratégico de cidades, por um lado, por operar pela aproximação entre Estado e mercado, organiza suas relações de força para seu exercício, interagindo com as forças do mercado. Porém, o planejamento democrático-participativo, por outro lado, por incorporar em suas práticas os princípios

da reforma urbana¹¹ e por se motivar pela redução das desigualdades sociais, interage muito mais com os movimentos sociais, as organizações, os sindicatos e as associações, de modo a organizar a correlação de forças para seu exercício.

Entretanto, apesar dessas formas de planejamento colocarem-se como distintas e uma delas avançar sobremaneira (o planejamento democrático-participativo) na tentativa de mudança nas relações desiguais de força da sociedade capitalista, ambas as formas atuam como tecnologias de poder de uma sociedade de segurança e operam pela normalização, pela projeção de cenários de modo a reduzir os riscos.

Se fossemos interrogar o conjunto de saberes formulados, principalmente no século XX, a fim de melhorar os mecanismos de previsão das ciências, perceberíamos que esses saberes instrumentalizaram e ainda instrumentalizam as tecnologias de poder de uma sociedade de segurança. A própria geografia, inserindo-se nestas relações, respondeu com seus modelos teóricos e suas análises que pretendiam encontrar uma dinâmica subjacente ao espaço que nos desse a possibilidade de previsão. Da economia nem se fala...

Mas é preciso saber que quando o problema não é como dizer não, mas como dizer sim, as práticas e relações de poder que causavam a morte e deixavam viver parecem ser substituídas por práticas e relações que fazem viver e deixam morrer. O biológico começa a interferir na política, o poder faz viver, hierarquiza, qualifica antes de mostrar seu brilho mortal. O que se mostra a partir desta análise é que a vida, se tornando o elemento político por excelência, a qual deve ser administrada, calculada, regrada e normalizada, não significa um decréscimo de violência.

O planejamento que pretende promover a vida, seja pela higiene, pelo saneamento, pela saúde ou por outras formas, define a população a qual a política vai se direcionar e o conjunto de pessoas que se coloca no caminho da política e que precisa se retirar, mas se retira para que outros possam melhor viver. O planejamento pode ser assim, um instrumento de uma biopolítica, a tecnologia de um biopoder.

¹¹ O ideário da Reforma Urbana surge na década de 1960, mas ganha notoriedade a partir da criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1985 e, principalmente, a partir da participação desse movimento nas constituintes de 1988, propondo, inclusive, uma emenda popular, que integrou de maneira bastante diluída o texto final da constituição de 1988. Em síntese, as principais teses defendidas pelo movimento são: gestão democrática, inversão de prioridades, garantia da função social da cidade e universalização dos direitos urbanos. Essas teses se ligam a três pilares de sustentação, segundo Santos Júnior (1995), quais sejam: universalismo, a partir da ampliação dos direitos sociais ao conjunto da população; redistributivismo, que visa a redistribuir a renda altamente concentrada para minimizar a miséria e a pobreza; e a democratização do Estado, que objetiva incorporar a participação da sociedade ao planejamento e também às decisões governamentais.

Mas precisamos voltar para aquilo que nos interessa aqui neste capítulo que é analisar os arranjos sócio-espaciais do projeto em questão para, então, dialogarmos com esta concepção de planejamento.

Apresentamos doravante, portanto, o que prevê o projeto analisado em linhas gerais, quais as incongruências do mesmo, qual o seu sentido prático, para depois tentarmos abstrair estas práticas não discursivas em termos de análise.

5.2 O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DA BACIA DA ESTRADA NOVA: O QUE ESTÁ EM JOGO?

O título que sugerimos a esta seção da dissertação é um pré-texto para que entremos efetivamente numa análise mais detalhada, pelo menos em termos de dados empíricos, do projeto de intervenção urbanístico que nos propomos a examinar.

Já nos debruçamos sobre os discursos e imagens postos em circulação sobre este projeto e o vimos através destes. Pelo espelho do que se projeta, observamos a construção de um “Portal da Amazônia”, mas não entramos em detalhes sobre sua estrutura, o conjunto de planos que abarca e as várias intervenções que estão em jogo.

Na verdade, estamos falando não de um projeto, como o denominamos propositalmente até aqui, estamos diante de um programa, o qual abarca vários projetos: o Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

Não apresentar o programa até esta parte da dissertação, que isso fique claro, foi atitude plenamente pensada. Se o leitor até aqui procurou explicações mais acabadas sobre nosso referencial empírico e não encontrou e disso tirou suas conclusões, foi porque quisemos que tirasse. Queríamos que o leitor visse aquilo que se mostra do programa, queríamos incomodá-lo por nossa falta de explicações.

Mas o que procuraram e não encontraram até aqui, talvez encontrem agora.

Em termos gerais, podemos entender este programa por quatro eixos ou objetivos que o estruturam, quais sejam:

1. Drenagem da bacia, com adequação do sistema de macro e microdrenagens;
2. Saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

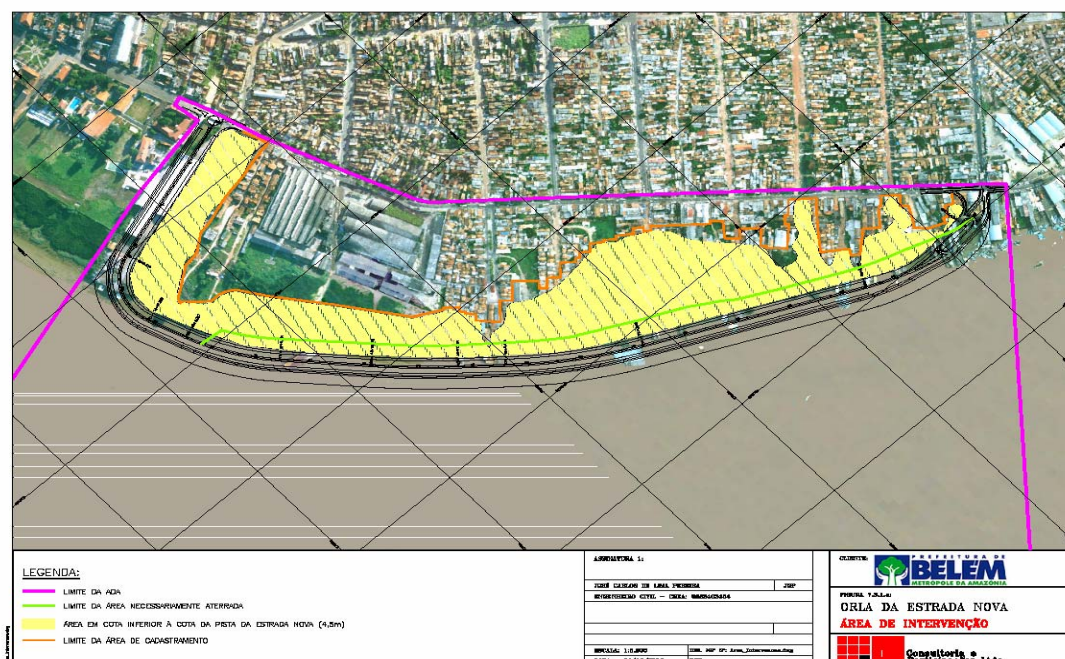
3. Urbanismo e habitação, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento e realocação da população das áreas de risco;
4. Revitalização urbano-ambiental, com a implantação de infraestrutura urbana que proporcionará a implantação e o desenvolvimento de atividades e a integração socioeconômica da população residente na bacia (BELÉM, 2007, p. 81).

A partir desses objetivos podemos entender este programa por dois grandes projetos inter-relacionados: o primeiro, que objetiva a construção de uma plataforma com largura de 70 metros e duas pistas, com três faixas em cada sentido, que irá das proximidades do Arsenal de Marinha até a Universidade Federal do Pará; e o segundo que é o projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, que prevê a macro e microdrenagem de quatro sub-bacias que compõe a Estrada Nova, a sub-bacia 1, que vai da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon, a sub-bacia 2, que vai da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva, a sub-bacia 3, que vai do canal da Quintino ao canal da travessa 3 de maio e a sub-bacia 4, que vai do canal da 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA).

O programa como um todo abarca seis planos específicos, a saber: Plano de Gestão Ambiental e Social do Programa, Plano Ambiental da Construção, Plano de Fortalecimento Institucional, Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social e Programa de Participação Comunitária. Vale dizer que as secretarias envolvidas na execução do programa são: Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental (SESAN), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAEB-AR).

Dos dois grandes projetos que integram o programa podemos dizer que o primeiro projeto tem duas fases, a primeira, que consiste na construção das pistas do Arsenal de Marinha à rua Fernando Guilhon, fase já por vias de finalização e que constrói as vias por sobre o rio Guamá. A segunda fase deste mesmo projeto é a duplicação da avenida Bernardo Sayão, no trecho da rua Fernando Guilhon à UFPA. A primeira fase do projeto afeta diretamente a sub-bacia 1 e a segunda fase as demais sub-bacias. Mas poderíamos incluir aí mais uma fase que se planejou no decorrer do projeto que é a construção de um residencial para as famílias afetadas na sub-bacia 1, mas isso iremos analisar doravante.

As figuras abaixo mostram a área da primeira fase deste primeiro projeto. Mostram, também, as pistas construídas por sobre o rio Guamá:



Planta 1 – MARGEM ESTUARINA DA CIDADE DE BELÉM – com evidência ao trecho do empreendimento do “Portal da Amazônia”. A parte em amarelo mostra os limites da orla fluvial e em preto ressalta-se o desenho das vias que estão sendo construídas por sobre o rio Guamá. Fonte: Prefeitura de Belém (2007).



Fotografia 1 – VISTA DO “PORTAL DA AMAZÔNIA”, notar que as vias são construídas a partir do aterramento do rio. Este é o trecho inicial do projeto ao lado do Mangal das Garças e do Arsenal de Marinha. Nas avenidas, na parte superior da figura, encontram-se áreas de lazer, mas poucos carros circulando e nenhuma pessoa passeando. Fonte: Bruno Malheiro (23/01/2009).

É a este projeto, principalmente esta primeira fase do mesmo, que se convencionou chamar de “Portal da Amazônia”. Esta é a cara do programa, portanto aquilo que é mais atrativo no mesmo para ser mostrado e dito. Os discursos e imagens funcionam para garantir que todos vejam o que há de mais “ousado” no programa, o ato de liberar o rio para a população. Mas como se define esta população? Isso é um assunto para as posteriores seções desse capítulo, contentemo-nos em apenas descrevê-lo neste momento.

O segundo projeto de macrodrenagem também se encontra em andamento e prevê a melhoria no saneamento básico, do abastecimento de água e do esgotamento sanitário da área em questão, efetuando a macro e a microdrenagem da mesma.

Os financiamentos para os projetos são de fontes diferentes, vêm tanto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além da própria contrapartida da PMB.

O primeiro projeto foi orçado em mais de R\$ 125 (cento e vinte e cinco) milhões e o orçamento previsto dos dois projetos gira em torno de R\$ 532.450.000,000. Vale lembrar que, quando da execução da primeira etapa do primeiro projeto, o mesmo encareceu ainda mais, uma vez que se mudou a técnica de aterramento da área para a construção das vias, de aterro hidráulico para aterro normal. Esta mudança foi, inclusive, denunciada por uma ação popular ajuizada na 1ª Vara de Fazenda de Belém, a qual aponta que a mudança no aterro encareceu a obra em mais de R\$ 30 (trinta) milhões de reais, mais exatamente R\$ 30.598.559 (MAUÉS, 2008).

As fotos abaixo mostram como era feita a retirada do aterro no início do projeto, através do aterro hidráulico:



Fotografia 2 – RETIRADA DE ATERRO HIDRÁULICO – notar o grande tubo que sai da balsa drenando aterro do fundo do rio, tubo este que chega até as margens trazendo o aterro. Fonte: Jorge Souza (26.06.2007).

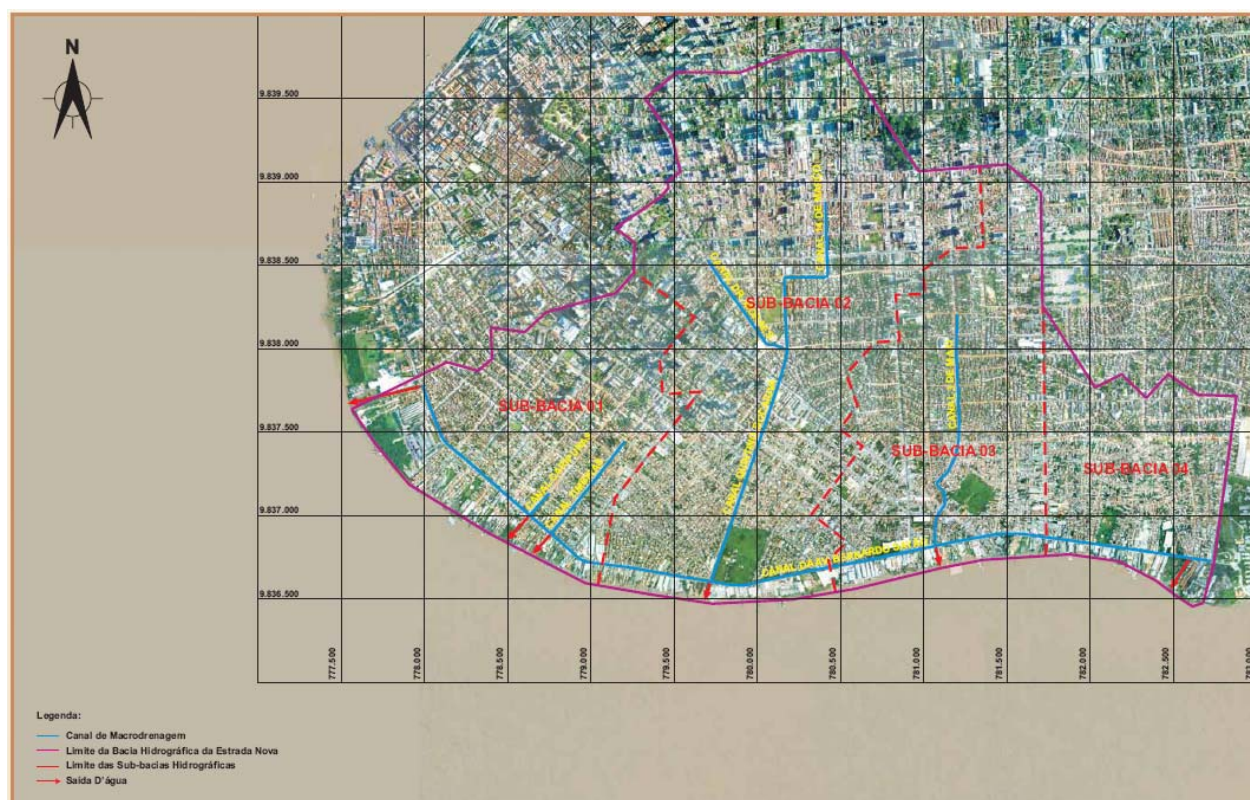


Fotografia 3 – PRIMEIRA FORMA DE ATERRAMENTO DA ORLA – podemos observar a tubulação chegando à beira-rio e aterrando-a com aterro proveniente do próprio rio. Fonte: Jorge Souza (26.06.2007).

Se observarmos o projeto hoje, veremos que não mais se utiliza do aterro hidráulico, mas de aterro simples vindo através de caminhões e balsas.

Essa denúncia é apenas uma das várias lutas judiciais travadas pela Prefeitura para por em execução o projeto. Antes disso, já se havia denunciado a não existência de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só encomendado posteriormente pela PMB para a empresa Engesolo Engenharia Ltda. e concluído em setembro de 2007.

A planta 2 nos mostra a área para qual o projeto é direcionado, bem como as divisões das quatro sub-bacias. O recorte espacial do programa atinge áreas dos seguintes bairros: Batista Campos, Cidade Velha, Condor, Cremação, Guamá, Jurunas, Nazaré e São Brás.



Planta 2 – DELIMITAÇÃO DAS QUATRO SUB-BACIAS QUE FORMAM A ÁREA ATINGIDA PELO PROMABEN. Notar os canais que dividem cada sub-bacia e que a primeira fase da construção das vias da orla afetará, sobretudo, a sub-bacia 1. Fonte: Prefeitura de Belém (2007).

Talvez agora se tenha uma noção mais clara do que seja o programa em questão. Se conseguimos isso, sabemos que é um grande feito, pois mesmo muitos dos vários técnicos envolvidos no projeto, para não dizer a maioria deles, não têm sua compreensão global. Mas isso parece ter um motivo óbvio: não existe um projeto

escrito pela PMB que abarque os objetivos de todas as intervenções em jogo no programa, o que há de geral é apenas o Relatório de Impacto Ambiental encomendado a uma empresa.

Mas além desse motivo, precisamos elencar mais dois que talvez nos ajudem a compreender a própria forma de planejamento implementada pela PMB. O primeiro motivo é a falta de integração entre as secretarias. Apesar de existir no RIMA um plano de fortalecimento institucional que prevê uma ação integrada, o que observamos na prática é que cada secretaria assume uma função e pouco dialoga com outras secretarias envolvidas. Existem vários planos específicos em cada uma das secretarias, como, por exemplo, os planos de engenharia da SEURB, os planos sociais da SEHAB, mas não observamos uma construção em conjunto e constatamos isso conversando com os técnicos envolvidos. Uma prova do que estamos falando é que com os vários técnicos com quem conversamos, estes sempre diziam que as secretarias entrariam com o desenrolar do programa. Portanto, se a parte física para continuar precisa de remanejamento, então a SEURB chama a SEHAB. Não há um arranjo interinstitucional bem integrado de ação, talvez esse seja o primeiro motivo do projeto ser tão obscuro para os próprios técnicos.

Um segundo elemento, e talvez mais grave do que o primeiro, é que os projetos internos elaborados por cada secretaria que dizem algo sobre o programa, dificilmente são liberados. Na verdade o “dificilmente” pode ser considerado um eufemismo, uma vez que o máximo que conseguimos foi uma permissão de consulta na própria secretaria.

Agora imaginemos: se nós, com ofício endereçado pela Universidade Federal do Pará à, por exemplo, SEHAB, não conseguimos uma cópia do projeto social de remanejamento e reassentamento, como será com um morador da área que, porventura, quiser ter em mãos, por virtude de seu reassentamento ou remanejamento, o projeto social? Deixemos a difícil resposta ao leitor.

Não diferente de tal situação é o que acontece com o projeto de construção das vias. Existem apenas duas cópias deste, elaborado pela SEURB, que também não saem desta mesma secretaria.

Este talvez seja outro motivo para o projeto se tornar tão obscuro e de difícil entendimento para os técnicos e para qualquer um que queira entendê-lo.

Na realidade este programa sempre foi um desejo incondicional de liberar a orla sul de Belém de toda a “desordem” nela vista, pelo menos pelos olhos que querem

liberá-la por inteiro, como que se estivesse integralmente presa. Com isso, empreende práticas que muitas vezes estão em não conformidade com a própria legislação urbana vigente.

Vamos entrar nestas contradições a partir de agora...

5.3 NAS BATALHAS JUDICIAIS: CONTRADIÇÕES DO PROMABEN

O Programa de Macrodrenagem da Estrada Nova, desde sua fase de planejamento, foi motivo de controvérsias. A primeira delas, já citada anteriormente, foi a batalha judicial em torno da realização dos Estudos de Impacto Ambiental previsto na legislação ambiental urbana vigente. Outra contradição, já mostrada, foi a mudança do aterro colocado no local, de hidráulico, o qual retira os sedimentos do fundo do próprio rio para aterrar suas margens, para o aterro normal que chega através de caminhões e balsas.

Mas queríamos mostrar uma não conformidade da obra para com a legislação urbana que é, para nós, grave e demonstra, também, as linhas mestras da forma de planejar e gerir implementados pela PMB na obra em questão.

Estamos falando que o projeto, embora tenha Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, não realizou o que Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, exige para qualquer grande intervenção urbana, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Assim dizem os artigos 36, 37 e 38 da respectiva lei (BRASIL, 2001):

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – equipamentos urbanos e comunitários;

III – uso e ocupação do solo;

IV – valorização imobiliária;

V – geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI – ventilação e iluminação;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

O objetivo do Estudo de Impacto de Vizinhança é, portanto, democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostos aos impactos dos grandes empreendimentos e, compreendendo a magnitude do empreendimento em questão, a realização do EIV se torna uma necessidade de garantia da transparência da obra, bem como da garantia do controle social da mesma.

Mas não é isso que vemos e nem isso que se realizou, embora a legislação seja clara ao afirmar que, mesmo já tendo sido realizado o EIA/RIMA, ainda assim é obrigatório o EIV, a PMB parece passar ao largo desta questão. Mas a não execução deste instrumento legal nos dá uma clara noção da maneira em que o programa em questão se realiza.

O EIV é um instrumento necessário para a obra em questão, basta observarmos a dinâmica de acelerada especulação imobiliária que já acontece aos seus arredores. Ao adentrarmos na área em que estão sendo construídas as primeiras ruas do “Portal da Amazônia”, deparamo-nos com o retrato da dualidade brutal que nossa sociedade reflete. De um lado, nas proximidades dos arruamentos em construção, observamos a presença da INPAR, segunda maior incorporadora do ramo imobiliário no mercado brasileiro, que adquiriu propriedade no local, passando a efetuar venda de imóveis em planta. Ao mesmo tempo, vislumbra-se nas paisagens que margeiam a respectivo empreendimento, a reprodução de uma lógica excludente, marcada pela presença de palafitas que refletem uma precária forma de apropriação do espaço.

Este empreendimento imobiliário de grande porte, denominado “Portal do Mangal”, por ficar entre essas duas intervenções urbanas, a saber, “Portal da Amazônia”

e “Mangal das Garças”, segundo Francisco Edson Graça, gerente responsável, constituir-se-á em condomínio nas proximidades da Baía do Guajará, com 11 torres compostas por duzentos e oitenta e seis apartamentos. Abrigando uma dimensão total de 37.000 m² (trinta e sete mil metros quadrados). Com apartamentos de três e quatro suítes que variam de tamanho, entre 202m² (duzentos e dois metros quadrados) e 230m² (duzentos e trinta metros quadrados), o respectivo empreendimento contará com uma série de instrumentos de lazer, como piscina, espaço mulher, sala de cinema com capacidade para 30 (trinta) lugares, quadras de tênis, entre outros.

Os preços dos respectivos apartamentos, ainda segundo o gerente responsável, variam entre R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) e R\$ 990.000 (novecentos e noventa mil reais), conforme o tamanho do imóvel, sua proximidade do rio e de outras amenidades criadas. Apesar do preço e do número de apartamentos, fomos informados que a maioria dos mesmos já foram vendidos, restando apenas algumas unidades mais distantes do rio.



Fotografia 4 – PORTAL DO MANGAL. Notar as proporções da área do empreendimento. Ao fundo podemos observar o estande de vendas montado, onde existem os dois tipos de apartamentos já mobilhados para a visitação dos clientes. À esquerda podemos notar vários *Out Doors* sobre o empreendimento, além da tubulação a ser usada na obra. À direita da foto, um grande muro separa as obras do “Mangal das Garças”. Fonte: Bruno Malheiro (23/01/2009).

Não precisa ser especialista para saber que, tanto a obra, como o conjunto de empreendimentos que estão surgindo e surgirão ao seu redor, irão provocar um processo

de valorização espacial do entorno do projeto, elevando o custo de vida neste local, o que, num futuro próximo, pode significar a saída da população do entorno para as áreas de expansão da cidade. Aí percebemos não só a necessidade do EIV, como a negligência da PMB com a população, pelo fato de não ter feito o respectivo estudo.

Outro problema vivenciado pelos moradores do entorno do projeto, o qual não foi estudado previamente através do EIV, é o aumento exorbitante do índice de violência nas vilas próximas às obras. Nas observações sistemáticas de campo que realizamos na efetivação da pesquisa, sentimos muitas dificuldades devido a este fator. Inclusive fomos várias vezes alertados pelos moradores a não acessar as vias que estão sendo construídas pelo programa, através das vilas próximas ao mesmo.

Um exemplo claro e exclamativo é o da vila Martins, uma das primeiras vilas de casas após o início do projeto ao lado do Arsenal de Marinha. A fotografia abaixo, tirada em clima de tensão e medo, demonstra a situação, em termos de segurança, que se encontra o local.



Fotografia 5 – SEGURANÇA URGENTE. A faixa no centro da foto ilustra o sentimento de medo e insegurança dos moradores da vila que, após as obras do “Portal da Amazônia”, perderam muito de suas vidas públicas, tendo de se confinar em suas casas devido aos assaltos agora mais frequentes que antes. Fonte: Bruno Malheiro (23/01/2009).

Desta contradição legal, a não elaboração do EIV, decorrem várias outras de natureza parecida, ou seja, a não democratização das decisões sobre a obra em questão.

Os técnicos entrevistados, quando interrogados sobre o processo de participação popular na elaboração e tomada de decisão da prioridade do projeto para a cidade, mostraram que a participação no plano do planejamento não existiu.

Manuel Dias, um dos técnicos SEURB afirma que “o envolvimento da comunidade se dá sim, mas pela fiscalização da execução da obra” (Informação verbal)¹². Por outro lado, Fernanda Fernandes técnica da SEHAB afirma

Não, não houve a participação, até porque quando saem os financiamentos a gente tem que correr para realizar a obra. O dinheiro do PAC é liberado pela caixa e aí eles dizem que vocês têm que mandar o projeto social até tal dia e, então, nós adaptamos o projeto para a comunidade. É errado? É, mas a gente tem que usar o dinheiro não pode perder (Informação verbal)¹³.

O que percebemos é que não é só a falta do EIV que indica a inexistência de participação popular como elemento decisório, mas a própria forma de conduzir o planejamento. Não se pensa de antemão, por exemplo, nos diálogos com a comunidade que será atingida por um possível projeto, espera-se sair o recurso para, então, tomar as atitudes de colocar o projeto dentro das normas exigidas.

A falta de informações sobre o projeto, principalmente da população que ainda será atingida com a execução da segunda etapa do “Portal da Amazônia”, é clara e evidente. A marcação das casas que vão ter de ser retiradas por técnicos da PMB não é feita a partir do esclarecimento. O clima de pânico é considerável e foi até motivo de reportagens em alguns jornais diários da cidade, que, inclusive, colheram alguns depoimentos interessantes dignos de nota, como o depoimento de Raquel da Costa Cruz, 30 anos, moradora da avenida Bernardo Sayão que afirma “[...] já sabemos que vai ter o projeto, mas não houve nenhuma reunião com os moradores. Sabemos que a decisão é deles, mas precisam conversar com a gente antes”. (QUADROS, 2007, p. 11).

Em função da falta de informações sobre o projeto foi realizada até uma audiência pública na Câmara Municipal de Belém pelo Vereador Marquinho do Partido dos Trabalhadores, que, inclusive, também ressalta: “na verdade o projeto não foi apresentado à Câmara Municipal de Belém. Não conhecemos o projeto, mas sabemos que poderemos ter nossas vidas alteradas pelas obras” (RIBEIRO, 2007, p. 8).

¹² Depoimento de Manuel Dias, engenheiro responsável da SEURB pela Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, 30/10/2008.

¹³ Fernanda Fernandes, Assistente Social, chefe da Divisão de Pesquisa e Habilitação Social da SEHAB, 19/01/2009.

A obra parece, assim, ganhar um caráter nebuloso, principalmente no que se refere ao processo de negociação para a remoção dos moradores. Dentro dessa perspectiva, parece que o pouco compromisso da PMB no cumprimento de acordos estabelecidos (como no caso das práticas de intervenção urbana ocorridas na Vila da Barca, obra que também promoveu o reassentamento de famílias na orla de Belém, cuja grande maioria dos ex-moradores ainda não possui sequer expectativa de prazo para receber as residências prometidas pela Prefeitura) contribui para a criação de um clima de animosidade entre a maioria dos moradores e o poder público municipal.

A própria comunidade diretamente envolvida no projeto, diante da falta de esclarecimentos, reivindicou um esclarecimento através de uma audiência no Ministério Público ocorrida em dezembro de 2008, na qual a PMB teve de prestar os devidos esclarecimentos acerca das obras e do processo de remanejamento e reassentamento; esclarecimentos estes muito questionados pela comunidade, uma vez que na reunião apenas compareceram assistentes sociais da PMB, nenhum secretário ou mesmo alguém que explanasse o projeto em termos mais gerais.

É importante que se diga que não é só as comunidades da sub-bacia 1 que serão reassentadas que reclamam dos esclarecimentos dados pela PMB, os trabalhadores dos portos públicos de Belém, como o Porto do Açaí e Porto da Palha, também reclamam que nas audiências públicas a PMB nunca deixou clara a situação dos portos.

As contradições não param por aí. No EIA/RIMA da obra estão previstos três formas de promover o remanejamento e reassentamento, quais sejam: 1) indenização em dinheiro, para os casos em que o valor da moradia for superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); 2) permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário local; 3) permuta da moradia afetada por moradia construída pelo poder público em núcleos residenciais (BELÉM, 2007).

Entretanto, percebemos que a segunda opção não é colocada aos moradores afetados com as obras, uma vez que, como afirma a chefe da divisão de pesquisa e habilitação social da SEHAB, Fernanda Fernandes, ou os moradores aderem ao projeto, ou são indenizados.

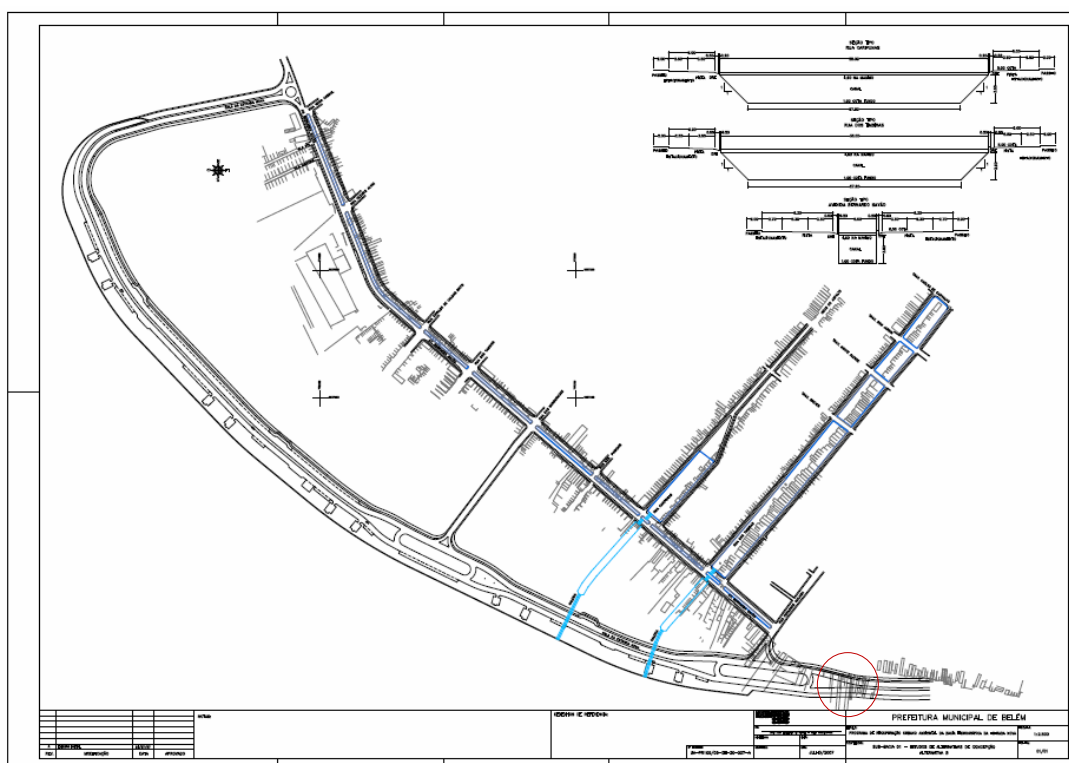
Agora pedimos muita atenção para o depoimento a seguir, pois ele nos conta bastante das contradições do “Portal da Amazônia”, desde a troca do tipo de aterro, passando pela não previsão da construção de portos e trapiches ao longo da orla, até as irregularidades com o processo de remanejamento. O depoimento é de Luiz Otávio Mota Pereira e registra os seus motivos de saída da SEURB, em abril de 2007, e é

bastante esclarecedor do ponto de vista do entendimento das contradições do projeto aqui analisado:

O projeto foi desvirtuado porque também passou a gerar crime ambiental ao retirar 1,1 milhões de metros cúbicos de areia de um local para levar à obra. A falta de implementação de portos e trapiches está gerando prejuízo social para quem chega à cidade através dos rios. Também não foi feito o remanejamento de 135 famílias para local adequado, conforme era previsto inicialmente. As famílias seriam remanejadas para o residencial Aloísio Meira, em espaços que deveriam ter sido construídos pela prefeitura previamente. Não foram instaladas também as comportas que o projeto previa. Por conta disso tudo, pedi a retirada de meu nome do projeto (MAUÉS, 2008, p. 3).

A mudança do tipo de aterro é inconteste basta ficar um dia na obra e observar os caminhões e balsas chegando carregados de aterro. A ausência de portos e trapiches ao longo da grande avenida nos parece o problema mais grave, visto que a própria orla sul já possui, como falamos anteriormente, várias feiras, portos e trapiches que são de fundamental importância para a cidade e outras localidades à beira-rio e não estão previstos no programa.

Basta olharmos a planta da primeira fase das obras (do Arsenal de Marinha à rua Fernando Guilhon) e veremos que, sabendo que um desses espaços de feiras, portos e trapiches, o Porto do Açaí está localizado na avenida Bernardo Sayão com Fernando Guilhon, as obras claramente passam por cima deste lugar tão importante ao bairro do Jurunas e ao conjunto da cidade.



Planta 3 – PLANTA DA PRIMEIRA ETAPA DO “PORTAL DA AMAZÔNIA” – notar que a área marcada pelo círculo vermelho no projeto é a confluência entre as vias construídas através de aterramento do rio com a duplicação da avenida Bernardo Sayão. Como se nota não existe na planta nenhuma menção ao Porto do Açaí, na verdade as vias passam por sobre o lugar em que o mesmo encontra-se instalado. Fonte: Prefeitura de Belém (2007).

A fala da senhora Joana D’arc que vive e trabalha em um desses espaços de feiras, portos e trapiches da orla sul, o Porto da Palha, por onde também as obras irão passar, manifesta o sentimento de todos aqueles que não apenas trabalham na orla, mas que vivenciam, que têm nela uma fonte de renda, de amizades, de negócio...

Então, eu penso assim: a gente que trabalha aqui vai ter que se unir se quiser conseguir alguma coisa e lutar. Porque a pessoa tem uma vida toda aqui de trabalho, que nem ele, digamos assim, ele trabalha aqui, a vida dele é aqui, o sustento dele da família dele toda, como a minha como a dele e de todo mundo aqui depende daqui do porto. Então, quer dizer, se eles acabarem com esse porto a gente vai pra onde? Eles vão me colocar, eu trabalho com madeira, aquele senhor que está lá ele trabalha com cerveja, venda de cerveja, refrigerante, ele trabalha com gêneros alimentícios, vamos sair daqui e colocar lá pra perto de Icoaraci dentro de um conjunto? Só pra entender, eu vou vender o que pra lá? Quer dizer, eu não tenho condições. Se a gente morou no tempo ruim, porque é que no tempo bom vai ter que ir embora? (Informação verbal)¹⁴.

¹⁴ Depoimento de Joana D’arc, feirante do Porto da Palha, 30/08/2007.

As pessoas que serão remanejadas não são apenas números figurativos de uma estatística precisa, não são apenas peças num jogo de xadrez, são sujeitos sociais dignos, sujeitos com vontades, desejos e ansiedades.

Quanto à questão dos remanejamentos, as entrevistas que fizemos com técnicos da SEHAB nos mostraram que realmente o local que seria construído pela PMB, conjunto Aloísio Meira, ainda encontra-se como obra prevista, mas muitas das pessoas já foram retiradas e estão recebendo R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta reais) por mês para pagarem aluguel. Vale dizer que o próprio dinheiro do aluguel saiu com atraso muitas vezes, segundo denúncia dos moradores que deveriam receber religiosamente o dinheiro. Não podemos deixar de dizer que o valor dado (R\$ 450,00) por ser para uma família inteira é irrisório, diante dos abusos do mercado imobiliário de Belém.

Outras contradições poderiam ainda ser colocadas, como o obscuro contrato de licitação em que a empresa *Andrade Gutierrez* ganhou para realizar a obra, mas que não se encontra disponível para acesso público.

Mas deixemos que a foto abaixo demonstre um pouco do que queremos expressar aqui, demonstre a ação que se tenta empreender na orla, no sentido de extrair a pobreza para maquiar a cara da cidade. O “Portal da Amazônia”, que já trouxe na sua bagagem um grande empreendimento imobiliário da incorporadora INPAR, que se localiza ao lado de um suntuoso espaço (Mangal das Garças) mostra-se como uma forma absoluta de fazer da orla um cartão postal, mesmo que isso signifique negar a própria cidade em suas contradições por uma maquiagem urbanística.



Fotografia 6 – MANGAL DAS GARÇAS, PORTAL DA AMAZÔNIA E PORTAL DO MANGAL – uma primeira observação nos leva a ver apenas o borboletário localizado no centro da foto, pela suntuosidade dos vários vidros fumês que garantem clima refrigerado às borboletas em seu interior. Porém, se formos mais atentos veremos que a avenida que passa por trás do borboletário é o início do “Portal da Amazônia” e separa o Mangal do grande empreendimento imobiliário da construtora INPAR que é o Portal do Mangal. Mas se ainda olharmos um pouco para a parte superior da foto veremos um contraste: após o muro decorado que delimita o terreno do empreendimento, várias casas de madeira se amontoam projetando sombras de pobreza a imagem sem defeitos que se quer construir. Portanto, é missão do “Portal da Amazônia” extrair esta prótese de pobreza e garantir uma bela maquiagem para o rosto de Belém. Fonte: Jovenildo Cardoso Rodrigues (13/09/2008).

Não poderíamos deixar essas contradições de lado, pois elas nos apontam para a maneira em que a PMB está procedendo não só no planejamento da obra, mas na sua própria execução. Entremos agora de maneira mais atenta nos alicerces que sustentam esse programa.

5.4 SANEAR O CORPO DA POPULAÇÃO: NAS TRILHAS DE UM EMPREENDIMENTO BIOPOLÍTICO

Folheando as páginas do RIMA do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova, encontramos um sub-item denominado “Caracterização geral do Programa de Remoção e Reassentamento e estimativa da população atingida pela desapropriação e/ou remoção e reassentamento”. Logo nos

objetivos gerais deste programa de remoção percebemos a saída da população residente dos locais em que as obras irão passar como uma necessidade premente. Esta retirada, diga-se de passagem, é um dos elementos do resgate da cidadania:

As áreas interferentes com as obras de implantação da macrodrenagem e as demais obras que visam à requalificação urbana e ambiental na bacia de Estrada Nova deverão estar livres da ocupação antrópica desordenada. O objetivo geral deste Programa de Remoção e Reassentamento é liberar estas áreas para implantar tais obras considerando o resgate da cidadania como condição para a sustentabilidade do PROMABEN (BELEM, 2007, p. 80).

Os tons das palavras até assustam, uma vez que a orla deve se livrar de qualquer ocupação antrópica desordenada, ou seja, tudo o que não se enquadra no modelo normativo e ideal, tudo o que não se enquadre naquilo que a PMB entende por ordem, deve se retirar ou ser retirado. É preciso sanear o corpo da população.

O quadro abaixo nos mostra a quantidade de famílias que serão atingidas pelas obras nas quatro sub-bacias, do Arsenal de Marinha à UFPA. Sabendo que o cadastro reconheceu Unidades Residenciais (UR), Unidades Mistas (UM) e Unidades Empresariais (UE), podemos ter uma noção do que será realizado com o programa de remoção e reassentamento.

	Sub-bacia 1	Sub-bacia 2	Sub-bacia 3	Sub-bacia 4	TOTAL
UR	196	625	554	85	1.460
UR/UM	51	97	70	20	238
UE/UM	58	94	74	23	249
EU	33	57	39	29	158
U	6	2	13	3	24
TOTAL GERAL	344	875	760	160	2.129

Quadro 1 – Unidades cadastradas nas quatro sub-bacias.

Fonte: Prefeitura de Belém (2007).

Num total, serão removidas ou reassentadas 2.129 famílias, o que altera a vida de pelo menos dez mil pessoas diretamente. A maior parte das famílias atingidas com o empreendimento está na sub-bacia 2 (44,2%), seguindo da sub-bacia 3 (35,23%), da sub-bacia 1 (16,16%) e da sub-bacia 4 (7,52%).

Por ser a área mais afetada pela primeira etapa do projeto a sub-bacia 1 é a área mais afetada pelo projeto até o momento. Encontramos na SEHAB um levantamento sócio-econômico da mesma que informa com mais detalhes como está ocorrendo o diálogo com as famílias para a construção da obra.

No caso desta sub-bacia, o que se diz é que só haverá reassentamento, sendo que todas as famílias receberão um valor para morar de aluguel enquanto se constroem as casas à beira-rio. No total, serão segundo dados da SEHAB, 388 (trezentos e oitenta e oito) imóveis afetados nesta sub-bacia, envolvendo uma população de 1.428 (um mil quatrocentos e vinte e oito) pessoas (BELÉM, 2008).

O levantamento das vilas afetadas pelas obras e do número respectivo de estabelecimentos comprometidos em cada vila encontra-se no quadro 2, que evidencia a situação especificamente na rua Osvaldo de Caldas Brito.

Vila	Imóveis Cadastrados	Benfeitorias fechadas	Total
Vila Santa Rita	42	00	42
Vila Elaine	53	03	56
Vila Valério Amorim	84	04	88
Vila Passarinho	89	01	90
Vila Santos	67	00	67
Vila Palmito	29	01	30
Vila Gigi	05	00	05
Vila Maria Isabel	01	00	01
Vila Beira Mar	08	01	09
Total	378	10	388

Quadro 2 – Cadastro do número de Vilas da Rua Osvaldo de Caldas Brito.

Fonte: Prefeitura de Belém (2008).

Alguns dados sobre a população atingida são interessantes para melhor compreendermos o processo de reassentamento. Primeiramente, a renda familiar desta população varia de 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos, sendo que 80,5% dos estabelecimentos são próprios e mais da metade das pessoas moram em suas casas há mais de 10 (dez) anos. Para sermos mais exatos 53, 39% do total. A grande maioria das casas é de madeira e boa parte das famílias joga seus dejetos no rio (88% do total) (BELÉM, 2008).

Esses dados nos mostram primeiramente que existe um vínculo forte dos sujeitos com o lugar em que moram, apesar da precariedade em que vivem. Isso não significa que exista uma urgência de mudanças, mas que essas mudanças devem levar em consideração a realidade dessas vilas e de seus moradores. Com relação ao destino dos dejetos, percebemos, pela falta de saneamento e infraestrutura sanitária, que ainda as pessoas jogam seus dejetos no rio e os problemas ambientais e de saúde que já eram freqüentes, tornam-se maiores quando as obras de aterramento impedem a circulação da água do rio pelas palafitas. O acúmulo dos resíduos pela falta de circulação da água do rio está trazendo sérios problemas à população localizada em algumas vilas.

Na sub-bacia 1, vale dizer, a PMB já passou com a população com dois documentos a serem assinados para que as obras do “Portal da Amazônia” prossigam por sobre as casas. O primeiro documento é o “Termo de adesão ao projeto Portal da Amazônia” (anexo A), o qual tem o sentido de fazer a população aderir oficialmente e burocraticamente ao projeto. Neste acordo encontramos as características das casas que serão construídas para a população. Estas terão, segundo o termo, 42,83 m², sendo compostas por uma sala de jantar de 12,33 m², dois dormitórios de 7,50 m² cada, um banheiro de 2,18 m², uma cozinha de 3,92 m² e uma área de serviço de 2,49 m².

O segundo documento é o “Termo de Acordo” (anexo B) composto de 5 (cinco) cláusulas que repassam a propriedade dos imóveis para a PMB, sendo assinado pelos atuais proprietários dos imóveis e o secretário municipal de urbanismo. Este termo de acordo prevê o repasse de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) durante um ano para as famílias que saírem pagarem aluguel, de modo que no primeiro mês é repassado R\$ 500,00 (quinhentos reais) para que a diferença, no caso R\$ 50,00 (cinquenta reais), seja usada para arcar com as despesas da mudança.

O termo também define que a saída das pessoas deve ocorrer três dias após o primeiro repasse do dinheiro do aluguel e que esse repasse pode ser prorrogado por mais um ano, caso as obras atrasem por motivos técnicos e/ou operacionais.

Temos, portanto, que por pelo menos 1 (um) ou 2 (dois) anos várias famílias irão ficar à própria sorte a mercê da especulação imobiliária brutal da capital paraense, sem condições, muitas vezes, de seguirem os itinerários cotidianos da vida e do trabalho por não conseguirem casas próximas. Muitos dos que assinaram o termo de adesão hoje já se arrependem, pois não têm certeza do tempo que irão ficar nesta situação, uma vez que a obra das residências ainda nem sequer começou.

Vale lembrar que na sub-bacia 1 o projeto de reassentamento prevê primeiramente a construção de 76 (setenta e seis) casas populares para as pessoas que estão literalmente impedindo a passagem das obras da avenida. Muitas destas famílias já assinaram os termos de adesão e de acordo e já saíram de suas palafitas. O projeto, posteriormente, prevê o reassentamento de mais famílias totalizando 360 (trezentos e sessenta) famílias.

Mas é preciso que se diga que os termos de acordo e de adesão ao projeto, trazidos pela PMB para a assinatura na comunidade são vistos com desconfiança, como nos mostra Jorge de Souza:

Quando eles apresentaram o projeto, nós vimos que as casas eram muito pequenas e no termo que eles vieram para a comunidade assinar não tinha a assinatura de ninguém da prefeitura, estava em branco essa parte. Concluindo as coisas: nós tentamos que a prefeitura aumentasse os apartamentos, mas disseram que já tinham aprovado o projeto. Nós estamos assim, muitas famílias já saíram, já está tendo atraso no dinheiro do aluguel que a prefeitura tem que dá todo mês. Eu não confio na prefeitura. Eu te falo com toda a sinceridade Eu não consigo ver um residencial aqui. Sabe o que eu vejo? Cem famílias sendo retiradas, o “Portal” passando e eles levarem com a barriga essa questão. Eles fizeram o projeto pra cá de dois anos e não fizeram nada ainda. Na Vila da Barca já existia o terreno e eles não conseguiram terminar, imagina aqui (Informação verbal) ¹⁵.

Notamos primeiramente uma objeção quanto ao tamanho das casas propostas pela PMB, percebemos, ainda, mais uma vez sendo colocado o atraso no dinheiro do aluguel que deveria ser repassado sem transtornos e, ainda, um dado interessante que pode ser comprovado observando os anexos A e B, que são os termos do processo de retirada das famílias sem qualquer assinatura por parte da PMB. Neste anexo, a assinatura do morador está apagada com corretivo, mas ela existia, o que prova que o que se deixa na comunidade é um termo sem qualquer valor, uma vez que não é assinado por uma das partes envolvidas no processo.

Mas o que observamos de mais interessante é a total falta de confiança na administração municipal e a preocupação latente com a situação das famílias atingidas pelas obras.

Esta preocupação é compartilhada por Maria Vanja Lobato Pereira que afirma em tons emocionados:

¹⁵ Depoimento de Jorge de Souza, Presidente do Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito, 07/02/2009.

Estou pedindo ajuda de toda a sociedade pra essas famílias, pelo jeito essas famílias não terão apoio nenhum [...]. Agora é que nós pressionamos é que eles vieram com algumas informações. O prefeito nunca deu as caras aqui, nem secretários. Tá muito triste essa situação [...]. Do fundo do meu coração, da forma que eles estão agindo, muito fechada as coisas, eles não colocam pra discutir nada. Com as empresas tá tudo certo, sem problemas. O problema é aqui, é pra cá que não tem projeto. Esse projeto não é apresentado para comunidade, não trouxeram nada pra gente, eu fico muito triste com tudo isso, parece que nós não temos nenhuma importância, que nós somos um zero a esquerda. Eles fazem o que querem com a gente e a gente tem que ficar só olhando (Informação verbal) ¹⁶.

A revolta ganha corpo em cada expressão e a preocupação é o que estrutura a fala. A falta de participação da comunidade é latente. Se até os técnicos, como visto anteriormente, assumem esse distanciamento entre PMB e comunidade, imaginemos a comunidade diretamente envolvida. Contradizendo o projeto de comunicação social criado, no qual várias formas de diálogo com a população estavam previstos, o que a realidade mostra é que as comunidades só sabem do projeto quando as obras chegam. Parece mesmo que a própria PMB só sabe das comunidades quando as obras precisam prosseguir.

O que a comunidade envolvida nos informou é que o projeto de construção na sob-bacia 1 de um residencial para as famílias afetadas pelas obras, só foi elaborado bem depois que começaram as obras em 2006. Como nos fala Jorge de Souza:

O projeto quando começou em 2006, eles sabiam que logo eles chegariam à comunidade e que iria ser afetada muitas famílias e a prefeitura não se preocupou. Quando a prefeitura percebeu que aqui tinham seres humanos, eles mandaram nos procurar em janeiro de 2008 (dois anos depois) e pediu ajuda para andar com os topógrafos pra realizar um projeto relâmpago para a construção de um projeto de trezentos e sessenta apartamentos (Informação verbal) ¹⁷.

O que está colocado acima pode ser confirmado se observarmos que o projeto é feito em etapas e, como mostram os próprios técnicos, é a partir da liberação de verbas que se planeja o que vai ocorrer, numa total falta de coordenação, de integração entre as secretarias envolvidas. Tudo se desenha como nada existisse de fato na realidade. Os projetos são elaborados distante do calor humano, tudo parece muito provisório e pouco consistente, sempre distante, sem a noção da realidade das comunidades. Parece mesmo

¹⁶ Depoimento de Maria Vanja Lobato Pereira, Presidente da Associação dos Moradores de Terrenos de Marinha do Estado do Pará, 10/07/2008.

¹⁷ Depoimento de Jorge de Souza, Presidente do Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito, 07/02/2009.

que é fácil achar um caminho a seguir num mapa com lápis de cor, em outro tempo e em outro lugar, como diz a nossa epígrafe.

A fotografia abaixo mostra os estudos realizados em janeiro de 2008 para a elaboração do projeto de construção de um residencial na sub-bacia 1 para reassentamento dos moradores atingidos pelas obras nesta fração da orla.



Fotografia 7 – ESTUDOS TÉCNICOS – notar a movimentação dos topógrafos levantando informações para subsidiar a elaboração de um projeto de construção de um residencial para a área. Todos da comunidade olham atentos para a movimentação, com um misto de desconfiança e esperança. Fonte: Jorge Souza (22/01/2008).

A pesquisa que fizemos junto à comunidade nos revelou que realmente se precisa de uma melhoria nas condições habitacionais e não queremos nos posicionar contra isso. Pelo contrário, urge uma melhoria nas condições materiais de vida dos moradores das palafitas, até porque o cotidiano dos mesmos é assolado por diversos problemas. Mas o caminho em que se coloca a execução do PROMABEN nos deixa muitas dúvidas, como também tem a comunidade, quanto à situação das famílias que devem ceder espaço para as grandes avenidas construídas.

Mas o que percebemos, de modo geral, é que a justificativa para as remoções e reassentamentos usada pela PMB é o bem coletivo, é a garantia da função social da propriedade como mostra a citação abaixo:

A liberação de áreas para fins de promover implantação de programas, projetos e obras de interesse coletivo é uma ação de iniciativa do poder público para garantir o princípio constitucional da função social da propriedade (BELÉM, 2007, p. 82).

O que se esquece é que a função social da propriedade é algo que deve ser discutido democraticamente e não baixada por decreto, uma vez que o interesse coletivo deve se construir através de um debate amplo e democrático entre os vários setores da sociedade e não definido por um grupo técnico. O processo de desapropriação nos mostra alguns pontos de análise:

A desapropriação opera-se em procedimento administrativo bifásico: a fase declaratória, com a indicação do bem, da necessidade, da utilidade pública ou do interesse social a ser alcançado, seja por lei ou decreto; a fase executória, com a estimativa da justa indenização e a consolidação da transferência do domínio para o poder expropriante (BELÉM, 2007, p. 104).

O que se vê é que a declaração não é resultante de uma escolha democrática. No caso em questão, as pessoas que vão ter de sair viram suas casas sendo marcadas por funcionários da PMB e nem sabiam o que significava a marcação. Não houve participação destas pessoas no processo de planejamento desta obra que interfere diretamente em suas vidas. Parece-nos difícil aceitar que é em nome da função social da propriedade que se remaneja e se reassenta, uma vez que a participação das comunidades envolvidas no planejamento da obra foi nula e as informações acerca da mesma não foram disponibilizadas eficazmente.

As pessoas se transformam em números, a população é definida por variáveis e tudo o que se mostra em tons de desordem, em não conformidade ao que o projeto arquitetônico almeja, parece que precisa sair.

As fotos abaixo ilustram as sentenças de despejo dadas a várias casas e estabelecimentos comerciais ao longo da área a ser atingida pelas obras.



Fotografia 8 – A SENTENÇA DE DESPEJO, notar a marcação improvisada feita no muro do estabelecimento como indicativo de sua saída daquele local. Fonte: Bruno Malheiro (07/07/2008).



Fotografia 9 – UNIDADE RESIDENCIAL E SUA SENTENÇA DE DESPEJO, notar o número alto da marcação denotando a quantidade de marcações já feitas. Fonte: Bruno Malheiro (07/07/2008).

No caso das famílias que serão atingidas, existem, pelo menos no papel, três opções de remoção e reassentamento, como dissemos há pouco: (i) indenização em

dinheiro, para os casos em que o valor da moradia for superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); (ii) permuta da moradia afetada por moradia adquirida no mercado imobiliário local; (iii) permuta da moradia afetada por moradia construída pelo poder público em núcleos residenciais.

As contradições deste processo já foram colocadas, inclusive suas irregularidades. Queremos agora entender a natureza desta forma de planejar e gerir a cidade.

Quando entramos nestas práticas não discursivas do PROMABEN, começamos a observar que as mesmas não atuam de modo a definir o que é proibido e o que é permitido para, então, disciplinar os usos da orla de Belém. Percebemos, então, que as suas práticas têm como foco a ameaça: a generalização de uma pretensa ocupação desordenada da orla. Diante disso, é preciso que se responda, que se previna das ameaças em jogo, é preciso que se libere a orla da desordem.

Assim, não se trata de desapropriar a população que historicamente vive e depende da orla para a sua sobrevivência, a fim de prescrever o uso correto e, assim, disciplinar o espaço desta fração do urbano. Trata-se, antes de qualquer coisa, de garantir que a população tenha salubridade, de garantir o direito à vida a todos, de garantir a função social da propriedade urbana, de garantir, no fim das contas e dos discursos, o direito à cidadania.

Como nos mostra Foucault (1988) no último capítulo do primeiro volume da *História da Sexualidade*, livro publicado originalmente em 1976, as práticas e relações de poder que causavam a morte e deixavam viver parecem ser substituídas por práticas e relações que fazem viver e deixam morrer. O biológico começa a interferir na política, o poder faz viver, hierarquiza, qualifica antes de mostrar seu brilho mortal. O que se mostra a partir desta análise é que a vida, tornando-se o elemento político por excelência, a qual deve ser administrada, calculada, regrada e normalizada, não significa um decréscimo de violência.

A população, como adverte Foucault, no curso *Segurança, Território e População*, proferido entre 1977 e 1978 no *Collège de France*, deixa de ser um dado *a priori* passando a ser definida por variáveis, por se tornar “um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades” (FOUCAULT, 2008, p. 78). Esta forma de exercício do poder, nestes termos, define de antemão a população para a qual a política é direcionada. Assim, por meio de um punhado de variáveis se

define quem faz parte e quem não faz parte do corpo da população, por quem vai se lutar, vai se garantir o direito à vida, e quem vai se deixar morrer (FOUCAULT, 1999).

Ficamos impressionados quando observamos ao longo de toda a área que se destina ao projeto, um sem número de casas marcadas para serem retiradas daquele local. Para se ter uma noção mais exata do que estamos falando, basta entender que o processo de ocupação da orla sul apresenta uma característica marcante de ter se realizado de forma bastante precária. São várias ocupações ao longo desta fração da orla, nas quais seus moradores sobrevivem de uma dinâmica econômica alternativa, dinâmica esta geralmente ligada ao rio, principalmente pela existência de portos, feiras e trapiches, que permitem a sobrevivência de milhares de pessoas, tanto vindas do interior da cidade, como as que chegam por meio de barcos de outros municípios à beira-rio.

Mas toda essa vida de relações deve ser retirada em prol de uma boa circulação, através da criação de uma grande avenida e em nome da salubridade. Sair dali não significa, portanto, uma perda de referências espaciais que compõem identidades, bem como a perda do direito de trabalhar e de sobreviver daquilo que se sabe fazer. Sair significa sanear, significa permitir a circulação, significa permitir a contemplação do rio. A garantia destes direitos para alguns se estrutura na retirada ao direito ao uso de outros. Melhor dizendo, a população definida como incluída na política é premiada com a plena observação do rio, mas aqueles que não entram nas variáveis que definem essa população, parecem deixados à própria sorte.

Como anteriormente falamos cada casa, cada estabelecimento comercial, possui um número que marca sua saída após a execução do projeto. Se for um estabelecimento comercial, a marcação é de uma forma, se for um imóvel domiciliar, percebemos outro tipo de marcação. Mas, seja qual for o tipo de marca, os números denunciam a saída, denunciam que aquelas pessoas não estão incluídas nos parâmetros criados para definir a população beneficiada com o projeto.

O investimento biopolítico fica claro a partir destas práticas. O planejamento se legitima como uma forma de evitar riscos por meio, então, de mecanismos de segurança, que estruturam práticas de normalização.

Definir a população por parâmetros até certo ponto arbitrários, trazer o conhecimento estatístico para legitimar esta definição, trazer um relatório de impacto ambiental também para legitimar tal definição, parece ser a forma encontrada de dizer quem tem direito à política e quem não tem.

Desenham-se arranjos sócio-espaciais como forma de definir condutas. As grandes avenidas substituem uma pequena rua em que a quantidade de casas não permite a boa circulação, o emaranhado de casas de várias ocupações precárias é substituído por áreas de lazer, por quadras esportivas. Um novo padrão espacial se impõe e delinea uma nova conduta. Aquele “povo” anfíbio que vivia em contato/dependência com as águas é substituído por um “povo” saneado que apenas passa por ali, mas que, na passagem, tem direito de ver o rio emoldurando uma bela paisagem.

O empreendimento biopolítico se apresenta como uma forma de sanear o corpo da população, e as tecnologias de poder que registramos através das práticas descritas, como a sentença dada às casas e estabelecimentos comerciais, como a expulsão de um conjunto de pessoas que dependem do lugar que moram para sobreviver, apresentam uma nova forma de poder centrada na vida, que nem por isso perde sua carga de violência.

Não aquém das práticas discursivas que (re)inventam a cidade por uma narrativa moderno/colonial da mesma, as práticas não discursivas desenham um arranjo sócio-espacial definindo a partir do mesmo uma conduta, normalizando usos e saneando o corpo da população. Uma arqueologia dos saberes geográficos não pode prescindir de uma genealogia da organização espacial, uma vez que práticas discursivas e não discursivas entram no âmbito da produção/organização/invenção do espaço.

No entanto, é preciso que não se perca nas amarras do poder, é preciso que não se pense que não há saída, é preciso que não se ignore o acontecer do acontecimento. Nas linhas e páginas posteriores tentaremos delinear o que aqui neste trabalho chamamos de uma Geografia do Presente. De modo ensaístico, saindo das amarras e racionalidades do discurso acadêmico, seremos nós mesmos no capítulo que se segue.

6 POR UMA GEOGRAFIA DO PRESENTE: A BUSCA DO ACONTECER DO ACONTECIMENTO

Vários, como eu, sem dúvida, escreveram para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.

Michael Foucault

O tempo da ausência de tempo é sempre presente, sempre presença. É sem fim, sem começo. É sem futuro.

Maurice Blanchot

A ponte não é de concreto, não é de ferro, não é de cimento, a ponte é até onde vai o pensamento. A ponte não é para ir nem para voltar, a ponte é somente atravessar, caminhar sobre as águas desse momento

Lenine

Se nos perguntássemos agora: do que tratou o trabalho até aqui? Diríamos, sem pensar demais: tratou de expressar a forma em que se desperdiçam experiências sociais no mundo de hoje, ou melhor, na nossa cidade. Falar isso não significa se distanciar de tudo aquilo que já descobrimos e argumentamos; pelo contrário, parece-nos que é onde nos faz chegar tudo aquilo que pesquisamos.

Por um lado, na tentativa ensaística de montar uma arqueologia dos saberes geográficos, percebemos duas coisas importantes: a primeira é que a formulação de uma narrativa moderno/colonial da cidade se funda forjando uma diferença que deve ser negada, diferença esta que se mostra como atraso, como desordem, sendo, portanto, que tudo o que escapa ao que se quer mostrar se torna invisível, é desperdiçado; a segunda coisa importante a que chegamos é que as práticas discursivas em torno do projeto analisado, por funcionarem fabricando informações e por se colocarem nos reinos da opinião - você é contra ou a favor do que será feito na orla? - mostram-se como dispositivos para, também, tornar invisível experiências sociais.

Por outro lado, quando tratamos, também em tons de ensaio, de uma genealogia da organização espacial, percebemos claramente uma estratégia biopolítica saneando o corpo da população e extirpando experiências sociais. Sob a justificativa da função social da propriedade se abre a cidade para a visibilidade e se fecha a cidade para a experiência.

Talvez seja esse o sentido do trabalho até aqui, mostrar de que maneira as formas do saber e as forças do poder colocaram à margem um conjunto de experiências sociais que teimam em ainda *existir* na orla fluvial de Belém, principalmente, mas não somente, em feiras, portos e trapiches.

Mas dissemos o que já fizemos e nada falamos, ainda, do que vamos fazer diante do exposto. Antes de falar do que queremos fazer a partir daqui, permitam-nos começar com uma citação importante para prosseguirmos:

[...] o mais importante no mundo de hoje é que tanta experiência social não fique desperdiçada, porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso têm permanecido invisíveis, *desacreditadas*. A meu ver o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo (SANTOS, 2007, p.23-24).

Após um longo percurso da arqueologia à genealogia, somos obrigados agora a ir além, pensar os pontos de fratura do poder-saber, pensar em transformar este trabalho em uma prática estratégica, incluí-lo nos jogos do poder-saber, pensar nas dobras das forças, na subjetivação, na busca do acontecer do acontecimento para dar voz àqueles que, por práticas discursivas e não discursivas, foram amordaçados.

Liberar a experiência este é nosso projeto neste capítulo e por ele tentamos aproximar, não sei se com muito sucesso, Foucault e Benjamin. Confessamos que este último capítulo tem mais uma cara benjaminiana que foucaultiana, mas isso se dá por uma escolha talvez intuitiva: Benjamin denunciou a pobreza de experiência a qual está condicionada nossa sociedade pelo primado do periodismo. Denunciou, ainda mais, a tirania da razão, como, aliás, também fez Foucault ao estudar a loucura e a sexualidade, mas Benjamin fez de sua própria obra um exercício de escapamento da razão. Usou da linguagem, da alegoria para sair do primado do Mesmo, o que Foucault também tentou fazer, mas em suas últimas obras.

Diante desta constatação prática de que: *somos pobres de experiência*, temos a necessidade de pensar uma forma, primeiro de sair de uma noção de tempo linear e espaço absoluto que encharca a narrativa moderno/colonial da cidade e, segundo, de construir caminhos possíveis para chegarmos às experiências e isso não significa transformá-las em experimento, mas o que queremos é produzir aproximações possíveis.

Parece-nos prudente, desse modo, entrar em uma geografia do presente, mas, como advertimos no primeiro capítulo desta dissertação, isso requer pensar uma nova forma de compreender a relação espaço-tempo a partir de uma ontologia do presente.

Neste capítulo, portanto, faremos uma discussão que tenta lançar elementos para pensarmos em uma nova ontologia da geografia, o que nos direciona diretamente a uma maneira de pensar a relação espaço-tempo pela experiência. Neste percurso dialogaremos com algumas propostas de discussão ontológica no interior da geografia, sem ter a pretensão de aprofundar, mas apenas para situar os termos do debate.

Após isso, tentaremos entrar, por vias alternativas, no acontecer do acontecimento, como forma de sair da função autor e de dar autonomia à linguagem. Não sabemos o que esperar disso! Ainda bem...

É isso que faremos agora.

6.1 – GEOGRAFIA E ONTOLOGIA: CONSTRUINDO UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E TEMPO

Sem Hegel não teria havido Darwin.

Friedrich Nietzsche

Não é pretensão nossa aqui fazer uma discussão profunda sobre ontologia na filosofia, nem mesmo elencar todos os projetos de discussão, no âmbito da ciência geográfica, que tiveram este caráter. Faremos um resgate de algumas discussões só para compreender os termos do debate aqui proposto.

O que nos interessa, e esse é o nosso projeto, é liberar a experiência, é não mais desperdiçá-la, é, portanto, alargar o presente e contrair o futuro, dar corpo e expressão ao espaço para que não mais deixemos de lado, invisível e indizível, experiências sociais.

Começamos nosso percurso, árduo e extremamente perigoso, e, diga-se de passagem, sem grandes pretensões, com as indicações de Moreira (2007) para quem entender as relações entre geografia e existência requer, antes, dar conta da separação entre espaço e homem. O mesmo autor busca na história da filosofia os argumentos que estruturam esta separação entre espaço e homem e encontra elementos interessantes desta separação, como o apartamento entre homem e corpo, mas encontra, em Heidegger, os elementos explicativos desta separação, pelas “leis” de desnaturização (que é a quebra do elo entre homem e natureza), de desterração (o movimento histórico que expropria o campesinato de sua ligação com a terra) e de desterritorialização (que é a quebra da ligação entre o corpo, o chão e o cosmos). Para a geografia o resultado disso é uma desespacialização crescente do homem e o cartesianismo se mostra como ato de institucionalizar o conceito de espaço como externalidade radical.

Esta separação entre espaço e homem é descrita por Silveira (2006) como uma epistemologia da extensão. A autora remonta o debate de alguns clássicos para mostrar que a geografia sempre esteve preocupada com os objetos e não com os sujeitos. A localização, a distância e a extensão sempre foram centralidade para as teorias geográficas e estas dificilmente consideravam o papel dos sujeitos, dificilmente teorizavam, dificilmente compreendiam para além dos resultados, os seus processos constituintes.

A forma histórica percebida por Santos (2004) para a quebra desta separação entre homem e espaço é a técnica, que é a mediação histórica entre natureza e sociedade. É a técnica que, assim, formula uma ontologia do espaço, uma vez que empiriciza o tempo e dá corpo à história.

Esta tentativa de fazer uma ontologia do espaço em Milton Santos muito nos remete a uma busca de Sartre. O período técnico atual nos coloca diante de técnicas que permitem que cada lugar seja, à sua maneira, o mundo, colocando-nos diante de relações verticais e horizontais, ordens globais e locais, solidariedade organizacionais e orgânicas, enfim, espaços velozes e especializados e espaços banais do acontecer solidário, os quais são o abrigo e a morada do homem. Mas é preciso que se diga que esta constatação histórica tem a ver com a busca do prático-inerte de Sartre (1990), uma vez que este prático-inerte é a ação do homem cristalizada nas formas materiais, jurídicas, culturais e morais e nos remeta àquilo que o homem já fez. Podemos prolongar, através de Santos (2004), e dizer que as técnicas dão corpo àquilo que já se fez, contam a história dos espaços.

O espaço entra, assim, pelo existencialismo sartriano, como elemento necessário à compreensão do homem. Entra, enfim, como elemento existencial do próprio marxismo. Marx já tinha dado à história um caráter existencial quando nos ensinou que ela não é algo em que o homem venha a cair indistintamente, uma vez que a história é sua própria natureza, uma natureza concreta, uma atividade concreta e refletida (um concreto-pensado), uma *práxis*. Mas o espaço ainda não tinha esse caráter.

Podemos dizer que Soja (1993) com sua dialética sócio-espacial contribuiu para uma visão não apartada entre espaço e homem e, por vias metodológicas, a proposta de um materialismo histórico e geográfico, trouxe o espaço para fazer parte da questão existencial marxista. E Lefebvre (1974), não podemos esquecer, completa este ensaio mostrando que o capitalismo para se realizar produz espaços e também articula, por esta leitura, espaço e tempo.

Mas percebemos que outra via ou desvio é possível para pensarmos em uma ontologia para a geografia e se torna providencial para este trabalho tentar construí-la, não para ultrapassar as anteriormente colocadas, mas para dar subsídios às nossas pretensões.

Esta outra via se diferencia das demais colocadas pela sua concepção de tempo e pela forma em que o espaço torna-se elemento existencial. Ainda nos incomoda a concepção de história que fundamenta as concepções anteriormente colocadas, não

porque sejam incoerentes ou inconsistentes, mas porque não nos permitem realizar o projeto aqui proposto de liberar as experiências sociais.

Como dissemos agora há pouco, a história entra como elemento existencial para Marx, mas Agamben (2005), com inspirações em Benjamin, foi feliz em dizer que não há uma noção correspondente de tempo em Marx, digna de sua noção estupenda de história. Ainda o tempo é visto nos termos de Hegel, sendo que para entendê-lo, torna-se necessário partir da negação da negação de um ponto indiferenciado, entender que o agora que é não é, pois vai ser. A dialética entra com toda sua negatividade para dar uma dose de processo ao tempo.

Já em Marx vimos que pela *práxis* unimos um concreto histórico passado, que nos encharca de vida e de valores, que nos constrói, a uma possibilidade de consciência dada por uma atitude crítica diante das contradições que movimentam a história. O processo histórico parece se movimentar por uma eterna negação do presente, pois este presente, o instante, o agora, é concreto e histórico, é, assim, contraditório e desigual, sendo necessária a sua superação.

Para Castoriadis (1982) existe uma visão causal de história no marxismo e esta visão é incapaz de entender as significações históricas, o núcleo criador da história, uma vez que se assemelha a um programa revolucionário por ser fundada em uma filosofia da história racionalista. Nesse sentido, sendo o real racional e a história racional tudo que escapa a racionalidade é desconsiderado.

Esta filosofia da história elaborada por Marx a partir de Hegel, segundo Lander (2007, p. 210), “busca o significado e o sentido do curso da história, a direção para a qual marcha a sociedade humana”. Esta busca do sentido da história é a busca por uma verdade que pode ser alcançada pelo entendimento humano, ressaltando o caráter racional desta forma de ver a história.

Entendemos que a contradição está muito mais na concepção de tempo que funda a idéia de história em Marx e no marxismo. Mas é preciso que se diga que alguns autores marxistas, talvez aqueles mais às margens do marxismo, serão os responsáveis pelas críticas mais profundas a esta concepção de tempo, um deles, aliais, fundamenta nossa crítica aqui: Walter Benjamin.

Vale dizer, antes de tudo, e para retornar ao objetivo desta seção, que é desta concepção de tempo que derivam as propostas de tornar o espaço elemento constituinte da existência. Basta observarmos que para dar substância a uma geografia existencial, Silveira (2006, p. 88) nos mostra melhor a noção de tempo que a mesma abarca: “não

partimos do mundo das idéias de Platão, trata-se de uma dialética entre, de um lado, o que existe, o prático-inerte, a configuração territorial e, por outro, as possibilidades do período”. Façamos ecoar as palavras de Santos para que melhor compreendamos como se concebe o tempo nesta perspectiva existencial: “na realidade se o homem é projeto, como diz Sartre, é o futuro que comanda as ações do presente” (SANTOS, 2004, p. 330).

É imprescindível para não mais desperdicemos tantas experiências sociais e, assim, sairmos dos reinos de uma narrativa moderno/colonial, rever esta concepção de tempo. Para isso, primeiramente encontramos a experiência como uma forma de entender o tempo e também a história que nos mostra a via ou o desvio para a construção de um novo caminho a tornar o espaço elemento existencial.

Um representante destas idéias é Benjamin (1993, 2006) que foi bastante combatido quando reivindicou o estado de emergência, a suspensão do acontecer, a liberação do presente do fardo de uma noção de história, ou quando afirmava que o materialismo histórico não pode renunciar o conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza, pois esse presente define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. Como poderia alguém do materialismo histórico reivindicar a imobilidade do tempo?

Mas Benjamin foi mais longe e em seu projeto de liberar o presente, chegou à experiência, que conferiu densidade e peso aos acontecimentos, chegou ao narrador que enuncia suas experiências, seja ele um mestre sedentário que compõe suas histórias a partir das tradições do lugar que sempre morou, seja ele um aprendiz migrante que narra o saber de terras distantes, ou mesmo, o artífice que conjuga as duas formas de narrativa. Talvez quem melhor suspendesse os acontecimentos fosse o *flâneur* que descreve sem compromisso ou preocupação a sua experiência das *passagens*.

Foucault, mais recentemente, escandalizou os historiadores quando reivindicou uma história do presente, do acontecer do acontecimento, uma história que não era feita para dar unidade, mas para entender a heterogeneidade das relações de força. A sua inclinação para a descrição e imersão na lógica das emergências foi bastante refutada. Ele também ousou dizer *a cada vez única, o fim do mundo*, ou em uma entrevista, *aprender a viver deveria significar aprender a morrer* e por traz destas passagens ecoava a pergunta *quem somos nós neste tempo que é nosso?*

Parece que há ecos precisos de Nietzsche em todas essas idéias e talvez esses ecos nos ajudem no diálogo entre Benjamim e Foucault para a construção de uma geografia do presente.

Precisamos, então, parar a vida, o processo, suspender o acontecimento, dar densidade à história, estar aberto ao tempo oportuno, não previsto, mas decisivo (*kairós*), liberar o presente para, então, possibilitar uma aproximação ao mundo da experiência. Diríamos que a própria noção de passado, presente, futuro é uma forma colonial de conceber o tempo se percebermos que, por exemplo, na língua chinesa não existe tempo verbal. Eu sou é sempre agora, mesmo que se refira a ontem ou amanhã.

Como diria Souza Santos (2007), é preciso alargar o presente e contrair o futuro neste momento em que desperdiçamos tantas experiências sociais. Este autor propõe a construção de duas sociologias, das ausências e das emergências, para reaver este problema:

Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais. (...) Ao dilatarm o presente e contraírem o futuro, a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, cada uma a sua maneira, contribuem para desacelerar o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro a que a razão proléptica o condenou (SANTOS, 2007, p. 119-120).

Se o autor supracitado propõe duas sociologias para fazer falar as experiências sociais, nós propomos aqui uma geografia do presente, o que nos leva não apenas em pensar em termos temporais, mas também em termos espaciais. Mas antes de fundamentarmos melhor nossa idéia vamos melhor compreender os fundamentos que nos seguram.

É preciso que se saiba e que se entenda a experiência, de imediato, como “o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (BONDÍA, 2001, p. 27), ou ainda, como uma “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

A experiência, desse modo, não é apenas aquilo que nos passa ou aquilo que nos toca, mas aquilo que nos acontece e por isso nos forma e transforma, esse é o sentido que ela assume. A experiência, como nos mostra Benjamin (1993), confere peso

e densidade à história, levanta a importância do acontecimento presente. Nesse sentido, como afirma Thompson (1981, p. 17):

A experiência entra sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheiras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novas formas de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.

A experiência, então, é capaz de dar densidade ao tempo e, queremos ousar dizer, é capaz de dar um caráter existencial ao espaço. Entender o tempo das emergências, no qual a interação é fundamental para sua própria existência e o espaço como condição e produto da multiplicidade necessária à existência do tempo. A experiência é, assim, a via ou o desvio necessário para a construção de uma geografia do presente.

A técnica é apenas mais um elemento da experiência não é seu atributo mais essencial nesta leitura. Não se precisa da técnica como elemento de mediação entre espaço e tempo, pois eles não estão separados. A técnica não entra como elemento para dar estatuto ontológico ao espaço, uma vez que na experiência, o espaço se mostra como produto, condição e possibilidade da multiplicidade que é o tempo presente, realiza-se como elemento constituinte do *ser*.

Uma geografia do presente alarga o agora e contrai o por vir, volta-se, portanto, contra uma narrativa moderno/colonial do mundo que negligencia as diferenças em nome de uma idéia de progresso. Porém, uma geografia do presente também reconhece que o espaço não está na fila da história, uma vez que é corpo da experiência, condição para a mesma. Se o tempo, como acontecer do acontecimento, faz-se pela interação, pela diversidade e pelo encontro do diverso, o espaço é, de um lado, condição para a existência do múltiplo necessário à interação e, de outro, produto desta mesma multiplicidade e aqui há precisamente a voz de Massey; Keynes (2004) e Massey (2008).

O espaço aqui é pensado por uma ontologia do presente e, por isso, é o corpo da experiência, é a condição para o oportuno, não previsto e decisivo, para o acontecer daquilo que nos acontece, é o reflexo de um passado mais atual que no momento de sua

realização, é o contato material com o reino das emergências e a condição simbólica para sua existência.

Mas agora é preciso levar a cabo esta geografia do presente e faremos por duas vias entrecruzadas, ou melhor, por uma discussão que abarque os elementos de uma ontologia do presente de Foucault e a concepção de experiência de Benjamin. No sentido benjaminiano, o que se quer é suspender o acontecer daquilo que nos acontece e, através da experiência da linguagem, liberar as experiências sociais desperdiçadas. O sentido foucaultiano, pretende transformar este trabalho em estratégia e tornar visíveis e dizíveis experiências sociais desperdiçadas. Na intersecção entre estes sentidos teórico-metodológicos, numa incursão entre Benjamin e Foucault construiremos a seção posterior deste capítulo.

6.2 NAS TRILHAS DO ACONTECER DO ACONTECIMENTO: NARRATIVAS DA CIDADE

O mais profundo é a pele...

Paul Valéry

O que queremos a partir daqui é fazer uma descrição dos espaços e tempos não vistos e não enunciáveis, das experiências desperdiçadas. O nosso trabalho intelectual, nesse sentido,

[...] não consiste simplesmente em caracterizar o que somos, mas, seguindo as linhas de fragilidade de hoje, detectar por onde e como *o que é* poderia *não ser mais o que é*. E é nesse sentido que a descrição deve ser sempre feita segundo esta espécie de fratura virtual, que abre um espaço de liberdade, compreendido como espaço de liberdade concreta, isto é, de transformação possível (FOUCAULT *apud* SWAIN, 2005, p. 335, grifos do autor).

Para cumprirmos essa tarefa que se apresenta, admitimos preliminarmente que nossa preocupação não se gruda ao fato de significar, pois não queremos criar uma semiologia do espaço, ou seja, não estamos objetivando ler o espaço e expressá-lo em seus significados. Nossos propósitos nos lançam, como a citação acima de Foucault nos coloca, a um espaço de liberdade, ao campo dos possíveis. Por isso, admitimos que “escrever não tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE, 1995, p. 34). Sempre entendendo o ato de

escrever como um agenciamento coletivo de enunciação, pois são várias vozes que se entoam a partir daqui (DELEUZE, 1997).

Nossa descrição é feita a partir de uma caminhada para flunar na cidade e algumas fotos mostradas não são fotos nossas, mas de um morador da área para dar mais expressividade ao que se vê e ao que se fala. Essa caminhada pode ser um exercício interessante para começar uma geografia do presente, pode por em perspectiva determinados elementos em detrimento de outros, pode suspender os acontecimentos do presente, tornar mais expressivas as aventuras e torturas cotidianas, os espaços e tempos da experiência. Pode por em evidência aquilo que talvez passe despercebido, aquilo que está fora de foco, aquilo que parece irrelevante. Mas porque confiar em um olhar sem pretensões? Talvez por ser despretenso ele mostre coisas que um olhar sistemático não mostraria. Ser despretenso não significa ser isento, a isenção não lhe é atributo fundamental, apenas lhe é fundamento a falta de maiores ambições. É preciso, portanto, ter modéstia e perceber que nossa função é formular bem os problemas e descrições para não termos um papel hegemônico na sociedade a partir de argumentações totalizantes (PAOLO ADORNO, 2004).

Começemos pelo fim de mais uma manhã cansativa e estafante, pelas vilas afetadas pelo programa aqui em enfoque. As ruas ainda estão desertas e este sentimento de solidão que dela transparece, põe-se como condição para o caminhar. A estreiteza das vielas constrange o andar e torna tudo mais próximo e ao mesmo tempo mais distante. As casas se amontoam lado a lado com pequenas fachadas, a maioria de madeira, e se seguirmos em frente perceberemos os meandros da rua a nos conduzir ao rio, que nesta paisagem, não é protagonista.

Na maioria das janelas uma pessoa a observar o outro lado da rua. Os olhos de um velho senhor atentos a qualquer movimentação, os olhos de um jovem ansiosos a procura de um amigo, os olhos de uma criança nervosos por estarem vendo grades a separarem da rua, os olhos de um vendedor em uma antiga mercearia quase fechados do cansaço do trabalho.

Esses olhares parecem aproximar as casas já muito próximas, parecem ser o corpo da rua. Mas o hábito de ir à janela observar o movimento denuncia o medo de sair de casa. Parece ser uma forma encontrada de comunicação com o mundo exterior. A solidão e o aconchego dado pela estreiteza das ruas cedem lugar ao medo e à angústia, ao perigo e ao clima de ameaça. Atrás de grades tudo parece suspeito, a sociedade inteira vira uma ameaça a toda sociedade.

O caminhar de todos os dias parece assustador e ameaçador, os olhos não param de querer encontrar algo que não vêem, os movimentos denunciam a angústia e a respiração ofegante é a prova da tensão que está por traz do ato de caminhar. O medo estrutura o cotidiano e promove uma tirania da intimidade. É preciso se guardar, se por em segurança e a casa vira, assim, um reduto, a prisão que possibilita a liberdade.

A morte e a violência não estão apenas estampadas nas manchetes dos jornais diários que teimam em mostrar todos os detalhes dos acontecimentos fatídicos, estão no cotidiano de cada um e cada uma que ainda teimam em ter, talvez por necessidade, uma vida social ativa. A cidade vira uma ameaça: nos carros um perigo, nas ruas uma suspeita, nas casas um esconderijo, nos edifícios uma opressão, nos comércios um alvo, na polícia um pavor...

Os espaços se despedaçam, viram ao mesmo tempo motivos de pânico e termômetros do medo, agridem qualquer subjetividade, ao mesmo tempo em que refletem uma devastação subjetiva, como nos mostra Guattari (1992).

A saída para essa espacialidade despedaçada é tornar natural aquilo que agride com toda força qualquer contrato social ainda existente. E é isso que percebemos na maioria das vielas por onde caminhamos, uma naturalização e banalização da violência. A morte vira informação e, como tal, renova-se a cada dia, não mais parece refletir uma perda sem precedentes, mas a triste constatação de algo anunciado. O espanto é cada vez menor, como é também a revolta.

Mas nem em todo lugar isso é natural. Pessoas ainda se movimentam e clamam por mais segurança e melhor qualidade de vida. Não sem razão, por várias vezes ouvimos reclamações de que o projeto da prefeitura veio apenas para aumentar a violência do local. A revolta ainda é uma realidade.

Mas continuemos a caminhar pelas vielas que chegaremos ao rio. A cada passo o clima se torna mais pesado e logo alguns moradores alertam para não mais seguirmos até as obras do “Portal da Amazônia”, pois é muito perigoso atravessar a fronteira entre as vilas e a obra. Por duas vezes ouvimos os conselhos e refreamos, mas a irresponsabilidade nos conduziu ao risco, e prosseguimos.

Sáimos da estreiteza das vielas para a grandiloquência de grandes avenidas construídas à beira-rio. Tivemos sorte por conseguir atravessar a fronteira sem grandes atropelos. Um contraste gigantesco se visualiza, das casas amontoadas ao traçado arrojado de uma obra faraônica.

Começamos a sentir um triunfalismo arrogante de um lugar que, pelo seu desenho, torna pequeno qualquer um que dele se aproxima. Nas longas avenidas, não há sequer cheiro de gasolina, não há sequer pessoas a caminhar, não há rostos para ver, apenas as vias, os brinquedos instalados, o rio e a brita que separa as pistas das águas. Acima da cabeça, apenas os postes de iluminação apagados contornam as vias como um túnel de cor laranja.

A artificialidade das coisas contrasta com a euforia das palavras, os desenhos repelem pedestres e entre grandes avenidas somos forçados a passar, a nos transformar em passageiros. Um lugar de passagem, ou melhor, um local para passar... Entre quadras de futebol sem proteção para a bola não cair no rio, aparelhos de ginástica instalados na calçada, gangorras e balanços, nada se move, tudo paralisa, apesar do rio passar teimoso com sua correnteza a beijar o aterro artificial que o empurrou para mais longe.

Parece mesmo que, como diria Guattari (2006, p. 158):

[...] o alcance dos espaços construídos vai, então, bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas [...], máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizado, quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva.

O calor é extremo, mas não existe abrigo para o pedestre, não existem árvores para se abrigar, sequer um toldo para se esquivar do fervilhante sol do meio dia. Mais do que nunca precisamos passar, não podemos ficar, estamos a pé, o que é bastante constrangedor neste lugar. Mais uns 900 (novecentos) metros de sol na cabeça e resolvemos entrar nas vilas que serão retiradas para a continuação das obras.

O caminho é mais estreito do que aquele em que saímos pela primeira vez. Aqui, é preciso andar por sobre as pontes de madeira estendidas pelo rio, que passa abaixo das casas recolhendo seus resíduos, maré após maré, dia após dia. A precariedade é condição para a vida. Mas não é apenas o conjunto das condições materiais que delineia a existência dos homens e mulheres que reinventam seu cotidiano a cada minuto em meio a tanta desesperança.



Fotografia 10 – UMA VILA À ESPERA DA DESAPROPRIAÇÃO – observar a estreiteza da vila e as várias pessoas em frente a suas casas observando o movimento, conversando, crianças brincando, a vida se desenvolvendo apesar das condições adversas. Fonte: Jorge Souza (26.01.2008).

O caminho é sempre muito estreito, mais ainda porque as pessoas ficam sentadas em frente às suas casas conversando com os vizinhos. Os corpos estão sempre muito próximos e não há como passar sem ser percebido. Da solidão reinante de um local de passagem, entramos em um lugar que a cada passo somos reconhecidos por pessoas diferentes, que nos olham atentos e facilmente entram em uma gostosa conversa.

Lá conhecemos o Sr. Manuel Silva, verdureiro e há 27 anos morando em uma palafita às margens da cidade. Seus olhos cansados nos avistam ao longe e percebem cada movimento que fazemos, sua pequena quitanda nos deixa meio caminho para passar pela frente de sua casa, somos forçados ao encontro. Um encontro amigável e amistoso que nos levou a uma breve conversa na qual ele relatou:

Eu moro aqui há 27 anos e aqui eu me acho tranquilo. Se eu sair pra outro lado o negócio não vai prestar. Aqui eu sou acostumado, conheço todo mundo, trabalho aqui desde quando eu comecei e não dá pra sair, tiro meu sustento, moro com a minha família (Informação verbal)¹⁸.

¹⁸ Depoimento de Manuel Silva, verdureiro, 03/02/2009.

No curto espaço de tempo de nosso encontro passa por nós outro senhor cumprimentando a nós dois e falando, em tons irônicos, que seu Manuel seria o primeiro a sair quando da vinda da continuação das obras do “Portal da Amazônia”. Aliás, essa brincadeira denuncia que este assunto está como assombração no imaginário de todos por ali. Algum estranho que se aproxima já é considerado da prefeitura ou o relacionam com o projeto.

Não bastasse o medo nosso de cada dia, ainda a possibilidade de saída do local de moradia povoa os pensamentos daqueles sujeitos. O medo se estrutura na falta de confiança para com a prefeitura que, apesar de garantir que vai reassentar a todos, não cumpriu a mesma promessa em outros programas de reassentamento que já executou, causando, por isso, pânico em muitos que se sentem ameaçados de nunca mais poderem voltar às suas casas.

As pontes se sucedem e logo que entramos em uma vila já estamos em outra. As casas são muito próximas umas das outras e quase em sua totalidade são de madeira. Um tom de marrom é imperativo dando um aspecto envelhecido ao lugar, sem falar da precariedade das construções que, em sua maioria, possuem dois pavimentos, uma vez que são tão estreitas que precisam, pelo tamanho das famílias que moram nelas, expandir-se verticalmente.

Lá também conhecemos Jorge Souza, homem de 40 anos, que nos forneceu gentilmente as fotos que tinha da vila e do “Portal da Amazônia” que figuram neste trabalho. Ele nos conta:

Eu nasci e me criei aqui. Sei que aqui não tem uma qualidade de vida adequada, até porque nós moramos em cima de palafitas e pontes e isso gera muitos problemas, mas nós temos um carinho onde nós moramos, porque nós conhecemos todo mundo. Aqui é um local onde você está próximo quase de tudo [...]. Nós temos um posto de saúde na Fernando Guilhon, temos um policiamento diário. Na nossa comunidade temos um consultório, temos aqui uma quadra onde temos aula de aeróbica, temos o centro comunitário que é uma escola que abriga 200 crianças e aqui moram só amigos (Informação verbal)¹⁹.

Suas expressões nos mostram que permanecer ali é importante em vários sentidos...

¹⁹ Depoimento de Jorge Souza, Presidente do Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito, 07/02/2009.

Por sobre as janelas alguns pacotes de açúcar, sal, feijão, arroz denunciavam uma pequena venda nas próprias casas. Não raro temos de esquivar das plaquinhas de açaí ou de outros produtos que são vendidos nas casas do local. Uma dinâmica intensa, um lugar intenso...



Fotografia 11 - VIDA E TRABALHO NAS VILAS – notar que por sobre a sucessão de madeiras que formam a ponte, duas meninas lavam roupas junto com a mãe. As roupas estendidas no varal nos dão a noção do tempo em que elas estão ali. Enquanto isso, alguém está sentado na lateral direita da foto por sobre um assento de madeira observando e um menino, no centro, se assusta com a presença de quem tira a foto. As meninas e a mãe não parecem se importar, afinal ainda resta outras coisas a fazer... Fonte: Jorge Souza (26.01.2008).

A cada dia uma nova forma de viver precisa ser inventada, uma nova forma de relação precisa ser construída para garantir a sobrevivência. São muitos que não têm o que comer pela manhã e vão às ruas em busca da alimentação diária para a família. Por vezes voltam felizes com um sorriso no rosto e sacolas nas mãos. Por vezes a tristeza é evidente no voltar para casa sem nada. Um misto de fome e desesperança preenche corações já abalados pela violência cotidiana, pela ameaça que ronda, pelo corpo cansado...

Estes homens e mulheres se inserem de forma precária na economia urbana, quase que de forma alternativa, meio que deixados ao sabor das conjunturas, e, por isso, produzem um espaço alternativo para sua sobrevivência, um espaço cujas formas

refletem a penúria, o conteúdo, as práticas desiguais, a superfície, o acontecer do acontecimento, o devir...

O que queremos dizer é que estes sujeitos precisam continuamente se situar no presente, pensar nas condições de sua existência em um espaço dinâmico, precisam atualizar o presente em cada acontecimento, uma experiência limite do tempo e do espaço.

Daí resulta nossa preocupação com o acontecer do acontecimento na construção de uma geografia do presente. Não aceitemos tão radicalmente os termos de Deleuze, mas vamos ouvir o que ele nos diz para ressaltarmos a importância da experiência para a construção de uma geografia do presente:

O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa à história. A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase que negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. Sem história, a experimentação permanece indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica (DELEUZE, 2006, p. 210 e 211)

O que está em jogo é a expressão da expressividade,

Não se trata [...] de comprazer-se com este composto perverso de lamuria e adesão cínica, mas de cartografar e resistir, de aprender o que está em jogo no presente e, assim, dar visibilidade às saídas inventivas que nele se anunciam, sem nostalgias frívolas nem utopismos ortodoxos [...]. [Trata-se] de estar atento às urgências *deste* nosso presente, *desta* nossa vida, *desta* nossa guerra, *destes* devires-revolucionários que se gestam no nosso dia-a-dia (PELBART, 2000, p. 10, grifos do autor).

Entretanto, para além desses embates no plano teórico, queremos demonstrar aqui a importância do presente, do imediato, do acontecimento nos espaços em questão, não só para entender a condição dos sujeitos que os produzem cotidianamente, sempre na iniciativa de uma renovação, de uma necessária reinvenção da vida em seu limite, mas para projetarmos uma cidade possível, visível e enunciável.

Mas os nossos passos continuam... E depois de tantos encontros inesperados chegamos à saída das vilas da sub-bacia 1, que serão atingidas pelo projeto em questão. Logo na saída nos deparamos com o futuro anunciado em forma de *Out Door*. Lá está uma placa do governo federal mostrando que a obra é de urbanização de favelas e tem recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nossas baixadas,

chamadas de favelas, serão mais bem equipadas, “urbanizadas”, mas será que isso compensa tantos riscos, tanta insegurança, tanta desesperança?

Mais um pouco à frente e está lá outra placa, agora da Prefeitura, mostrando que esta é a área do “Portal da Amazônia”. O futuro grudado com tinta num informe publicitário...

A caminhada prossegue e percebemos no caminho, várias outras vilas com aspectos parecidos as que já tínhamos visitado, mas cheias de singularidades e diferenças expressadas pela forma de relação nelas existentes, pelas formas de interação social, de emprego, de violência... Passamos por vários mundos, por várias revoluções moleculares...

O chão sujo de terra, a vida encharcada de desespero, a cada passo um novo horizonte de dor se abre, uma nova vida de esperança se apresenta. Nos lugares que passamos tudo soa em um compasso estranho, em uma melodia cansada de tocar, em uma música barulhenta, repleta de acordes desafinados tão difíceis de ouvir, tão perversos aos ouvidos acostumados à suavidade cínica do equilíbrio sinfônico aparente da sociedade. Mas são destes sussurros de dúvida, destas espinhosas notas, deste nauseante som, que emerge uma beleza, uma magia, uma claridade, algo que ao chegar ao fundo apresenta-se acalorado de lições de uma nova lógica, de um novo sentido, de uma nova música.

A lama que escorre por entre as frestas de um solo apodrecido, dá a cor para a imagem que dali se projeta como torpe para a cidade; esta cidade repleta de sujeira escondida por entre suas entranhas. Essa lama que colore a paisagem de uma cor negra ilustra a vida no seu limite. Mas não é só de lama que é feito esses lugares, o lixo também se mistura ao cotidiano de cada um ali e tudo parece vil aos olhos.

É preciso que se diga, que se enlace as experiências com um punhado de palavras para que não se fique tão frio diante de tudo e do nada que emerge daí. Falta, esta a palavra que melhor se aproxima deste nada que se apresenta. Carência, suavemente também denuncia a situação que aqueles sujeitos vivenciam duramente todos os dias.

Não é para fazer literatura que estas palavras se põem dessa maneira, nesta disposição, não apenas... É necessário expressão para fazer falar uma experiência, é importante o calor, os cheiros para fazer falar um possível.

Entremos em mais uma viela e veremos um caminho escuro e estreito: essa é a passagem para uma dimensão na qual os sonhos se despedaçam dia-a-dia diante de uma

realidade áspera. No caminhar desesperado de uma mulher parece estar a angústia desta realidade, seu olhar, sempre para frente nunca para baixo, faz questão de desafiar os perigos escondidos não apenas no solo batido que lhe dá sustentação, mas também no mal estar provocado pela violência que ali impera, com sua face mais dura, a dor, e também mais cruel, o medo.

Diante de todos estes obstáculos bastante conhecidos por ela, a mulher segue sua caminhada diurna ao trabalho, com aquele olhar sempre à frente, rumando às portas de saída daquele mundo. Infelizmente a coragem de seu olhar é esfacelada pela insensatez de seus pés que teimam em encostar-se no chão consumido pelo desprezo daquele olhar. A realidade a puxava pelos pés e na sujeira que grudava nos seus sapatos estava um mundo de agonia do qual o seu olhar não conseguira sair.

A expressividade e a sensibilidade daquela mulher mostram o quão difícil é estar ali, sabotando os limites do humano a cada dia, saboreando os liames da existência a cada segundo. A tempestade do sofrimento e o fogo da vontade lado a lado compondo o tom de um espaço expressivo, de um espaço que escorre do pensamento cada vez que tentamos entendê-lo, de um espaço liso, múltiplo, espaço liminar.

Essa liminaridade, porém, é vista como estupidez, deformidade, ilegitimidade, usurpação, pecado, como diria Deleuze e Guattari (1997) quando tratam das máquinas de guerra nômades. Esse espaço é tido como ilegal, como pervertido, como perigoso, nunca é tomado, portanto, pelo seu grau de exterioridade ao estabelecido que advém de sua liminaridade. Talvez Deleuze e Guattari definam melhor o que emerge como sentido nesse momento da argumentação. Antes de citá-los, porém, lembremos da mulher que com o olhar tateia a liberdade escondida fora daquela vila e com os pés se entalha na realidade perversa onde a mesma se esconde; lembremos dela para dizer que este espaço não é um projeto de saída, nem mesmo uma interioridade potente que desabrocha um novo sentido, uma nova cidade. Este espaço,

[...] não se reduz a um dos dois, tampouco forma um terceiro. Seria antes a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. *Desata o liame assim como trai o pacto*. Faz valer um *furor* contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho. Testemunha de uma outra justiça, às vezes de uma crueldade incompreensível, mas por vezes também de uma piedade desconhecida (visto que desata os liames...) (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 12, grifos dos autores).

Os percursos que estes espaços liminares projetam mostram-se difusos e confusos, não apresentam uma ordem facilmente identificável ou mesmo representável pelo simples traçar de linhas por sobre um papel. Tudo se faz em movimento e não há como perceber as coisas sem logo escapar das mesmas. Mas emergem situações, paisagens, relações que indicam pistas, caminhos...

A precariedade da vida nos espaços se compõe múltipla e também dispersa, pois só assim pode ser e existir. Da multiplicidade emergem interações conflituosas, historicidades diversas, um campo de possíveis, que não se apresenta organizado, ou como projeto, mas rasga o acontecer do acontecimento.

Não por acaso nossa forma de juntar as palavras, a maneira que utilizamos para fazer falar os acontecimentos, não se mostra muito convencional ou fixada em uma ordem esquadrihada de percepções que esquartejam as linhas que compõem cada acontecimento, as geografias, as trajetórias desviantes. O poético aqui, portanto, assume um sentido de fazer-nos escapar de uma prudência, de uma disciplina, de um treinamento do olhar, talvez como uma linha de fuga, que melhor se aproxima, ou se distancia, ou mesmo corre atrás do escapamento do real, de suas fissuras, de sua dispersão. Deixemos que Blanchot seja um intercessor nesse momento dizendo que

A linguagem poética nos remete não àquilo que reúne, mas ao que dispersa, não àquilo que junta, mas ao que disjunta, não à obra, mas à inoperância..., conduzindo-nos em direção àquilo que tudo desvia e que se desvia de nós, de modo que aquele ponto central em que, ao escrever, parece-nos que nos encontramos, não passa de ausência de centro, a falta de origem (BLANCHOT *apud* PELBART, 2005, p. 288).

Mas é preciso que se volte à realidade para enxergar que de um lado do caminho estreito do qual o rio aparece em pequenas frestas entre o amontoado de casas de madeira, um jovem rapaz, com semblante fechado, montado em sua bicicleta que sai de sua casa de forma veloz, com um ar apressado, uma certa dose de pressa misturada com um toque de apreensão, apareciam no trepidar daquele veículo ao passar por fragmentos de rocha e pedaços de madeira espalhados pelo chão, ou ao cair nos buracos cheios de lama característicos daquele lugar. Seu traje, de alguma forma, traduzia sua condição: uma calça rasgada não por opção, mas por falta de opção, e uma chinela de dedo que, por ironia, cai no meio do caminho interrompendo seu trajeto e aumentando sua angústia, talvez motivada por um atraso. O tempo que o guiava não estava em

sintonia com o tempo que ele tinha condições de viver, a velocidade exigida não poderia ser levada a cabo por uma bicicleta. Os contratempos para ele eram maiores, mais expressivos, mais duros e cruéis, retiravam dele uma força exibida no pedalar, um aprendizado só possível em situações-limite.

O trabalho guiava sua trajetória, a necessidade de sobrevivência o emprestava a energia que ele deveria ter e, então, idílica e dramaticamente suas atitudes projetavam forças visíveis nos contornos de seu rosto, no fechar de suas mãos, forças que pareciam se espalhar na confusão daquele homem, em sua falta de direção, em sua nítida expressão contraditória pela qual se definiam vontades e obrigações, desejos e constrangimentos.

Aquela confusão vai tecendo os fios de uma linha de fuga que não está aqui ou lá, ou em qualquer campo, estão entre pontos que não têm, ao certo, uma direção definida. Esboça-se a fronteira, onde os devires se fazem, as revoluções se esboçam, o intempestivo emerge, onde se faz fugir, faz-se passar os fluxos sob os códigos sociais que os querem canalizar, barrar, como nos sugere os ecos de Deleuze (2006) que se grudam em nossa expressão.

O limite da vida ali, entretanto, tem outro lado, outra face, que projeta outra imagem. Literalmente ao lado daquele rapaz de semblante cortado pela obrigação do trabalho e o desejo de voltar para casa, estão vários homens sentados ao redor de uma mesa improvisada cuja superfície é um tabuleiro de damas. Aquela imagem destoa do seu entorno, projeta um sinal de desvio, onde quase tudo cheira labor. Mas se engana aquele que pensar que aquele jogo é o semblante de outra ordem, a materialização de outra essência. Não há tal simplicidade naquela roda. Aquele grupo de sujeitos fala mais do que se pensa, é só estreitar o olhar nas atitudes de um senhor, de idade bastante avançada, que se encontra na margem esquerda do tabuleiro. “É intervalo?” Sua voz sussurra ao jovem que lhe desafia na outra margem do tabuleiro. Seu olhar não cansa de procurar pelo vazio da vila alguma coisa que o aflige, que o faz desconcentrar do jogo. O que será que ele procura? Qual o mistério que sua inquietude esconde? Por duas vezes ele teve de ser constrangido para que pudesse jogar, para que voltasse a sua atenção para o jogo, para que articulasse sua mente à configuração de peças que desenhava, de maneira clara, sua iminente derrota. Parece que ele não tinha mais muitas possibilidades na partida, mas sua preocupação não estava ali, a cada fala trocada com seu oponente um sopro de conformidade com a ruína.

O jogo continua e sua derrota é consumada sem retirar grandes esforços de seu oponente. Poucas palavras trocadas após o término da partida e o velho senhor se desgarra do grupo caminhando em direção à saída da vila. Com ar apreensivo, ainda seu olhar apalpa cada ponto daquele lugar, como que vasculhando cada casa, cada vão, à procura de algo ou alguém que lhe traz desespero, angústia, medo... A derrota ficou para traz, agora só a apreensão tem lugar no seu rosto, nas suas marcas de expressão, no seu caminhar exasperado que luta contra os limites físicos de seu corpo já cansado. Mas ele chega a um dos estabelecimentos já na Estrada Nova e, sorrateiramente, vai assumindo pouco a pouco suas funções. Sua chegada, se é que alguma vez ele saiu dali, é vista com desconfiança pela mulher que toma conta de quatro panelas ao mesmo tempo em um fogão pequeno.

Alguns minutos após seu retorno, passa em frente ao estabelecimento em que ele se encontrara, um homem de barba branca, com um palito encravado entre seus dentes, vindo de uma das casas do interior daquela vila que ficam próximas ao rio. A postura daquele homem, sua fisionomia, seu caminhar sem pressa, assustava o velho senhor. Era aquele homem que ele temia, sua impaciência era guiada por um rastro opressor que o esmagava, um rastro deixado por aquele sujeito: a figura da ordem, do respeito, talvez da violência? Quiçá ele estivesse fugido por alguns minutos daquele microcosmo, mas sua fuga guardava as marcas do medo, sua fuga parece não o ter feito fugir, mas a cada olhar, expressão, palpitação parece o ter feito voltar, sempre sua referência foi o trabalho mesmo nos deslizantes momentos do lúdico.

De lá do estabelecimento onde essa história se desenrola várias outras histórias se entrecruzam. São homens e mulheres passando depressa, a pé ou de bicicleta. O ritmo dos pés de uma senhora destoa da agilidade reinante ao seu redor. Com calma ela vai palmilhando pela Estrada Nova entre as vilas que se sucedem e a cada estabelecimento que atravessa o reconhecimento com vários sujeitos. Sua pressa aparente na sua expressão angustiada, paradoxalmente parece se esvair pela delicadeza de cada troca de palavras em cada novo encontro. Entre um “oi”, um “e aí?”, um “já vai né...?”, suas respostas vêm em acenos, ora um balançar com as mãos, ora um sinal de positivo, ora um sacudir de cabeça, mas todos têm resposta. Em uma de suas mãos uma grande bandeja cheia de salgados se equilibra e carrega o peso de muito trabalho e a esperança de um bom dia de vendas.

Essas histórias precisam ser contadas para que percebamos a superfície dos espaços a serem eliminados, o acontecer dos acontecimentos. Essas histórias nos dão a

noção de um movimento constante, de um ir e vir intenso, de um fluxo de pessoas, de expressões, de mercadorias, de tensões, de desejos, de sonhos... Nada parece permanecer, tudo parece fugir... Nessa escapada encontra-se nosso olhar, na intersecção, na transição, no entre-meio, no entre-lugar, pois queremos pensar o movimento. Talvez isso nos indique que

[...] o corpo está constantemente a mudar de forma. Ou melhor, a forma é a coisa que não existe, pois permanece ao domínio do imóvel, ao passo que a realidade é movimento. Real é a mudança contínua de forma: a forma é apenas um instantâneo tirado durante uma transição (BERGSON, 1971, p. 295).

Nos limites da vida! Assim, esses sujeitos, que falam através dessas palavras, encontram-se. Nada de certezas, suas vidas são bruscamente tocadas por incertezas, pela insegurança do emprego que, quase sempre, não se encontra nos moldes de uma legalidade estabelecida; pela inconstância da saúde, que dia-a-dia é atacada, por exemplo, pelo lixo; pela instabilidade do humor, que não pode permanecer o mesmo frente a tantas dificuldades diárias.

Nesse clima dos limites, a vida não se apresenta apenas com sua face mais assustadora e torpe, ela se faz e refaz a cada hora, a cada minuto novas possibilidades de existência são criadas, precisam ser criadas.

Não há como não falar do ritmo que embala a vida e o trabalho nos lugares percorridos por nossos sentidos, como um corpo sonoro preenchendo os ouvidos daqueles sujeitos de uma breve alegria. Esse ritmo, o brega em todas as suas variantes, contagia as conversas, acalora as relações...

Mais e mais sujeitos se mostram com suas histórias comuns expressivas. Assim se desenham mais personagens, mais histórias, mais acontecimentos, que entrelaçam os fios que produzem espaços que parecem não existir diante de uma imagem e um discurso moderno/colonial de cidade, já analisado anteriormente. Nesse jogo de sociabilidades, nessas cenas que se desenharam, o desespero parece, por um momento, ceder espaço para as poucas formas de lazer que aqueles sujeitos possuem, parece ceder espaço para a vida, que não apenas sobrevive, mas que se despreocupa, esquece, cria, sonha...

Talvez falemos de uma experiência dos limites, algo que, por necessidade, faz o novo, ou melhor, projeta um possível. Nas palavras de Pelbart (2005, p. 290), essa

experiência estranha “desapossa o sujeito de si mesmo e do mundo, do ser e da presença, da consciência e da verdade, da unidade e da totalidade – experiência dos limites, experiência-limite”.

Vale lembrar que essa ressalva feita pelo autor anteriormente citado refere-se à experiência literária que para ele, a partir de uma leitura de Blanchot (1987), significa uma experiência-limite. Mas o que tem de literário nas ações dos sujeitos que experimentam os liames da vida? Talvez nada, talvez tudo... Porém, a forma de reencontrar essas experiências pode estar contida na experiência literária, na literatura, daí nossa expressão, daí essa forma singular de unir os termos, daí fazer, por vezes, com que as palavras empurrem a nossa descrição.

O limite da vida expresso nos limite das palavras, os confins do humano emergindo numa cartografia dos possíveis, a fronteira da existência falando através de personagens...

Mas continuemos nossa longa caminhada até chegarmos, pela Bernardo Sayão (ou Estrada Nova) ao primeiro espaço de feira, porto e trapiche na orla sul, o Porto do Açaí, localizado entre o rio Guamá e a Estrada nova, com acesso pela Fernando Guilhon.



Fotografia 12 – A VIDA E O TRABALHO NO PORTO DO AÇAÍ: visualizar os vários sujeitos envolvidos no processo de comercialização do açaí: o carregador ao fundo com dois paneiros nas costas, o produtor, que organiza os paneiros para levá-los ao barco, os compradores que, ao redor do açaí, observam; o fiscal que analisa, com um olhar cuidadoso, a quantidade açaí que chega; os sujeitos que chegam do além rio em embarcações carregados de açaí, dentre vários outros subentendidos nesta imagem projetada. Fonte: Bruno Malheiro (15/03/2006).

Nas barraquinhas do trapiche do Porto do Açaí as mulheres vendedoras de café e lanche alternam momentos de trabalho e entretenimento, momentos de obrigação e de acaloradas conversas, mostrando o limite tênue entre sobrevivência e vivência naquele lugar. Cria-se no cotidiano, entre uma conversa e outra, a irredutibilidade do espaço.

A roda de pessoas formada após a comercialização do açaí é bem ilustrativa. Revela a tensão no trapiche entre viver e sobreviver, a festa do espaço. Lá estão vários homens conversando após um longo dia de trabalho, com um sorriso estampado no rosto e o cansaço pesando sobre as costas. Essa negociação também dá-nos a idéia de *criação* no limite desses espaços. Essa comercialização se dá a partir de uma aglomeração de homens ao redor dos paneiros cheios de açaí e cobertos por folhas de árvores amazônicas. Esses homens negociam o preço do fruto, através de lances por paneiro, ou por uma quantidade qualquer de paneiros.

No limite da troca está o encontro, os homens que se aglomeram ao redor dos paneiros geralmente conhecem quem comercializa esses paneiros, sendo que o reconhecimento é mútuo, o que permite observar relações criadas a partir do ato da troca. Nessas relações estão latentes as necessidades, a sobrevivência, os atos repetitivos nos dão a noção dessa necessidade: são várias rodas formadas, a todo o momento, no trapiche, as interações marcam o espaço de cultura. Mas essas interações não se encerram após a negociação, as conversas, o reconhecimento, são as suas extensões.

Tocando as madeiras do trapiche, o movimento do rio parece corresponder ao movimento dos barcos. Estes, portanto, parecem materializar e identificar os caminhos e (des)caminhos da correnteza. Da paisagem que espelha esses movimentos insurge uma pequena canoa, de pequena área interna disputada por dois homens e dois paneiros de açaí. A correnteza desafia a força de ágeis braços que se esforçam para chegar ao porto: é um dia de trabalho que pesa nas costas. As pequenas ondas formadas ao redor da canoa denunciam a força de movimentos que ali se misturam e se confundem: a correnteza do rio e as flexões de braços movidos pela necessidade de se chegar ao porto. Mais alguns minutos e aquela pequena grande saga termina: os paneiros são desembarcados e antes que a gota de suor pudesse escorrer e cair da face daqueles homens, forma-se um círculo de pessoas ao redor dos paneiros. Que comece a negociação. Momento de tensão! Nesse curto período de transação todos se igualam movidos por necessidades distintas. Mais alguns lances e o martelo é batido: é hora de retornar, mas não sem antes trocar uma conversa com vários conhecidos. O retorno não é difícil, agora a maresia é amiga e ajuda no caminho de volta para casa.

Os retratos, as paisagens do trabalho, são as ações da vida. Essas paisagens se projetam, esse espaço projeta imagens híbridas de significado, como figuras que se sucedem numa partitura musical, não de uma música simples, de arranjo fácil, mas de uma canção melódica recheada de complexos acordes dissonantes, sustentidos e bemóis: a melodia do silêncio, dos gritos, das conversas, das negociações. Todas se corporificam escritas no papel trapiche como claves de sol e contratempos, como as linhas inexatas de paneiros emborcados ou o traçado irregular das barraquinhas de lanche.

Nessa música regida por diferentes maestros, na qual as notas revelam fluxos de experiências, a melancolia de alguns acordes revela a nostalgia de expressões femininas que carregam o peso do conflito entre a necessidade de sobreviver e os limites do corpo. Mulheres das barraquinhas da esquerda do trapiche chegam por volta das 4 horas da tarde, aproveitam o último movimento do dia, mas não descansam, pois o “sol” aqui nasce mais cedo. Por volta de uma e duas da madrugada chegam os primeiros barcos para descarregar os paneiros de açaí. Elas devem estar a postos, com o café que vendem bem quente, para matar um misto de fome, cansaço e sono dos que ali chagam do além rio. A partir daí, principalmente no período de safra do açaí, o movimento não pára, mas às 8 da manhã as pernas já estão bambas, os acordes já soam desafinados, a canção perde a melodia. É hora do retorno, ainda hoje é preciso retornar ao Porto para trabalhar.

Mas esse espaço se torna mais expressivo se deixarmos que falem por ele seus próprios protagonistas como o Sr. Adeládio, mais conhecido como Abaeté que afirma “[...] a vida do porto, na verdade, a vida no porto pra mim, pros feirantes, pros ribeirinhos é a vida, é a nossa vida! Sem o porto nós não sobreviveremos” (Informação verbal)²⁰.

A importância desse espaço, negligenciada pelo “Portal da Amazônia”, fica mais compreensível nas palavras de Félix Silva dos Santos, que nos diz:

No Porto do Açaí quem usa 80% são os ribeirinhos, eles trazem seus produtos pra vender, eles desembarcam para ir fazer seus exames de saúde, para seus filhos estudarem. O Porto do Açaí é um porto

²⁰ Depoimento de Adeládio Corrêa dos Santos, feirante do Porto do Açaí, 23/06/2007. Vale ressaltar que os depoimentos mostrados dos trabalhadores e moradores dos espaços de feiras, portos e trapiches da orla fluvial de Belém e dos ribeirinhos que acessam estes espaços, foram coletados na ocasião das pesquisas para a elaboração de dois fascículos do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, a saber: Feirantes dos Portos Públicos de Belém e Ribeirinhos das Ilhas de Belém.

publico! Devido às privatizações há necessidade de existência do porto (Informação verbal) ²¹.

Mais uma vez o Sr. Abaeté nos mostra o quão importante é este espaço:

Esse Porto aqui se tornou muito pequeno. Ele tem que ser ampliado. Esse Porto aqui é uma janela para o rio, é uma porta que todo mundo usa. O maquineiro vem comprar açaí aqui, o feirante trabalha aqui junto de várias pessoas. Vem o ribeirinho de todo o baixo acará, até o alto vem pra cá, do Moju, de Barcarena, da Boa Vista, do Muaná, a parte do Marajó, área de São Sebastião, Pau de Rosa, Currálinho, Breves... Esse açaí desce aqui. O que é que nós temos que fazer? Ampliar o espaço. Como? Ampliar a ponte, a outra da lateral (...) pelo menos cinqüenta metros do lado esquerdo ali. Vai crescer muito mais o espaço. Qual é a tese: uma ponte fica pros barcos grandes do Muaná desembarcar e a outra ponte ficaria pros barcos pequenos da região das ilhas daqui, por que são muitas embarcações pequenas. E isso nós temos ainda uma meta, uma luta em cima. A luta nossa da associação! (Informação verbal) ²².

O Porto, nessas palavras, é visto como um espaço importante para a cidade não apenas por sua dinâmica econômica, mas também por seus usos e apropriações, pela sua intensa dinâmica de vida. A partir dessas considerações são projetados cenários bem estruturados que atendam às demandas sociais dos sujeitos que vivem cotidianamente esse lugar.

Se seguirmos mais alguns quilômetros em nossa caminhada encontraremos outro espaço de feira, porto e trapiche, o Porto da Palha que se inicia em uma feira que nos leva até a um velho trapiche que colore de vida a espacialidade daquele lugar. Se projetarmos a este espaço os olhares fugidios metropolitanos, talvez não lhe déssemos importância. Mas a vida que se desenrola ali é muito mais do que se imagina, são muitos moradores do espaço dependendo daquele comércio da feira e do trapiche, são muitos ribeirinhos que chegam, são muitos cidadãos que ali fazem suas compras cotidianas. É ali, portanto, que todos esses sujeitos têm sua vida e seu trabalho plantados. É neste lugar, que se desenvolvem trocas e encontros, economia e cultura. Este é mais um espaço em que a cidade encontra o rio e o rio encontra, mas apenas em termos materiais, mas sociais, econômicos e culturais.

²¹ Depoimento de Félix Silva dos Santos, Presidente da Associação dos Trabalhadores do Porto do Açaí, 26/06/2007.

²² Depoimento de Adeládio Corrêa dos Santos, feirante do Porto do Açaí, 20/08/2005.



Fotografia 13 – PORTO DA PALHA: orla sul de Belém, com evidência aos barcos que se aglomeram e aos homens, que andando por cima das embarcações, conseguem trazer os produtos ao trapiche. Fonte: Marcos Alexandre Pimentel da Silva (15/10/2003).

No Porto da Palha o movimento começa nas primeiras horas da madrugada e envolve além do comércio do açaí, o comércio de carvão, de palha, de farinha, de madeira e de uma infinidade de frutas e verduras regionais, sendo que a sexta-feira é o dia de maior movimentação e comércio. O movimento diário inclui o ir e vir de alunos que vêm da região das ilhas de Belém e de outros municípios próximos localizados à beira-rio e, ainda, o intenso fluxo de passageiros que a todo o momento chegam e saem do pequeno trapiche. Mas o Porto da Palha é um mundo de relações bem complexo, onde encontramos venda de lanche, café, vinho do açaí, peixe seco, verduras ao longo de vários pequenos mercados com grande sortimento. De acordo com a estação do ano a variedade de produtos desembarcados modifica.

A importância desse espaço fica evidente quando ouvimos alguns depoimentos:

Faz uns trinta e cinco anos que eu trabalho aqui. A importância do Porto da Palha é que agente está sobrevivendo dele né?! Não tem pra onde ir, pra outro lugar e agente tá se virando aqui, está meio ruim quebrou a venda, mas a gente está levando a vida (Informação verbal)²³.

²³ Depoimento de Carlos da Silva Araújo, feirante do Porto da Palha, 30/08/2007.

Eu acho que eu vou falar um pouco por cada um de nós aqui. Pra nós o Porto da Palha representa a nossa vida! É de onde a gente ganha o pão, o sustento, o alimento, o colégio dos filhos e muito mais coisas. Então, isso pra nós representa tudo, isso pra nós é a nossa vida, todos os planos de nossos familiares, com toda a dificuldade que a gente sabe que tem hoje em dia. Saímos cedo da casa da gente se arriscando né?! Nós vamos lutar, nós vamos estar sempre conversando, falando do que é o porto da palha, lutar pelos nossos direitos! (Informação verbal)²⁴.

Neste lugar o projeto da prefeitura também povoa o pensamento dos sujeitos, a absoluta falta de informações sobre o que vai acontecer é imperativa desde o início do planejamento do “Portal da Amazônia” até hoje.

A necessidade dos sujeitos que acessam os portos aqui ressaltados é de participar dos rumos dos acontecimentos.

A gente tem que discutir um projeto junto com o poder público para a ampliação dos portos e pra melhoria também dos trabalhos, porque nós temos uma fila de açai que tumultua tudo, tudo, tudo! Porque um barco de grande porte toma o tamanho do trapiche todinho, então as pessoas ou descem por dentro d’água, ou ficam pulando de barco em barco! Seria realmente importante que a prefeitura visse esse nosso problema para tentar solucionar o problema! (Informação verbal)²⁵.

Mas não vamos parar de caminhar, até porque o projeto aqui em foco prevê, além da construção das grandes vias por sobre o rio até a rua Fernando Guilhon, a duplicação da Estrada Nova até a Universidade Federal do Pará. O cansaço já nos consome e precisamos parar um pouco para descansar. Mas alguns minutos e seguimos até a confluência da Estrada Nova com a avenida José Bonifácio e lá encontramos um outro espaço de feira, porto e trapiche, o Ponto Certo.

²⁴ Depoimento de Osvaldino Gomes, feirante do Porto da Palha, 30 / 08/ 2007.

²⁵ Depoimento de César Nogueira, Presidente da Comunidade das ilhas de Urubuoca e ilha Nova, 30/06/2007.



Fotografia 14 – ENTRADA DO TRAPICHE PONTO CERTO: orla sul de Belém, com destaque ao caminho escuro e estreito que leva ao trapiche e ao homem que equilibra dois sacos de farinha por sobre seus ombros. Fonte: Bruno Malheiro (15/10/2003).



Fotografia 15 – RIO GUAMÁ VISTO DO TRAPICHE PONTO CERTO – orla sul de Belém, com destaque ao singrar de uma embarcação em direção ao trapiche, demonstrando que o rio traz em sua correnteza, além de produtos a serem desembarcados, a vida e o sonho de mundos diversos e distantes. Fonte: Bruno Malheiro (15/10/2003).

Este trapiche parece estar escondido não só pela diversidade de usos existentes no restante da orla fluvial de Belém, mas também por sua própria paisagem, pois está localizado depois de uma pequena entrada estreita que, cercada por casas de madeira edificadas por sobre os pequenos comércios, leva ao encontro do trapiche propriamente dito, onde são descarregados quantidades consideráveis de farinha, banana e açaí. Um olhar não curioso nunca poderia imaginar tanta vida depois de uma entrada tão pequena.

Depois de vários depósitos cheios de banana e farinha, uma grande quantidade de barcos no rio denuncia a importância daquele lugar.

Fizemos pesquisa há um tempo e naquele momento alguns dos sujeitos freqüentadores do trapiche “Ponto Certo”, como Carlos Maia, vendedor ambulante, já nos diziam:

Isso aqui faz parte da população de terra e do outro lado do rio que vem pra cá fazer esse comércio [...]. Aqui é onde eu convivo com a população igual a mim [...] um espaço livre pra todo mundo entrar, seja o rico, pobre, milionário, todo mundo (Informação verbal) ²⁶.

José Augusto da Costa também nos relatava:

Tem muito interesse na vida da gente aqui [...]. A gente que trabalha e arranja nosso sustento, aqui é uma história. A gente se lembra das pessoas que já se foram [...]. Converso com todo mundo: Capim, Guajará, agente tem muita comunicação! (Informação verbal) ²⁷.

Parece que completamos um grande percurso e agora pedimos licença para lembrar a primeira epígrafe deste capítulo e dizer que os personagens que figuram nas várias cenas contadas, surgem como intercessores que falam por si mesmos. Não existe autor, o que há, lembrando Foucault (2001), é uma ficção, apenas uma função-autor, uma linguagem vazia de sujeito, esvaziada da forma-Homem, como condição do pensar-outro. Na realidade, os personagens possuem vida própria, pois são, agora mencionando Deleuze e Guattari (2004), personagens conceituais, ou seja, rasgam o caos, não para emitir opinião, o que negligencia a multiplicidade pelo estabelecimento de um efeito de verdade, de um reinado do Mesmo, mas para expressar acontecimentos, enunciando conceitos.

Preocupamo-nos, dessa forma, com a superfície de espaços liminares, entendendo que o superficial, como afirma Deleuze (2006, p. 109), “não se opõe à

²⁶ Depoimento de Carlos Maia, vendedor ambulante, 11/11/2005.

²⁷ Depoimento de José Augusto Costa, carregador, 11/11/2005.

profundidade [...], mas à interpretação”. Tentamos, portanto, experimentar o espaço, não com uma carga de positivismo no olhar, pois buscamos experimentar o espaço como arte, em cada dobra, cada fissura, cada fuga, cada acontecimento.

Talvez as falas dos sujeitos, os depoimentos arrolados, as descrições, as histórias contadas sirvam para dar visibilidade e dizibilidade a estes lugares, tudo o que será retirado não são apenas as peças de um jogo de xadrez, tem som, expressão, vida, cheiro, odor, sensibilidade, medo, cansaço, sonho...

Todas essas pessoas, todas essas experiências fazem ecoar um grito de alerta. Será que essa polifonia incomoda ao triunfalismo arrogante das fachadas suntuosas, ao fascismo persuasivo da estética grandiosa? Será que não podemos reconhecer essas várias vozes, essas várias imagens como expressões da cidade? Será que vamos continuar escondendo tantas vidas? Será que continuaremos selecionando quem pode ser cidadão da cidade? Será que um dia essas pessoas entrarão nas estatísticas?

São perguntas sem respostas, mas também são indicativos de luta, talvez sejam possibilidades reais, que não terminem nestas linhas, que prossigam...

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Posso eu dizer que sou este trabalho que faço com minhas mãos, mas que me escapa não somente quando o concluo, mas antes mesmo de o haver encetado?

Michel Foucault

A sensação que temos agora ao final de um trabalho tão árduo não é, absolutamente, de dever cumprido. Tantas lacunas ficaram, tantos apontamentos foram colocados que não tivemos força e condições materiais e intelectuais de os levarmos a cabo. Mas isso não pode soar como desculpa ou como justificativa daquilo que não fizemos, mas como lamento do que poderíamos ter feito.

A sensação, portanto, é que ao principiar o término das páginas escritas deste trabalho, muitas coisas ficam a escrever. Parece, então, que tudo aquilo que fizemos apenas foi o apontamento daquilo que ainda vamos fazer, como que esse trabalho fosse uma espécie de prólogo de idéias ainda não corporificadas em escrita, fosse, em última instância, quase que um projeto de vida.

Se vamos concretizar esse projeto ou não é uma interrogação que ficará sem resposta por um longo tempo.

Entretanto, afora as palavras não ditas e as coisas não mostradas pensamos ter dito e mostrado elementos a partir de um exercício analítico interessante, que são importantes de serem resgatados agora para que não percamos de vista o nosso problema de pesquisa e suas respostas (sempre provisórias).

Percorremos um caminho entre portos, portas e postais. Vimos que a orla fluvial de Belém é produzida por discursos e imagens, mas também por experiências sociais que ficam literalmente à margem de discursos de abertura de portas, ou de portais e das imagens dos postais projetados da cidade do progresso.

Uma primeira conclusão a que chegamos, é que a forma de planejamento e gestão urbana do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova, lança mão de práticas discursivas e não discursivas para sua execução e legitimação. Mas falar isso significa compreender o conjunto de discursos, imagens e as tecnologias do poder envolvidas no exercício deste programa.

Foi a partir desta constatação que guiamos nossos passos analíticos para melhor compreender nosso problema. Uma primeira exigência colocada ao nosso trabalho foi uma sistematização teórica que nos ajudasse na compreensão da realidade que se apresentava aos nossos olhos.

Em nosso primeiro capítulo, portanto, tentamos preencher essa exigência. Nele fizemos um diálogo crítico entre a obra de Michel Foucault e a Geografia a fim de montarmos os alicerces teóricos e metodológicos da nossa análise. Este capítulo inclui uma revisão teórica dos geógrafos que dialogaram com a obra de Foucault, uma análise sintética de sua proposta filosófica, enfocando sua arqueologia do saber, sua genealogia

do poder e sua estética da existência. Mas o mais importante, pelo menos para a execução deste trabalho, foi a proposta de análise teórico-metodológica para a geografia a partir da aproximação com a obra de Foucault, que consistiu na construção de uma arqueologia dos saberes geográficos, de uma genealogia da organização espacial e de uma geografia do presente.

A arqueologia dos saberes geográficos, primeiramente, colocava-se como uma forma de compreensão da emergência e funcionamento dos discursos em torno do “Portal da Amazônia”. Por ela tínhamos condições de perceber de que maneira os discursos produziam espaços e de que maneira os conceitos e as noções geográficas eram importantes para a compreensão do funcionamento das imagens e discursos.

No segundo capítulo, seguimos a lógica de uma arqueologia dos saberes geográficos e fizemos uma incursão nas condições de possibilidade para a emergência da orla de Belém como discurso e imagem privilegiados para o planejamento e gestão urbanos. Descobrimos, assim, que a orla se torna o foco das políticas quando se tem uma inversão de olhares para a cidade. Observamos que a condição de possibilidade para a emergência da orla de Belém como discurso e imagem privilegiados pelo poder público, liga-se a uma mudança nas formas de ver e dizer à cidade que, por sua vez, está inserida em um contexto político de transformações de um poder carismático para um poder competente. Vimos que a orla fluvial só ganha relevância no momento em que a cidade não é mais vista e dita por um olhar e um discurso que se situa no presente na tentativa de reproduzi-lo e, assim, vê a cidade por sua localização geográfica indigna e diz a cidade por seus problemas. Essa fração do urbano ganha relevância com a emergência de uma forma de olhar e dizer à cidade que observa o presente pelo futuro que se quer construir, ou seja, não apenas representa a realidade, mas produz significações e é, assim, que a orla se mostra como a vitrine da cidade, como seu espelho.

Neste capítulo também percebemos que essa nova forma de olhar e falar a cidade remetia-nos à formação de um discurso moderno/colonial da urbe, o qual se estrutura pela criação de um estereótipo (a imagem de Belém de costas para o rio e a total desordem da orla), por um discurso mímico (que ressalta exacerbadamente a imagem de uma cidade decadente) e pela naturalização da imagem que projeta (a Belém da beira-rio, da orla que deve ser livre).

Ainda nos reinos de uma arqueologia dos saberes geográficos, no terceiro capítulo entramos na análise do funcionamento dos discursos e imagens em torno do

“Portal da Amazônia”. Neste capítulo percebemos que os dispositivos midiáticos participam concretamente na definição dos discursos e imagens em torno do projeto em questão, fazendo-os circular. Percebemos, nesse sentido, várias estratégias midiáticas para construir um leque informacional em torno do projeto para estimular a população a aceitá-lo.

Entrando em específico nas estratégias de funcionamento da massa discursiva em torno do projeto, observamos três estratégias para a produção de uma verdade sobre o projeto: um discurso metonímico, que projeta a orla como se fosse a cidade e contrai o presente, uma vez que observa da orla só aquilo que quer observar; um discurso proléptico, no qual se alarga o futuro construindo em torno do projeto a idéia de progresso; a separação entre as palavras e as coisas, quando se observa que os discursos e as imagens projetadas começam a ganhar autonomia de produzir realidade promovendo uma (re)invenção da cidade; e a tomada do espaço pelo tempo, que coloca a cidade na fila da história, difundindo a idéia de atraso da orla e da necessidade do progresso. Estas estratégias constroem a legitimidade enunciativa e imagética do projeto.

Entrando nas práticas não discursivas, começamos a caminhar pela genealogia da organização espacial, entendendo os arranjos espaço-temporais inscritos pelo diagrama de poder exercido através do projeto. No quarto capítulo fizemos esse exercício e mostramos, primeiramente, o planejamento como uma tecnologia do poder de uma sociedade de segurança para, então, discutirmos com mais profundidade as características do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). Neste capítulo também sistematizamos o conjunto de contradições em torno deste grande programa, desde sua não conformidade para com o Estatuto da Cidade, passando pela mudança da forma de aterramento que encareceu a obra, até a absoluta falta de participação popular no planejamento e, até mesmo, durante a execução das obras.

Ainda constatamos a natureza biopolítica deste programa quando observamos o planejamento se legitimando como uma forma de evitar riscos por meio, então, de mecanismos de segurança, que estruturam práticas de normalização. Definindo a população por parâmetros arbitrários, trazendo o conhecimento estatístico para legitimar esta definição, desenham-se arranjos sócio-espaciais como forma de definir condutas. Grandes avenidas substituem uma pequena rua em que a quantidade de casas não permite a boa circulação. Um novo padrão espacial se impõe e delineia uma nova forma

de ser e agir. As pessoas que dependem do rio, que vivem em palafitas devem ser substituídas ou saneadas.

No último capítulo entramos na construção de uma geografia do presente. Neste capítulo, no qual começamos pelo desenho de uma ontologia espacial pela ontologia do presente, mergulhamos nas experiências sociais e espaciais dos atores diretamente afetados pelo projeto “Portal da Amazônia”. Tentamos registrar, de forma não muito convencional, as linhas de intensidade, de fuga na orla sul da cidade, a fim de tornar visível e enunciável o que, quase sempre, é visto como descartável, como dispensável.

Algumas conclusões gerais decorrem do trabalho feito. A primeira delas é que devemos considerar uma dimensão discursiva e imagética na dinâmica de produção espacial, entendendo os discursos e imagens não como meras representações, mas como significações, o que nos leva a dizer que são feitos de formas e forças inventando e reinventando espaços. É a partir desta concepção, que podemos compreender a (re)invenção da cidade de Belém pelos discursos e imagens projetados em torno de um projeto de intervenção urbana. É a partir deste entendimento, que podemos perceber que os discursos e imagens entram em funcionamento através de sistemas de comunicação, de dispositivos midiáticos e, assim, não apenas escondem uma verdade ou mascaram uma realidade, mas ganham uma relativa autonomia de produzir realidade e verdade, de naturalizar formas de ver e dizer, enfim, de produzir espaços, de (re)inventar a cidade.

Uma segunda conclusão geral deste trabalho decorre do fato de termos reconhecido o planejamento urbano como tecnologia do poder de uma sociedade de segurança. Isso nos leva a reconhecer que o planejamento não opera apenas por práticas discursivas, mas por práticas não discursivas, inserindo-se e refletindo um diagrama específico de poder. É a partir deste entendimento que reconhecemos a natureza biopolítica do “Portal da Amazônia”, a forma em que o mesmo desenha arranjos espaço-temporais de maneira a impor condutas. A retirada de pessoas, o que vai ocorrer em uma segunda fase do projeto, é justificada pelo bem comum. Em nome da vida se constrói a política. Sanear o corpo da população, definir uma conduta adequada, permitir a circulação, são elementos estruturantes de uma forma de planejamento que não opera pelo impeditivo ou pelo disciplinamento, mas pela normalização dos usos, das práticas, das formas de ser, das formas de fazer, da vida na cidade.

Entretanto, diante das práticas discursivas e não discursivas que desperdiçam um conjunto de experiências ainda vivas na orla, diante destas práticas que impõem

regimes de visibilidade e dizibilidade que não permitem que sujeitos simples apareçam, que sejam importantes, entramos, por necessidade, em uma geografia do presente. Não foi para fazer média epistemológica, ou para fazer literatura por fazer, que utilizamos dos depoimentos dos sujeitos e dos limites linguagem, do pensar-outro, mas para mostrar que existem outras vozes, outras faces da cidade, outros sonhos e pesadelos, outras formas de ver e dizer, outras belezas, outros parâmetros estéticos, outros olhares, outras prioridades...

Restam-nos muitos projetos a levar a cabo, desde uma arqueologia dos saberes geográficos, passando por uma genealogia da organização espacial até uma geografia do presente. Logicamente que essas linhas não terminam aqui e nem queremos que elas terminem. Se não prolongarmos posteriormente tais lacunas aqui contidas, pelo menos deixaremos indicações para outros trabalhos, feitos por outras mãos.

Mas o que fica para nós é uma necessidade urgente de se considerar a experiência social como elemento constituinte de qualquer intervenção política, de qualquer raciocínio epistemológico. O que fica para nós é o aprendizado que as comunidades que visitamos nos deram, é a importância do saber produzido nos limites do humano, é a força que desata os liames emergindo como revoluções moleculares.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A. G.. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- ACEVEDO MARIN, R. E. A.; CHAVES, E. P. Imagens de Belém, paradoxos da modernidade e cultura na Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: NAEA/UNAMAZ, 1997, p. 407-427.
- ACEVEDO MARIN, R. *Civilização de rio, civilização da estrada: transporte na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Belém: UFPA, 2002.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- AGAMBEN, G. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BELÉM. Prefeitura. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém de Ajax Carvalho d'Oliveira*, 1975.
- _____. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém de Ajax Carvalho d'Oliveira*, 1976.
- _____. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém de Luiz Felipe de Sant'anna*, 1981.
- _____. *Mensagem à Câmara Municipal de Belém de Coutinho Jorge*, 1988.
- _____. *Relatório de atividades apresentado à Câmara Municipal de Belém de Hélio Gueiros*, 1996.
- _____. *Relatório de atividades 1997/2000 de Edmilson Rodrigues*, 2000.
- _____. *Portal da Amazônia*, 2006.

_____. *Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova (PROMABEN)*. Belém: Engesolo Engenharia Ltda/PMB, 2007.

_____. *Relatório do levantamento sócio-econômico da área da orla da Estrada Nova: Portal da Amazônia, sub-bacia 1*. Belém: SEHAB/PMB, 2008.

_____. *Portal da Amazônia muda a cara de Belém*. Disponível em <www.belem.pa.gov.br>. Acessado em 05 mar. 2008.

BELÉM RECEBE a Estação das Docas. *O Liberal*. Belém, 13 mai. 2002. Caderno Atualidades, p. 2.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERGSON, H. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1971.

BLANCHOT, M. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, jan./abr., n. 19, 2002, p. 20-28.

BOURDIEU, P. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. *Lei Federal 10.257/ Estatuto da Cidade*. Brasília, 2001.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CASTELO BRANCO, G. Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber. In: *Mente, Cérebro & Filosofia*. n. 6. São Paulo: Duetto, 2007.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, I. E.. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. v. 1.

CASTRO-GÓMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CECEÑA, A. E. (Org.). *Hegemonia e emancipação no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CHAVES, E. *Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

COMUS. Prefeitura inicia obras do Portal da Amazônia. *Notícias Prefeitura de Belém*. Belém, 14 dez. 2006. Disponível em <www.belem.pa.gov.br> Acessado em 04 jan. 2009.

CORREIA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

_____. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

_____. *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

_____. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

DUTRA, M. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: EDUFPA/NAEA, 1999.

_____. *A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...* Belém: NAEA, 2003.

FERRO, S. Funcionários da TV Liberal conhecem o Portal da Amazônia. *Notícias Prefeitura de Belém*. Belém, 07 mai. 2006. Disponível em <www.belem.pa.gov.br/portalnewindex> Acessado em 04 jan. 2009.

FESTA LANÇA hoje o Portal da Amazônia. *O Liberal*. Belém, 14 dez. 2006. Caderno Atualidades, p. 5.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. In: *Cadernos de Pesquisa*. n. 114, nov./2001, p. 197-223.

FOUCAULT, M. [1963] *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977b.

_____. [1966] *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. [1969] *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. [1970] *A ordem do discurso*. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. [1974] *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____. [1975] *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis : Vozes, 1977a.

_____. [1976] *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. [1975-1976] *Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France do ano 75/76*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. [1977] Outros espaços. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422.

_____. [1978] *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. [1979] *Microfísica do poder*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. [1970-1982] *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GUATTARI, F. Da produção de subjetividades. In: PARENTE, A. (Org.). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

_____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 12. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KREMER-MARIETTI, A. *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, A. A.; AMADEU, J.; GONZALES, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *Le manifeste différentialiste*. Paris : Gallimard, 1970.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

_____. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MALHEIRO, B. C. P. *Da representação do espaço ao espaço da representação: a orla de Belém e a dimensão ribeirinha do cotidiano urbano*. 2004. 65f. Relatório de Pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

_____. *Espacialidades cotidianas e potencial participativo na orla fluvial de Belém: o Porto do Açaí, espaço de (sobre)vivência na diferença*. 2005. 88f. Relatório de Pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

_____. *Desigualdade e diferença nas margens da cidade: o Porto do Açaí, espaço de (sobre)vivência na orla fluvial de Belém*. Belém: UFPA, 2006. Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MALHEIRO, B. C. P.; SILVA, M. A. P. Faces ribeirinhas da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia política da espacialidade: algumas considerações. *Geographia* n. 12. Niterói, RJ, UFF/EGG, 2004, p.7-23.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATO, D. *Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MAUÉS, E. Aterro impróprio faz Portal ficar mais caro. *Diário do Pará*. Belém, 19 out. 2008. Caderno Cidades, p. 3.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/ Projetos globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAES, A. C. R. Foucault e a Geografia. In: TRONCA, I. A (Org.). *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987, p. 127-136.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia*. Rio de Janeiro: Contexto, 2007.

NAHUM, J. S. *A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica*. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

NOVO PARÁ. *Reencontro com a História*. Ano II, nº 2, Dezembro de 2002.

OBRAS DO Portal da Amazônia começam hoje. *Diário do Pará*. Belém, 14. 12. 2006. Caderno Cidades, p. 7.

OLIVEIRA, A. *Almir Gabriel: trajetória e pensamento*. Belém: Delta, 2002.

ORLA DE Belém começa a aparecer. *Diário do Pará*. Belém, 23 jun. 2007. Caderno Cidades, p. 5.

PAOLO ADORNO, F. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). *Foucault a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

PARÁ. *Mensagem do Governo do Pará à Assembléia Legislativa* / Simão Jatene. Belém: Secretaria Especial de Estado de Gestão, 2005.

PELBART, P. P. Prefácio. In: FONSECA, T. M. G.; FRANCISCO, D. J. *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Literatura e loucura. In: RAGO, M; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PORTAL DA Amazônia. Produção da Prefeitura Municipal de Belém. Belém: PMB, 2006. 1 vídeo (2 min. 39 seg.), son., color.

PORTAL DA Amazônia avança. *O Liberal*. Belém, 23 set. 2007. Caderno Mercado, p. 4-5.

PORTAL REALIZA sonho turístico e social de Belém. *O Liberal*. Belém, 17 dez. 2006. Caderno Mercado, p. 5.

PROJETO MUDA a vida da Estrada Nova. *O Liberal*. Belém, 21 out. 2007. Caderno Atualidades, p. 6.

QUADROS, M. Portal começa a mudar a vida na orla. *O Liberal*. Belém, 12 fev. 2007. Caderno Atualidades, p. 11.

_____. Portal da Amazônia abrirá parte da orla. *O Liberal*. Belém, 12 jan. 2008. Caderno Atualidades, p. 5.

QUEIROZ, A. *Foucault: o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

_____. *O presente, o intolerável...* Foucault e a história do presente. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REMÍGIO, T. Prefeitura de Belém assina contrato do PAC para o Portal da Amazônia. *Uruá-Tapera*, Belém 19 out. 2007. Disponível em <www.uruatapera.com/noticias>. Acessado em 16 dez. 2008.

RIBEIRO, F. Moradores tiram dúvidas sobre projeto. *Diário do Pará*. Belém, 22 jun. 2007. Caderno Cidades, p. 8.

SAI A macrodrenagem da Estrada Nova. *Diário do Pará*. Belém, 09 maio 2006. Caderno Cidades, p. 7.

SANTOS, M. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, B. S. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS JR., O. A.. *Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades*. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

SARTRE, J. P.. *Situations Philosophiques*. Paris: Gallimard, 1990.

SILVA, M. A. P.; BARBOSA, E. J.; TRINDADE JR., S. C. Uso do solo na orla fluvial de Belém: realidades e contradições. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

SILVEIRA, M. L. Espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 19, pp. 81 - 91, 2006.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. L. de; RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004 (Série sociedade, espaço e tempo).

SOUZA, M. J. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SWAIN, T. N. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, M; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. . Belém: EDUFPA, 2005.

TRINDADE JR, S. C. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

_____. *A Orla de Belém: espacialidades e temporalidades na interação cidade-rio*. Belém, 2000.

_____. *Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais*. Belém: UFPA, 2003.

_____. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA). In: VALENÇA, M. M; COSTA, M. H. B. (orgs.). *Espaço, cultura e representação*. Natal – RN: EDUFRN, 2005, p. 123-150.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1963.

WALLERSTEIN, I. El espacio tiempo como base del conocimiento. Em: FALS BORDA, O. (org.). *Participación popular: restos del futuro*. Bogotá: ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, 1998.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS

- 1) Qual seu nome, sua idade e função?
- 2) O que é o projeto Portal da Amazônia?
- 3) Quais as fases de execução deste projeto?
- 4) Quais as fontes de recurso para a execução de cada etapa do projeto?
- 5) Qual a importância do projeto para a cidade?
- 6) Quais as secretarias envolvidas no projeto?
- 7) Qual a participação desta secretaria (SEHAB e SEURB) no projeto?
- 8) Esta participação se deu no processo de planejamento ou só na execução do projeto?
- 9) Existe integração entre as secretarias na execução do projeto?
- 10) Existiu participação popular no planejamento do Portal da Amazônia?
- 11) Como se dá a participação das comunidades afetadas na execução do projeto?
- 12) Qual a quantidade de famílias que serão remanejadas e reassentadas em cada sub-bacia?
- 13) Você considera o remanejamento de famílias necessário? Por que?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES

- 1) Qual seu nome, sua profissão e sua idade?
- 2) Quanto tempo mora na orla de Belém?
- 3) Qual o significado que este lugar tem para você e sua família?
- 4) Você acha importante morar aqui?
- 5) O que você acha que é o projeto Portal da Amazônia?
- 6) Quais os aspectos positivos e negativos deste projeto para você e sua família?
- 7) Existe alguma relação entre a comunidade e a prefeitura?
- 8) A comunidade tem participado das decisões em torno do projeto?
- 9) Como você ficou sabendo do projeto da prefeitura e por quem?
- 10) Você já assinou algum termo de acordo ou de adesão do projeto?
- 11) Você tem confiança que a prefeitura irá entregar o residencial prometido no tempo combinado?

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE ADESÃO AO PROJETO “PORTAL DA AMAZÔNIA”


PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**TERMO DE ADESÃO AO PROJETO
PORTAL DA AMAZÔNIA - ORLA**

Saibam quantos virem este documento que o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 4601224 SSP/PA e do C.P.F. n.º 803.702.412-15, domiciliado e residente nesta cidade, ocupante do imóvel n.º 50-A, situado na Vila Passarinho, bairro do Jurunas, área denominada Estrada Nova, que em face da execução da obra de intervenção urbanística e habitacional, que a Prefeitura Municipal de Belém/PA, com recursos do Governo Federal, está realizando na área da Estrada Nova, que visa a macrodrenagem, erradicação das palafitas, sanear e aterrar o local, através da coordenação dos trabalhos, pela Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB, em parceria com outros órgãos municipais. A implantação do Projeto prevê a construção de unidades habitacionais em alvenaria, medindo 42,83 metros quadrados, composta por uma sala de estar/jantar de 12,33 m², dois dormitórios com área de 7,50 m², um banheiro de 2,18 m², circulação de 1,68 m², uma cozinha de 3,92 m² e uma área de serviço com 2,49 m², destinadas às famílias previamente cadastradas para remanejamento. Além da implantação também de infra-estrutura; área de lazer; equipamentos comunitários; regularização fundiária; trabalho social na comunidade; educação ambiental e política de geração de trabalho e renda. Nos presentes termos, está de acordo e adere ao Projeto Portal da Amazônia - ORLA.

Belém (Pa), 28 de agosto de 2008.

Morador

Coordenador (a) do Projeto

Travessa Pirajá, n.º 1235 – Marco – Belém – Pará – Brasil - CEP: 66.087-490
Fones: (91) 31842100 / FAX: (91) 3236-2242
Email: sehab@cinbesa.com.br

ANEXO B: TERMO DE ACORDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BELÉM - PMB, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB E
COMO
ABAIXO MELHOR SE DECLARAM:

Saibam quantos virem este Instrumento Particular que, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito (2008), nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação - PMB, sito a Rua Pirajá nº 1235, ora funcionando para fins de negociação, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como Outorgante Ocupante, o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º 4601224 SSP/PA e do C.P.F. n.º 803.702.412-15, e de outro lado, como Outorgada Expropriante, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PMB, inscrita no C.G.C./MF sob o nº 05.055.025/0001, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - SEURB, neste ato representada pelo Secretário Sr. SÉRGIO DE SOUZA PIMENTEL, brasileiro, casado, portador da C.I. n.º 081.696.24-80 SSP/BA, CPF n.º 361.341.207-15, residente e domiciliado na Rua

Será assinado por

Travessa Pirajá, nº 1235 - Marco - Belém - Pará - Brasil - CEP: 66.087-490
Fones: (91) 31842100 / FAX: (91) 3236-2242
Email: sehlab@cinbesa.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Diogo Moia n.º 833, Ed. La Vien Rose, apto. 403, bairro de Fátima, CEP: 66.060-140, nesta cidade, e perante as testemunhas abaixo assinadas justaram e contrataram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Que é o(a) Outorgante Ocupante da benfeitoria coletada sob o n.º 50-A, localizada na, Rua Osvaldo de Caldas Brito, , bairro do Jurunas, nesta cidade, com as seguintes características: benfeitoria construída madeira, sem revestimento, com pintura em algumas partes, coberta com telhas em fibro cimento, pavimentação em tábuas, sem forro, tendo tudo sido construído com recursos financeiros de sua genitora Sra. *

V.A., contendo sete cômodos;

CLÁUSULA SEGUNDA - Que, se achando a referida benfeitoria livre e desembaraçada de todo e quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, bem como quite de impostos e taxas, conforme declara o(a) Outorgante Ocupante, resolvem as partes, por convenção amigável e por estar a benfeitoria construída em área não edificante onde deve ser realizado serviço de utilidade pública com o Projeto de Portal da Amazônia - ORLA, pelo presente Instrumento, e na melhor forma de direito, transmitir a Outorgada Expropriante a propriedade plena sobre a benfeitoria anteriormente descrita, bem como cede e transfere o(a) Outorgante Ocupante o direito de ocupação da mesma, podendo a Outorgada Expropriante fazer uso como bem lhe aprouver, inclusive demolindo-a se necessário;

CLÁUSULA TERCEIRA - A compensação ao direito de posse e ocupação, que o(a) Outorgante Ocupante detém sobre a benfeitoria acima descrita consiste na entrega pela Outorgada Expropriante de 01 (uma) unidade habitacional construída dentro da área do Projeto Portal da Amazônia / ORLA - Primeira Etapa (CT. 222.629-71), medindo 42,83 metros quadrados, composta por uma sala de estar/jantar de 12,33

Edson de Jesus Gomes

Travessa Pirajá, n.º 1235 - Marco - Belém - Pará - Brasil - CEP: 66.087-490
Fones: (91) 31842100 / FAX: (91) 3236-2242
Email: sehlab@cinbessa.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

m², dois dormitórios com área de 7,50 m², um banheiro de 2,18 m², circulação de 1,68 m², uma cozinha de 3,92 m² e uma área de serviço com 2,49 m².

CLÁUSULA QUARTA - Para desocupação da benfeitoria descrita na Cláusula Primeira o(a) Outorgante Ocupante resolve aderir ao programa Auxílio Moradia que consiste em receber da SEURB o valor de R\$-450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, a ser depositado na agência n.º 3264 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, operação n.º 023, na conta n.º 00000854-4, em nome de *SILVA GOMES* portador(a) da Carteira de Identidade n.º 4601224 SSP/PA e do C.P.F. n.º 803.702.412-15, até a entrega efetiva da unidade habitacional descrita na Cláusula Terceira, sendo que no primeiro mês o valor do auxílio moradia será de R\$-500,00 (quinhentos reais), para compensar as despesas com transporte de mudança, tendo tudo sido determinado em negociação entre esta Prefeitura Municipal de Belém e o(a) Outorgante Ocupante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica desde já estabelecido o prazo de 01 (um) ano para entrega da unidade habitacional descrita na Cláusula Terceira, a contar da data do primeiro depósito do auxílio moradia, podendo ser renovado por igual prazo, sem acarretar ônus para a PMB, caso o atraso ocorra por motivos técnicos operacionais, visto que o valor descrito na Cláusula Quarta continuará a ser pago até a entrega efetiva da unidade habitacional.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido o prazo de 03 (três) dias, após o recebimento do auxílio moradia, para que o(a) Outorgante Ocupante desocupe a área supramencionada, conforme Termo de Compromisso Adesão assinado, sendo que se a desocupação não for realizada de forma voluntária, por força do presente Termo, fica desde já a Prefeitura Municipal de Belém autorizada a tomar as medidas judiciais cabíveis, sem prévia notificação ao interessado.

Silvia Gomes

Travessa Pirajá, n.º 1235 - Marco - Belém - Pará - Brasil - CEP: 66.087-490
Fones: (91) 31842100 / FAX: (91) 3236-2242
Email: sehabs@cinbesa.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Fica desde já o(a) Outorgante Ocupante cientificado de que não poderá vender, alugar ou dispor do bem descrito na Cláusula Terceira do presente Termo, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data do recebimento das chaves pela Prefeitura Municipal de Belém, senão para uso próprio e de sua família, sob pena de responder civil e penalmente.

Por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente instrumento o qual estará apto a produzir seus efeitos ulteriores.

Belém, 19 de agosto de 2008.

OUTORGANTE: _____

OUTORGADA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

TESTEMUNHAS:

1 - _____, RG _____

2 - _____, RG _____